

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



Dissertação

Os Prefeitos do Partido dos Trabalhadores no Rio  
Grande do Sul (1988-2012): um estudo sobre perfil  
social de elites políticas

Daniel de Souza Lemos

Daniel de Souza Lemos

Os Prefeitos do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul (1988-2012): um estudo sobre perfil social de elites políticas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

L557p Lemos, Daniel de Souza

Os prefeitos do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul (1988-2012) : um estudo sobre perfil social de elites políticas / Daniel de Souza Lemos ; Alvaro Augusto de Borba Barreto, orientador. — Pelotas, 2015.

120 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Partido dos trabalhadores. 2. Prefeitos. 3. Elites políticas. 4. Perfil social. 5. Partido político. I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba, orient. II. Título.

CDD : 320

## Agradecimento

Em primeiro lugar, às duas pessoas que sempre estiveram e estão ao meu lado, estimulando-me a caminhar: minha companheira de todas as horas, Louise Lemões, e minha amada mãe, Erleci Souza (a Rita). A elas devo o encorajamento de não desistir da luta.

Aos meus amigos, Cláudio Corbo, Ronaldo Quadrado e Eduardo Abreu, que foram os primeiros a compartilhar minha alegria de ingressar no Mestrado em Ciência Política, no final de 2012. A eles agradeço por todo companheirismo e camaradagem.

Aos meus colegas de Mestrado, Camila, Caroline, Daiana, Jaqueline, Juliano, Marina, Márcia, Kamila, Rafael, Renata e Valéria, que dividiram comigo os aprendizados, os anseios as dúvidas e as pressões dessa vida dura de mestrando.

Ao meu orientador, Professor Alvaro Barreto, que me mostrou, como se diz, o “caminho das pedras” da Ciência Política. A conclusão desse trabalho se deve, em grande parte, ao incentivo, à paciência, à pressão gentil no momento certo e à confiança depositada em mim.

Também não posso deixar de agradecer a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas pelo apoio e ensinamentos dedicados à minha formação.

À FAPERGS-CAPES – com seu programa de bolsas exclusivas para professores da rede pública de ensino –, pelo subsídio que me foi fornecido durante dois anos.

Um agradecimento especial aos trabalhadores e às trabalhadoras, que são os protagonistas dessa História!

*O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a atual ordem econômica, social e política. (Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, 10/02/1980).*

## Resumo

LEMOS, Daniel de Souza. **Os Prefeitos do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul (1988-2012): um estudo sobre perfil social de elites políticas.** 2015. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O trabalho tem por objeto os prefeitos do Partido dos Trabalhadores (PT) que foram eleitos no Rio Grande do Sul, no período 1988-2012, o que compreende seis pleitos (1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012). Os objetivos da investigação são: Identificar os prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul no que tange ao perfil social; e analisar as diversificações de gênero, idade, ocupação, escolaridade e estado civil desses prefeitos.

**Palavras-chave:** Prefeitos; Partido dos Trabalhadores; perfil social; elites políticas

## Abstract

LEMOS, Daniel de Souza. **The Mayors of Workers' Party in Rio Grande do Sul (1988-2012). A study on social profile of political elites.** 2015. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

This essay has as object the mayors of the Workers' Party (Partido dos Trabalhadores [PT]) who were elected in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, in the 1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 and 2012 elections. The objectives of the investigation are identify all mayors who were elected by the Workers' Party in Rio Grande do Sul and the social profile of each one of them; identify and analyze their gender diversifications, age, occupation, schooling and marital status, as well as, verify if there is something in their social profiles which had a role in the electoral results.

**Keywords:** Mayors; Workers' Party; social profile; political elites

## Lista de Abreviaturas e Siglas

ABC	Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul
ALERGS	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
CFMV	Conselho Federal de Medicina Veterinária
DN	Diretório Nacional
Edusp	Editora da Universidade de São Paulo
ES	Espírito Santo
MG	Minas Gerais
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
TRE-RS	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UnB	Universidade de Brasília

## Sumário

Introdução .....	8
<b>Capítulo 1</b> Delimitando um campo de estudos: marco teórico-conceitual sobre perfil social das elites no campo político .....	15
1.1 Campo político .....	15
1.2 Perfil social .....	24
<b>Capítulo 2</b> A Construção metodológica da pesquisa .....	29
<b>Capítulo 3</b> Em Busca do perfil social dos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul .....	43
3.1 Faixa etária .....	44
3.2 Gênero/sexo .....	57
3.3 Escolaridade .....	63
3.4 Estado civil .....	72
3.5 Ocupação .....	77
3.6 A Visão de conjunto .....	83
Conclusão .....	90
Referências .....	96
Apêndice .....	106

## Introdução

A partir de meados da década de 1980, um novo quadro político foi se delimitando no país. Nesse contexto, novos partidos políticos foram criados e a disputa pelo poder ganhou outro desenho. Dentre os partidos que tiveram um grande crescimento, seja em relação ao número de filiados, seja ao de prefeituras, de governos estaduais e, até mesmo, de mandatos presidenciais, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi um dos que mais se destacou.

Dessa forma, o Partido dos Trabalhadores é tema relevante para a historiografia e para a Ciência Política brasileira. Diversos trabalhos acadêmicos pretendem compreender a particularidade do PT, especialmente suas origens, trajetória, conteúdo programático e ideológico; natureza, desempenho nas instâncias administrativas e de poder, assim como quem são os petistas que competem na arena política.

Um exemplo de tamanho interesse em estudar esta legenda é encontrado no trabalho publicado pela Fundação Perseu Abramo, de autoria de Menegozzo, Karepovs et al. (2013), no qual é apresentado um levantamento bibliográfico de estudos sobre o PT realizados entre 1978 e 2002, representando um total de 1,2 mil referências espalhadas por vários países. Ou seja, há cerca de 13 anos o Partido dos Trabalhadores já estava entre as agremiações partidárias mais estudadas do sistema partidário brasileiro e chamava atenção de muitos pesquisadores estrangeiros: “a existência de livros publicados em praticamente todos os continentes, por sua vez, revela a importância histórica e política do PT, que desperta interesse em todo o mundo” (MENEGOZZO; KAREPOVS et al., 2013, p.10).

Até meados dos anos 1990 a maioria dessas publicações girava em torno de temas sobre: a criação do PT, a natureza ideológica e programática do partido (PEDROSA, 1980; PONT, 1985; GADOTTI; PEREIRA, 1989; WEFFORT, 1989), a origem sindical dos seus militantes (ANTUNES; GONÇALVES, 1980; CARONE, 1984; RODRIGUES, 1990), suas atuações em comunidades de base da Igreja Católica (LESBAUPIN, 1983; COLARES, 1989; MAINWARING, 1989; RODRIGUES, 1990) ou a militância na oposição à ditadura civil-militar existente no país (LAMOUNIER, 1980).

Ainda eram comuns estudos que problematizavam a postura do PT diante dos grandes temas que constituíam a conjuntura do Brasil nos anos 1980, por exemplo: o posicionamento de seus parlamentares no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves presidente da República pelo voto indireto (SOARES, 1984; DIMENSTEIN, 1985; FERNANDES, 1986), postura e atuação na campanha pela eleição direta para presidente da República, popularmente chamada de Diretas Já (ALVES, 1984; KOTSCHO, 1984; FERNANDES, 1986). E, também, a atuação parlamentar oposicionista frente ao governo de José Sarney (KOUTZII, 1986; SADER, 1986), bem como o papel desempenhado na Assembleia Nacional Constituinte (CASTRO et al., 1985; DALLARI, 1985; FERNANDES, 1986, 1989; VIANNA, 1986).

Os estudos típicos dessa fase que começa com a fundação do PT igualmente enfocam as primeiras experiências eleitorais do partido, de 1982, até as emblemáticas eleições de 1989 (FERRARI, 1986; MENEGUELLO, 1989; PINTO, 1989; SADEK, 1989; POMAR, 1990; SINGER, 1990, 1999; NICOLAU, 1996) e também de 1994 (MEDEIROS, 1994; NICOLAU, 1996; SINGER, 1999), assim como as primeiras experiências administrativas em prefeituras de alguns municípios espalhados pelo país. Nesse campo, ganhou especial destaque as capitais e as grandes cidades governadas pelo partido, caso de Fortaleza (RAPOSO, 1986; PINTO, 1991), Porto Alegre (BITTAR, 1992; HARNECKER, 1993a; GENRO, 1994), Santos (CAPISTRANO FILHO, 1991; BITTAR, 1992), Campinas (MARCONDES, 1991), São Paulo (ROLNIK; KOWARIK; SOMEKH, 1991; BITTAR, 1992; SADER, 1992; BONDUKI, 1993; COUTO, ABRUCIO, 1993) e Vitória (BITTAR, 1992; HARNECKER, 1993b).

Entretanto, poucos estudos abordavam a identidade dos atores políticos petistas que foram eleitos na época. As obras de Rodrigues (1987) e de Coelho e Oliveira (1989) se destacam na medida em que apresentam cada ator participante da Assembleia Nacional Constituinte e definem o perfil biográfico dos 16 deputados federais petistas que participaram daquele processo<sup>1</sup>.

Além disso, eram escassas as análises sobre os resultados eleitorais obtidos até então, talvez porque não eram muitos os cargos conquistados, embora o partido crescesse junto ao eleitorado. Alguns trabalhos que abordavam o conjunto dos processos eleitorais traziam alguma informação sobre o PT, muito tangencialmente (SAAB, 1987), é o caso do estudo organizado por Baquero, intitulado “Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul” (1984), que apresenta o PT como uma força marginal no campo político, sendo a última colocada entre os competidores daquela eleição.

Em 1991 aparece, então, um importante estudo – uma tese de doutorado de Keck – que faz um balanço de toda a primeira década de existência do Partido dos Trabalhadores até a eleição de 1989, ocasião em que o partido chega ao segundo turno da competição com o candidato Luiz Inácio “Lula” da Silva.

Parte constituinte da transição brasileira para a democracia, o PT foi em sua origem visto como uma anomalia. Em “A Lógica da diferença” (2010 [1991]), Keck realiza uma das mais aprimoradas análises sistemáticas sobre a origem do Partido dos Trabalhadores. De acordo com a autora, ele é visto como um ator não convidado em um cenário político composto por “dois Brasis”: um, onde as elites são as proprietárias da política; e o outro, onde organizações sociais cada vez mais representativas – sindicais, estudantis, religiosas, comunitárias etc. – exigem maior espaço no campo político institucional. E, conforme Keck, é o único partido nascido durante a transição que se vincula a estes segmentos mais populares do Brasil.

É neste cenário de mudança que o PT lançou-se à cena, negando a lógica segundo a qual só existiam dois lados na política (governo e oposição; PMDB e PDS). Introduziu, na visão de Keck, a lógica da diferença na política brasileira e inventou outro ponto de vista, de acordo com o qual os trabalhadores devem se

---

<sup>1</sup> Benedita Souza da Silva Santos (RJ), Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho (SP), Florestan Fernandes (SP), Gumercindo de Souza Milhomen Neto (SP), Irma Rosseto Passoni (SP), João Paulo Pires de Vasconcelos (MG), José Genoíno Neto (SP), Luiz Gushiken (SP), Luiz Inácio Lula da Silva (SP), Olívio de Oliveira Dutra (RS), Paulo Gabriel Godinho Delgado (MG), Paulo Renato Paim (RS), Plínio Soares de Arruda Sampaio (SP), Virgílio Guimarães de Paula (MG), Vítor Buaiz (ES) e Wladimir Gracindo Soares Palmeira (RJ).

fazer representar por eles próprios na política nacional. Nas palavras da autora: “o PT foi criado porque um conjunto de fatores combinou-se em São Paulo (incluindo-se aí a região do ABC) em um momento histórico preciso, quando as alternativas pareciam abertas e o futuro ainda não determinado” (KECK, 2010 [1991], p.109).

Outra importante pesquisadora do Partido dos Trabalhadores é Rachel Meneguello (1989). Com base em estudos da época, ela registrava que a proposta do PT havia atingido segmento socioeconômico diferenciado, pertencente a estratos menos favorecidos da população. Ela é autora de “PT, a formação de um partido”, que foi publicada em 1989, ou seja, antes de o PT completar dez anos de fundação.

A partir de 1996 começam a aparecer estudos de outros matizes, os quais enfocam as pesquisas eleitorais e seus usos (ALMEIDA, 1996), a comunicação eleitoral na busca de um melhor contato com eleitor (ANDRADE, 1996), a experiência do Orçamento Participativo – principalmente o caso de Porto Alegre (FISCHER, 1996; GENRO, 1997; GENRO; SOUZA, 1997) e o chamado “Modo Petista de Governar” (PALOCCI; BUARQUE; PONT et al., 1997; MAGALHAES; BARRETO; TREVAS, 1999).

Em 1997 é publicado um importante trabalho coletivo sobre processo eleitoral em meados da década de 1990, abordando temas como a presença das mulheres, influência empresarial e voto obrigatório. Nesse estudo há um artigo de Baquero (1997) que relaciona pragmatismo eleitoral e o PT gaúcho.

A partir dos anos 2000 segue o interesse pelo PT e proliferam estudos acadêmicos sobre a evolução ideológica da legenda, como o de Antônio Ozaí, que problematiza o caráter social-democrata do partido, bem como a dicotomia entre o PT ser um partido de quadros ou de massas (debate típico do campo da social-democracia). Inicialmente esse estudo foi publicado em livro, em 1996, e depois apareceu em forma de artigo, na obra coletiva organizada por Vitor Ângelo e Marco Antônio Villa, publicada pela UFSCAR em 2009.

A mesma obra traz uma série de estudos sobre variados aspectos da história do PT. Desde abordagens mais regionalizadas sobre o partido, como os textos de Maria do Socorro Braga (2009), que analisa as condições de origens e variações estaduais, e de Arleth Borges (2009), que aborda a trajetória institucional do PT do Maranhão. Há até um texto que trata do aspecto organizacional do partido, como o produzido por Vitor Amorim de Ângelo (2009).

Dos trabalhos mais recentes sobre o Partido dos Trabalhadores dois se destacam. O primeiro é “História do PT”, de Lincoln Secco, publicado em 2012. A obra apresenta toda história da legenda desde o período de articulação pré-fundação – que começa nos anos 1980 –, passando por todos os momentos relevantes (ano por ano) das conjunturas nacionais que o PT atravessou e, que já foram mencionadas anteriormente. A saber: fundação em 1980, eleição de 1982 e eleição de 1984; participação na campanha pelas Diretas Já e no Colégio Eleitoral; eleições para Assembleia Nacional Constituinte (1986), a própria participação da Assembleia Constituinte, oposição ao governo Sarney; eleições de 1988, de 1989, de 1990 e, todos os outros momentos importantes até a chegada ao poder, na Presidência da República e as dificuldades que decorreram desse fato. Porém, o que merece destaque nesse estudo é a apresentação de uma periodização ou, segundo o texto, dos “ciclos do PT”, que seriam três: 1980/1994, chamada de fase fundacional; 1995/2002, denominada de fase organizacional; e, finalmente, 2003/2014, a fase institucional. Como será visto na sequência, a proposta desta dissertação acaba por abarcar todas essas etapas da vida do PT.

O segundo estudo é o escrito por André Singer, “Os Sentidos do Lulismo – Reforma gradual e pacto conservador” (2012). Nessa obra Singer pretende demonstrar como se deu a transformação na base social petista, ocorrida a partir da chegada de Lula à Presidência da República e da implementação das políticas sociais que beneficiaram as camadas mais baixas da pirâmide social e elevaram milhões de brasileiros a uma melhor condição de consumo. Essa nova base configuraria o lulismo, o que afastaria o PT de sua base eleitoral histórica, a classe média. A tese de Singer ainda está sendo criticada, mas serve para se fazer um bom debate sobre o PT após chegar à Presidência da República e sobre alguns dos dados que a dissertação vai apresentar.

De tudo isso que foi referido, nota-se a ausência de muitos estudos voltados a identificar e analisar quem são os petistas em termos de perfil ou características socioeconômicas (o chamado perfil social), de modo que esta questão continua razoavelmente sem resposta – ou, então, menos respondida do que outras, caso de algumas resenhadas acima. Alguns desses trabalhos, como os de Meneguello e Amaral (2008), César (2000), serão abordados no capítulo 3 desta pesquisa, ao auxiliarem a contextualizar os dados relativos ao seu objeto específico.

O fato é que a respeito do perfil social dos quadros públicos que foram eleitos para cargos executivos (prefeitos), no Rio Grande do Sul, não foram encontrados muitos subsídios em produções acadêmicas, o que o evidencia como um objeto relevante de pesquisa, tanto em termos epistemológicos quanto em termos da importância e da validade da investigação.

Este é o objeto de pesquisa desta dissertação, cujo problema se formula da seguinte forma: há um perfil social comum e, em caso positivo, qual é ele entre os prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, desde a sua fundação, em 1980, até a última eleição que disputou, a de 2012?

Cabe citar, pois será mais bem explicado ao longo da dissertação, que o que se chama de perfil social compreende cinco variáveis a serem perseguidas e analisadas pela pesquisa: faixa etária, estado civil, sexo/gênero, escolaridade e ocupação/profissão.

A hipótese inicial tem como base a característica histórica e social da formação e constituição do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul. Imagina-se, por conseguinte, que há um perfil social semelhante entre os candidatos a prefeito, eleitos pelo PT, no estado, visto que aqueles que obtiveram sucesso nessas eleições são agentes políticos homens, mais jovens, com escolaridade dividida entre o ensino secundário (médio) e o superior, com ocupações vinculadas a esta escolaridade.

Em termos de objetivos, o estudo pretende como objetivo principal traçar o perfil social dos prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Sul, a partir dos anos 1980 e até hoje (eleição de 2012). Contudo, também busca: identificar os prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul, em cada processo eleitoral disputado, nos anos de 1982, 1985<sup>2</sup>, 1988, 1992, 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012; analisar, com base na bibliografia sobre perfil de elites políticas, em que aspecto os atores encontrados na pesquisa, assemelham-se ou se diferenciam dos demais casos já estudados pelos autores utilizados.

As fontes para obtenção dos dados, alguns procedimentos necessários para a coleta e o tratamento que essas informações receberam são detalhadas no capítulo 2, descrito logo a seguir.

---

<sup>2</sup> Nesse ano foram realizadas eleições isoladas para prefeito em municípios cujo chefe do executivo era nomeado. No Rio Grande do Sul houve 26 pleitos, como em: Porto Alegre, Canoas, Rio Grande e Bagé.

Quanto à estrutura do trabalho, a dissertação se organiza em três capítulos. No primeiro, intitulado “Delimitando um campo de estudos: marco teórico-conceitual sobre perfil social das elites no campo político”, é definido o eixo teórico em torno do qual o trabalho se articula. Nele é delimitado o repertório bibliográfico sobre o campo político (BOURDIEU, 2011), bem como são visitados estudos sobre elites políticas (OFFERLÉ, 1999; DOGAN, 1999; MARENCO DOS SANTOS, 2000; PERISSINOTTO; CODATO, 2007) e perfil social (CÉSAR, 2002; MENEGUELLO; AMARAL, 2008; BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009; CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013).

No capítulo 2, denominado “A Construção metodológica da pesquisa”, é apresentado o caminho metodológico percorrido pelo estudo. Inicia pelo trabalho de coleta de dados a ser realizado, que contou com a colaboração dos responsáveis pela Secretaria de Organização do PT-RS, que disponibilizou uma relação inicial dos atores do partido com mandatos nos executivos municipais do estado. De posse desse material, a consistência daqueles dados foi testada por meio de pesquisa nos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

As variáveis explicativas utilizadas são as mais tradicionais em estudos desse gênero, quais sejam: idade (faixa etária), gênero/sexo, escolaridade, estado civil e ocupação (atividade profissional). O indicador cor ou raça foi excluído da pesquisa em razão da impossibilidade material de se coletar essa informação, que apenas começou a constar nas fichas dos candidatos a partir da eleição de 2008.

As informações relativas ao perfil dos prefeitos, então, foram coletadas no pleito em que atingiram o cargo pelas urnas pela primeira vez (excluído as reeleições e os retornos ao cargo) na condição de candidatos apresentados pelo PT. Esse caminho permitiu compor o banco de dados da pesquisa.

No Capítulo 3, que foi chamado “Em Busca do perfil social dos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul”, são estabelecidos os indicadores que formam a essência do estudo, ou seja, as variáveis elencadas acima. O capítulo aborda o perfil social dos prefeitos que se elegeram pela primeira vez pelo PT no Rio Grande do Sul nos processos eleitorais em que o partido apresentou candidatos, ou seja, de 1982 a 2012 – e, na prática, de 1988 a 2012<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A primeira eleição que o PT disputou foi em 1982, mas não elegeu nenhum prefeito, o que aconteceu apenas na eleição de 1988.

# **Capítulo 1 Delimitando um campo de estudos: marco teórico-conceitual sobre perfil social das elites no campo político**

Este capítulo pretende apresentar os elementos que configuram o marco teórico-conceitual adotado pelo estudo, de modo a configurar o alicerce a partir do qual ele ganhou sentido e foi construído. Nesse sentido, foca-se no significado e na validade da identificação do perfil social das elites políticas – e considera, por óbvio, de um modo ou de outro, os prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul membros dessas elites. Ele gira em torno das contribuições teóricas propostas por Bourdieu (2011) e a noção de campo político e procura, ainda, mostrar os caminhos que estudos produzidos em torno de perfil social têm trilhado.

## **1.1 Campo político**

A área de estudos da Ciência Política foi enriquecida conceitualmente com a contribuição do sociólogo francês Pierre Bourdieu (2011) no que se refere à sua noção de “campo”, mais especificamente, ao que se compreende como “campo político”. Segundo Bourdieu, o espaço social em que os sujeitos possuem uma posição específica, onde há uma dinâmica conflitual e eles atuam de acordo com ela, é um “campo”.

Regras e fundamentos específicos delimitam e caracterizam cada espécie de campo, por exemplo: universitário, jornalístico, jurídico, religioso, político, entre outros. Ainda, no que se refere à ideia de campo, este possui regras de

funcionamento, hábitos característicos, linguagem própria, que são a marca daqueles sujeitos que nele ingressam.

O campo funciona como um pano de fundo, onde a ação e os pontos de vista dos sujeitos pertencentes a ele operam. Nele, há uma lógica, uma hierarquização dos interesses e a discriminação dos objetos e das práticas de seus agentes. Ao campo está vinculado o conceito de “Doxa”, que é uma “opinião”, uma “fé prática” aceita pelos indivíduos que vão atuar dentro do campo.

A diferenciação do mundo social leva ao surgimento do campo autônomo e o ingresso nele pressupõe a aceitação da “Doxa”, ou seja, das regras internas, dos valores, da linguagem, enfim, de tudo aquilo que é próprio do campo.

A discussão sobre o campo político foi iniciada por Bourdieu em 1977. Ele fazia uma comparação entre os campos artístico e religioso com a política, com o jogo político, com o campo político em última instância. Compartilha da opinião de Raymond Barre, citando-o em sua definição de campo – um microcosmo, pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. O campo apresenta sua autonomia, configurando o microcosmo no interior do macrocosmo social. Tem seu próprio “nomos”, sua lei específica, tem em si mesmo o princípio e a regra de seu funcionamento. Quem entra para o campo político opera uma conversão, uma transformação, ainda que inconsciente cuja sanção em caso de romper com as normas é o fracasso ou a exclusão do campo.

No exemplo do sociólogo francês, quem ingressa na política compromete-se a se eximir de certas condutas incompatíveis com a dignidade aceita ou tolerada pelo campo, sob a pena de responder a um escândalo. Essas regras possuem uma gênese, uma história social, um nascimento, característica de qualquer campo, que possui suas peculiaridades e inovações – por exemplo, o campo político foi responsável por algumas inovações típicas de sua natureza: voto por maioria, cabines de votação, entre outras –, e cujas práticas diferenciam os “profissionais” dos “profanos”, do campo.

Bourdieu utiliza os estudos de sociólogos políticos que classifica como neomaquiavelistas do século XX, os quais estudaram os partidos socialistas alemães e italianos, para desdobrar seu conceito de campo para a política. Refere-se aos estudos elaborados por Michels, na Alemanha, e Mosca, na Itália.

O campo político é delimitado por um conjunto de regras de exclusão, segundo as quais algumas pessoas preenchem as condições ao acesso a ele e outras não, o que determina as condições sociais para o seu funcionamento. As propensões ou aptidões de participação política são desigualmente distribuídas, em função das condições sociais de acesso à política. São exemplos: a divisão do trabalho entre os sexos, classes sociais, a instrução formal (escolaridade), o tempo livre disponível, entre outros elementos que servem de inclusão ou de exclusão ao campo.

Nessa direção, quanto mais o campo político se autonomiza e se constitui, mais profissionalizado fica. Em consequência, os que pertencem ao campo percebem aqueles que estão fora como “profanos”, produzindo uma espécie de barreira para mantê-los afastados. Essa ideia está apresentada da seguinte maneira: “só os políticos têm competência (palavra importante, simultaneamente técnica e jurídica) para falar de política. Eis uma proposição tácita que está inscrita na existência do campo político” (BOURDIEU, 2011, p.197). Esse esforço é denominado por Bourdieu de axiomatização, tornar explícitas as tautologias fundamentais sobre as quais repousa um campo.

Assim, o funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento e de separação em relação aos ‘profanos’. A escolha de uma ou outra posição está ligada à ocupação de um espaço que é o próprio campo político. A participação nele pressupõe a constituição de uma competência específica, uma socialização dos jovens políticos. É preciso aprender uma série de conhecimentos típicos e específicos desse universo, por exemplo, como usar de evasivas ou subterfúgios, aprender os artifícios, as correlações de força, como tratar os adversários e os aliados, enfim, uma série de competências específicas deve ser dominada de forma prática.

O aprendizado de saberes e de habilidades permite a possibilidade de se participar do que o senso comum define como a “política politiqueria”. Aqueles permitem ao político negociar compromissos, silenciar sobre certas coisas, comunicar-se etc. É o que permite o fechamento do campo político para os especialistas no assunto. Contudo, o campo político não pode se isolar completamente:

os que estão envolvidos nesse jogo não podem jogar entre si sem fazer referência àqueles em nome de quem se expressam e perante os quais devem prestar contas, mais ou menos ficticiamente, de tempos em tempos. Os jogos internos encontram aí o seu limite. [...] Nesse sentido, o campo religioso se assemelha bastante ao campo político, o qual, apesar de sua tendência ao fechamento, permanece submetido ao veredicto dos leigos (BOURDIEU, 2011, p.201).

O campo político é um espaço de forças e de lutas para transformar as relações de forças, no qual as condutas dos agentes são determinadas pela posição que ocupam na estrutura da relação de forças. Bourdieu se pergunta: quais os limites do campo político? Como é possível transformar a relação de forças?

Nesse sentido, alguns espectadores do campo político tornaram-se agentes em primeira pessoa, em razão dos efeitos que produzem nele, a saber, os jornalistas e os especialistas em pesquisa de opinião.

Uma maneira de se reconhecer um agente que pertence a um campo político se dá pelo fato de ele transformar o estado do campo, pela sua presença ou ausência nele. Afinal, em todo o campo coloca-se a questão do pertencimento ou do afastamento em relação a ele.

O sociólogo francês informa que o campo político possui algumas particularidades, em relação aos outros campos: ele nunca poderá se autonomizar completamente. E deverá incessantemente fazer referência a sua clientela (os leigos), que terão a última palavra nas lutas entre os membros do campo político.

Em sua concepção de política, ela é uma luta em prol de ideias, ideias-força, que funcionam como propulsor de mobilização. Ilustra essa noção com a frase que Karl Marx utilizou no Manifesto Comunista de 1848: “proletários de todo o mundo, uni-vos!”. As lutas políticas são protagonizadas pelos indivíduos que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, e o objeto em disputa é o poder sobre o Estado.

Há no campo político lutas simbólicas, nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, capitais desiguais, poderes simbólicos desiguais. Assim, o papel do partido político reside na investidura no peso político do agente, no capital político dele. Dessa maneira, ganha importância o controle da burocracia partidária. Logo, Bourdieu (2011, p.205) conclui que a investidura dada pelo partido é muito importante.

Parte importante das condutas políticas é inspirada por uma preocupação com a reprodução do aparelho que garante a existência política de seus membros, o partido. É possível se afirmar que partidos políticos são “coalizões de indivíduos que buscam dirigir o governo”, conforme ensina Marengo dos Santos (2000, p.28), em uma referência a um trabalho de Anthony Downs sobre democracia (“A Teoria Econômica da Democracia”). Dessa forma, é relevante à pesquisa que busque encontrar elementos que liguem a trajetória política desses indivíduos que atuam em um partido na busca do poder institucional, ou seja, as instâncias de governo.

Na Ciência Política, os estudos que buscam atingir esse objetivo são aqueles vinculados à análise da carreira e do perfil social dos políticos, voltados a que características sociais e econômicas permite/facilitam o ingresso e a permanência nesse campo e como as instituições partidárias operam nesses processos.

Nesse sentido, muitos trabalhos realizados nessa área, como por exemplo, feitos por Lipset e Rokkan, identificaram que uma maior identidade entre eleitores e partidos acontece em “processos sociais” com “contornos temporais e geográficos” bem definidos e reduzidos (MARENCO DOS SANTOS, 2000). A busca pelo voto e pela fidelidade do eleitor conduz os partidos a manterem uma estabilidade e um padrão, evitando posições flutuantes que possam afastar o eleitor e, induzir à infidelidade. Pode-se constatar que há uma tentativa de produzir uma identidade facilmente reconhecida, que conquiste o voto e a lealdade do eleitor, pois, do contrário, ocorre uma perda de laços com os grupos sociais que servem de sustentação ao partido.

A análise da trajetória e do perfil dos indivíduos que atuam em um partido ganhou importância principalmente posteriormente aos anos 1990, com a desestruturação do Bloco Soviético e a famigerada “crise das ideologias”. Sobretudo, por ser uma forma mais operacional de se analisar as configurações partidárias. Contudo, estudos dessa natureza já vinham sendo objetos de atenção há mais tempo, Max Weber, por exemplo, na obra “Economia y Sociedad” (1984), também se preocupou com o perfil social daqueles que se dedicavam à política.

Outro clássico da Ciência Política que também escreveu sobre trajetória foi Robert Michels em sua “Sociologia dos Partidos Políticos”, publicada no Brasil pela UnB, em 1982. Nessa obra, o autor perpassa inúmeras questões, comuns ao estudo

dos partidos políticos: oligarquização do partido, verticalização e hierarquia, estabilidade dos dirigentes, financiamento partidário, para citar alguns exemplos.

A busca de identidade e de coesão partidárias também está profundamente ligada à formação do partido. Quando este é constituído a partir de uma base social definida (igreja, bairro, profissão etc.), a chance de identificação prosperar é maior. Isso favorece às organizações partidárias oferecerem sua representação política entre os eleitores, conforme é bem observado por George Tsebelis, em seu trabalho “Jogos Ocultos: Escolha racional no campo da política comparada”, publicado no Brasil pela Edusp, em 1998.

Marengo dos Santos justifica da seguinte forma a utilidade do estudo de carreiras políticas, para melhor compreensão da identidade de uma organização partidária:

Padrões de carreira oferecem um indicador confiável acerca do controle exercido pela liderança partidária sobre seus seguidores e, por consequência, a medida em que a organização tende a adotar uma identidade comum (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.38).

Ainda, discutindo carreira, Marengo dos Santos – ecoando estudos publicados na França<sup>1</sup> – distingue dois tipos de recrutamento de postulantes a uma vaga parlamentar, a saber: *endógeno* e *lateral*. O primeiro refere-se àquele indivíduo que ingressa inicialmente nas fileiras partidárias e percorre uma trajetória interna, ocupando espaços da burocracia da organização. Nesse sentido, procura obter reconhecimento e confiança dos líderes e, a partir de então, obtém uma oportunidade de concorrer a uma vaga eleitoral, normalmente recorrendo ao financiamento da máquina partidária.

A outra forma de recrutamento, *lateral*, define-se como o ingresso na carreira política a partir da valorização de atributos externos à organização partidária, quais sejam: prestígio, posses, e relações constituídas na vida privada do sujeito. Esse recrutamento *lateral* pode apresentar algumas vantagens que o *endógeno* não oferece, conforme Marengo dos Santos (2000, p.39) ensina:

---

<sup>1</sup> OFFERLÉ, Michel. L Profession Politique. XIXe.-XXe. Siècles. Paris: Belin, 1999.

Detendo recursos próprios, candidatos não dependem do aval da liderança partidária, podendo ignorá-la com menos risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira. Inversamente, são os dirigentes partidários que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes à lista de candidatos do partido.

Essas duas formas de ingresso na carreira política são utilizadas por indivíduos que possuem uma trajetória de vida e profissional distintas. Em um caso, o aspirante a um mandato eletivo que ao longo de anos construiu uma sólida imagem como bom médico, advogado de renome, ou jornalista conhecido – para citar alguns exemplos – pode ingressar de forma lateral na carreira política. Por outro lado, um jovem que esteja iniciando sua vida adulta ou, mesmo alguém que não constituiu uma vida laboral que tenha lhe rendido reconhecimento público, acabado necessitando ingressar na carreira política por dentro da organização partidária, de forma *endógena*. Esse capital coletivo torna-se fundamental, e pode estar nos movimentos social, religioso, estudantil, sindical, étnico, de gênero, que se inter-relacionam com o partido ao qual o indivíduo pertence.

Até meados do século XIX, quando predominava o voto censitário e o sufrágio não era universal, a política institucional era exclusividade de pessoas de classes sociais enriquecidas. Estas não necessitavam percorrer uma longa trajetória partidária para ingressar na carreira política, pois possuíam recursos e notoriedade pessoais para levarem adiante seus projetos eleitorais.

De outra parte, os novos sujeitos, oriundos de classes sociais menos privilegiadas economicamente, dependiam da organização partidária e social (sindicato, associações, igreja etc.) para enfrentar os políticos tradicionais. Nesse sentido, foi importante o fortalecimento das ideias como esquerda e direita, progressista e conservador, socialista e liberal, para a consolidação das imagens dos partidos e o diálogo com o eleitor.

A consolidação do sistema partidário originou um novo tipo de elite política, presa à oligarquia partidária, fenômeno que foi estudado por Michels, e conceituado em seus aspectos mais elementares como a “lei de ferro da oligarquia”, na obra já mencionada “Sociologia dos Partidos Políticos” (MICHELS, 1982). Dessa maneira, seguiu-se uma maior padronização e seletividade no estudo sobre carreira política.

Como consequência desse fenômeno, surgiu a figura do profissional da política, identificado por Mattei Dogan (1999). Aquele apresenta: “vocação precoce para política”, “longas carreiras”, “recursos financeiros extraídos da atividade política”, ou seja, ingressa definitivamente no campo político (BOURDIEU, 1999).

A institucionaliza o da figura do político profissional ocasionou uma redu o no ingresso *lateral* na carreira política. Dessa forma, os partidos têm cada vez mais consolidado o domínio do recrutamento de quadros da política institucional, tornando-a mais engessada e, com trajetórias políticas mais duradouras. Nesse sentido, nem o fen meno da corrup o abalou as estruturas do sistema político ou gerou instabilidade nas carreiras políticas, como tentou indicar equivocadamente Giovanni Sartori em seu trabalho “Engenharia Constitucional”, publicado pela UnB em 1996.

De acordo com o que ensina Marengo dos Santos, há presença do recrutamento de padrão *endógeno* na carreira parlamentar brasileira. Ao ponto de ele afirmar que, “não se fazem mais oligarquias como antigamente”, quando predominava, até 1946, o ingresso lateral no campo político.

O campo de estudos do que se compreende por carreira política, não   homog neo tanto no que se refere às categorias utilizadas quanto à forma como se d  a abordagem das pesquisas, dos objetos e das metodologias empregadas. Além disso, a ampla variedade de temas contribui para diversifica o de conceitos que denominam o campo: “carreira política”, “trajetória política”, “recrutamento de elites políticas”, “recrutamento político”, “sele o de lideranças políticas”, entre outros.

Recrutamento Político refere-se aos procedimentos de forma o das elites políticas, abrangendo legados familiares de todos os matizes que apresentam como ponto máximo a conquista de cargos eletivos propriamente ditos, após uma série de disputas que colocaram outros competidores para fora do campo.

Os conceitos de “recrutamento das elites políticas” ou “sele o de lideranças políticas” estão ligados aos estudos de quem ocupa os espaços institucionais de representa o política nos sistemas políticos das democracias contemporâneas. Estes estudos procuram desvelar o como se d  a escolha daqueles que serão os candidatos pelos partidos, bem como quem são estes atores (perfil e história principalmente). Os críticos desses estudos apontam que eles não d o conta de responder o que acontece com os membros das elites que não alcançam os espaços institucionais, é o caso de Perissinotto e Codato (2007).

O conceito de trajetória política tem sido utilizado na reconstrução da trajetória prévia que as elites políticas percorrem até alcançarem os postos de representação institucional mais diretamente. Como por exemplo, a militância em organizações sociais (sindicatos, Igrejas, entidades artísticas, culturais, filantrópicas, esportivas) e a atuação em cargos políticos e da burocracia partidária.

No entanto, entre todos os apresentados, o conceito mais empregado é o de carreira política. Este visa abranger todo o histórico do ator político até a conquista de um cargo eletivo até os passos seguintes na busca de outros espaços institucionais mais interessantes e de maior poder e prestígio.

Com o advento da consolidação das democracias representativas, cresceu o número de indivíduos que se dedicam profissionalmente à carreira política. Esse fenômeno foi analisado por muitos teóricos, inclusive Max Weber, que identificou duas maneiras de se relacionar com o campo político: aqueles que vivem para a política e aqueles que vivem da política (WEBER, 1993).

Os estudiosos do tema indicam que cada vez mais o campo político tem sido ocupado por atores que se dedicam exclusivamente a ele. Ou seja, se profissionalizam cada vez mais, dominando as técnicas de linguagem, retórica, costumes, termos e posturas que o caracterizam, ampliando sua possibilidade de permanência.

Isso explica, de certa forma, porque há pouca variação nas elites políticas e também porque as carreiras longas têm sido caracterizadas por uma presença de poucos atores políticos. Cada vez mais o recrutamento das elites políticas ocorre com pessoas de maior experiência e com maiores recursos políticos. O capital necessário para o sucesso na carreira foi apresentado no início quando se abordou a contribuição de Bourdieu na formulação do conceito de Campo Político.

Os trabalhos sobre o campo da trajetória política demonstram que ela tem início cedo, fora do campo político, em experiências familiares, comunitárias, estudantis, sindicais, partidárias, religiosas, culturais que servem de acúmulo para a carreira política futura. Essa experiência prévia, inclusive serve para diferenciar os atores políticos de matrizes ideológicas divergentes, ou seja, de esquerda e de direita, como apontou Marengo dos Santos (2000).

A questão da carreira política também envolve a ambição do ator, conforme definiu Schlesinger (1966). Segundo o qual existem três níveis de ambição: discreta, estática e progressiva. Na primeira o ator pretende ter um curto período de atuação

política; na segunda, ele busca permanecer por um certo período na mesma função; e na terceira há um interesse em ampliar sua carreira política, buscando conquistar cargos mais elevados na hierarquia.

Essa mobilidade na carreira é realizada de forma bem calculada, entre os atores com maior longevidade no campo, pois há um temor quanto aos riscos de se perder uma eleição e ter a carreira abreviada. Em resumo, esses são os elementos que influenciam na composição da estrutura de oportunidades que configura as reflexões em torno de como se constrói uma carreira política.

## **1.2 Perfil social**

Porém, as reflexões relatadas acima acabam por se dirigir aos que permanecem no campo político, nele constituem uma carreira e aos elementos mais propriamente políticos que os credenciam. Embora evidentemente possam também abordar as características sociais e econômicas que esses atores apresentavam antes de ingressar no campo político ou tentar verificar como essas características influenciam (se é que o fazem) quando eles permanecem no campo político, o fato é que muitas dessas investigações eventualmente podem dispensar essas questões ou referenciá-las apenas de passagem.

Assim, os estudos sobre perfil social e econômico da “classe política” ou “elites políticas” são um tema clássico desde as primeiras contribuições de autores elitistas, como Mosca e Pareto, quando definir quais repertórios ou requisitos configuram o grupo dos que efetivamente exercem o poder e que os distinguem dos dominados implicava a validação da própria ideia da elite dominante. E eles continuam a constituir uma problemática válida e relativamente autônoma, pois formam um recorte compatível e válido frente à ideia de campo.

Nesse diapasão, cabe perguntar: mas afinal quem são as pessoas que operam no campo político e nele fazem carreira? As respostas para essa indagação são oferecidas pelos estudos sobre perfil político.

No caso do Brasil, estes trabalhos também contribuem para que se compreenda a importância e a natureza do sistema partidário e institucional. Afinal, ao se desvelar quem são os atores que compõem a elite dos partidos, é possível

melhor interpretar a orientação político-programática e a “tonalidade ideológica” (RODRIGUES, 2002) daqueles que operam e fazem carreira no campo político:

os dados relativos à composição socioocupacional, à dimensão patrimonial, aos níveis de escolaridade e à formação universitária das bancadas mostram que os seis partidos brasileiros se diferenciam não apenas quanto à ideologia (a face mais visível da vida dos partidos) mas também quanto aos segmentos sociais neles representados (RODRIGUES, 2002, p.110-111).

Os estudos sobre perfil político igualmente contribuem para por a prova antigas teorias que criticavam o sistema partidário brasileiro e o apontavam como ineficaz, frágil e inconsistente, ou seja, um caso notório de subdesenvolvimento partidário, caso de Mainwaring (2001), para citar o mais destacado defensor dessa ideia.

Rodrigues acredita que o estudo do perfil das elites partidárias é um indicativo do comportamento exibido na arena política. Ou seja, apontando para os tipos de interesses socioeconômicos que serão defendidos pelo partido A ou B, no exemplo brasileiro estudado, pelos deputados na Câmara Federal:

Entendemos que o levantamento da composição ocupacional das bancadas indica diferenças significativas entre os partidos, singularizando-os e fazendo com que suas cúpulas representem interesses socioeconômicos diferenciados, relativamente compatíveis com as posições políticas assumidas pelos seus representantes na Câmara dos Deputados (RODRIGUES, 2002, p.50).

Um dos mais representativos estudos sobre o perfil da elite petista foi feito por Rodrigues ao analisar a composição parlamentar da Assembleia Nacional Constituinte (RODRIGUES, 1987). No caso específico do PT, partido objeto da dissertação, os 16 deputados que compunham a bancada foram identificados e a composição social deles foi definida.

Em estudo posterior, este autor assim define a composição social das lideranças do PT, no seu primeiro ciclo (fundacional):

O PT surgiu dos movimentos sociais, mas dos movimentos sociais controlados ou influenciados pela Igreja Católica, que está longe de ser no Brasil, uma instituição fraca, marginal ou ilegítima. Por outro lado, o PT de fato foi lançado e apoiado por dirigentes sindicais, por lideranças operárias, se quisermos, mas por diretores dos sindicatos oficiais, quer dizer, por organizações com certo poder de pressão e mobilização de massas (RODRIGUES, 1990, p.10).

Os estudos sobre o perfil social de elites políticas também colaboram para desvendar nível do sucesso eleitoral dos competidores, as variáveis que melhoram o desempenho nas eleições. Em estudo sobre as eleições municipais de 2004 e, gerais de 2006, Coradini (2012) problematizou o impacto de fatores como ocupação profissional e escolaridade nos resultados eleitorais.

O autor verificou a importância que certas atividades profissionais têm no ingresso lateral à carreira política, confirmando estudos já citados anteriormente (OFFERLÉ 1999; DOGAN, 1999; WEBER, 1993). Da mesma maneira, ele referenda a tendência à maior escolaridade no perfil comum de atores recrutados para a elite política (CORADINI, 2012). Ao analisar os dados das duas eleições estudadas, Coradini conclui que há uma tendência geral no perfil social, quando do recrutamento das elites que vão desenvolver uma carreira política.

Outro estudo relevante sobre perfil social no campo político foi realizado por Costa (2010). Ele analisa o caso do Senado Federal brasileiro, entre os anos de 1987 e 2007, com enfoque na análise do perfil dos representantes estaduais. Do ponto de vista da idade, do gênero e do nível educacional, observou que há uma homogeneidade da elite política brasileira. Porém, com base em estudo de Rodrigues (2002), foi possível a ele notar que há diferença no perfil de parlamentares de partidos com orientações ideológico-programáticas distintas. Logo, confirma os apontamentos de outro estudo importante da área, o de Marengo e Serna (2007), que identificou porque carreiras políticas de parlamentares de direita e de esquerda são distintas, não só no Brasil, como em outros países da América Latina (Uruguai e Chile). Nas palavras de Costa (2010, p.97):

as principais diferenças de composição sócio-ocupacional dos partidos políticos tal como observado na Câmara dos Deputados se confirmam quando olhamos as bancadas partidárias do Senado: perfil social distinto e mais ou menos congruente com sua organização e programa, isto é, com sua posição na escala direita - centro- esquerda.

Ainda em estudo sobre o perfil dos Senadores da República, Neiva e Izumi (2012) encontraram resultados interessantes sobre a formação universitária dessa elite, a indicar que, apesar da similitude de escolaridade, persistem distinções de áreas do conhecimento a que essa parte da “elite política” se dedicou. Notaram uma hegemonia de senadores formados em cursos de Direito, com uma leve tendência de redução dessa característica ao longo do tempo. Ao contrário, há um sensível

destaque para atores com formação em economia, especialmente membros dos partidos que os autores dizem com “vocação presidencial”, quais sejam: PT e PSDB. E, também, formação semelhante entre os eleitos da região sudeste do país e, membros da Comissão de Assuntos Econômicos da Câmara alta, do Congresso Nacional.

Essa forte característica de formação dos senadores brasileiros, fez com que Neiva e Izumi (2012) os chamassem de “doutores” da federação. Entretanto, em relação ao estudo ora realizado sobre os prefeitos do PT no RS, essa é uma tendência que não se confirma, pois, como será demonstrado no terceiro capítulo, a maioria dos atores eleitos para o cargo executivo municipal não é de advogados, tampouco de economistas, indício de que a realidade de um cargo não é necessariamente a mesma em outro.

Em termos de estudos sobre o perfil sociais especificamente dos quadros petistas, destaca-se Amaral (2010), cuja tese de doutoramento, defendida em 2010, “as transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009” analisa as transformações na organização interna do PT e seus impactos sobre a dinâmica partidária entre 1995 e 2009.

Além de Amaral, César (2002) estudou a base social do Partido dos Trabalhadores gaúcho, ou seja, o perfil dos militantes do partido – características sociodemográficas, situação de domicílio, idade, sexo e cor – indicadores em sua maioria que coincide com aqueles utilizados na presente pesquisa.

Portanto este é, em linhas gerais, o campo conceitual pelo qual o trabalho será desenvolvido. Outros trabalhos serão mencionados ao longo do texto, pois além do campo de estudos a respeito de recrutamento, carreira e trajetória e perfil social das elites políticas ser vasto e diversificado, pois cada período e cada cargo pode subsidiar investigações não necessariamente compatíveis com os demais períodos e cargos, isso também se aplica ao universo de estudos sobre o PT, conforme bem assinala Ribeiro (2009, p.119):

O Partido dos Trabalhadores (PT) é a agremiação mais estudada do atual quadro partidário brasileiro. A atuação de seus parlamentares, as experiências governativas, a transformação das campanhas eleitorais, a pragmatização e moderação do discurso, do projeto e dos programas de governo, o lento e constante processo de capilarização eleitoral do partido rumo ao interior do país – são alguns dos temas mais recorrentes na vasta bibliografia sobre a legenda.

Alguns desses trabalhos – sejam os específicos sobre o PT, sejam aqueles que falam de algum cargo político, preferencialmente após a redemocratização do país – serão resgatados e abordados com mais vagar no capítulo 3, momento em que a dissertação vai procurar referenciais que permitam situar com mais propriedade os dados alusivos ao perfil dos prefeitos do PT eleitos no Rio Grande do Sul. Outros desses estudos, porém, serão referenciados pela primeira vez, pois a opção para este capítulo foi a de situar de modo mais amplo e genérico o campo em que o estudo vai se desenvolver, logo apenas apresentar suas fronteiras mais nítidas e demarcadas.

## **Capítulo 2 A Construção metodológica da pesquisa**

Este capítulo tem a intenção de apresentar os principais procedimentos adotados para a realização da pesquisa, configurando-se, portanto, em torno da metodologia que a fundamentou.

A partir do problema apresentado na Introdução, havia dois desafios principais para o desenlace do trabalho: o primeiro deles era tornar operacional o objeto de pesquisa, qual seja, os prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul desde a primeira eleição disputada pelo partido até a mais recente (1982-2012); a segunda era definir as categorias que seriam utilizadas para construir o perfil social desses prefeitos.

Somente a partir dessas duas definições é que o trabalho de coleta de dados poderia ser realizado. Porém, as decisões relativas aos dois desafios citados acima exigiam um levantamento prévio de informações, até como medida para verificar a viabilidade efetiva da proposta presente no projeto de pesquisa.

Então, foi necessário inicialmente coletar dados para conseguir tomar essas decisões. Com vistas a este fim foi feito contato com os responsáveis pela Secretaria de Organização do PT-RS, instituição que possui a relação de todos os atores do partido com mandatos nos executivos municipais do estado. De posse desse material, a consistência daqueles dados foi testada por meio de pesquisa nos sites do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).

Esse levantamento inicial mostrou que a formulação original do objeto de pesquisa precisaria de alguns ajustes para torná-lo operacional. Isto porque, embora o PT tenha disputado a eleição de 1982, a primeira realizada no país após a sua

criação, em 1980, ele não conquistou nenhuma prefeitura naquela oportunidade, o que só veio a ocorrer em 1988, no segundo pleito municipal do qual participou<sup>1</sup>. Assim, embora a proposta fosse abarcar o conjunto das disputas do período – e de fato foi assim realizada –, na prática, o recorte seria 1988-2012, eleições em que o partido logrou êxito. Ou melhor, abarcam ainda pleitos realizados em 2013, pois houve duas eleições vencidas pelo PT em 2012 que foram anuladas pela Justiça Eleitoral e repetidas no ano seguinte (o que é denominado como “eleição suplementar”), quando o partido voltou a se sagrar vencedor (Novo Hamburgo e São José do Ouro). Frente a essa situação, a decisão foi a de não considerar aqueles originalmente eleitos prefeitos nesses dois municípios, tendo em vista que os mandatos não se concretizaram (a anulação se deu antes mesmo da posse deles), e sim aqueles que obtiveram o mandato no pleito suplementar<sup>2</sup>.

Apesar de, e em verdade, incluir prefeitos eleitos em 2013, a preferência recaiu por manter o recorte 1988-2012, tendo em vista que o pleito suplementar era alusivo a mandatos relativos ao período 2013-2016, os mesmos definidos nas eleições regulares e válidas de outubro de 2012.

Outra dificuldade surgiu a partir do pleito de 2000, quando a reeleição imediata foi implantada. Ela se refere a aqueles que foram novamente eleitos prefeito. Tal situação, por óbvio, continuou a se repetir nas eleições subsequentes, acrescida de outra situação: a daqueles que retornavam ao cargo após algum mandato longe da prefeitura. O problema era que se as informações relativas a esses chefes do executivo fossem incorporadas à pesquisa – afinal, eram “prefeitos eleitos pelo PT” – os mesmos indivíduos seriam contabilizados mais de uma vez. Tal fato poderia provocar distorções nos dados e mascarar a intenção principal da investigação que é traçar o perfil desses eleitos.

Assim como na situação precedente, foi preciso recortar o objeto, torná-lo mais definido e delimitado, com vistas a permitir uma operacionalização mais adequada à proposta de pesquisa. A decisão foi a de analisar tão somente aqueles indivíduos que se elegeram prefeito pelo PT pela primeira vez, sem considerar

---

<sup>1</sup> Como destacado na Introdução, o PT disputou a eleição isolada para prefeito em 1985, realizada em alguns municípios do estado.

<sup>2</sup> No caso de Novo Hamburgo, o incluído foi José Luis Lauermann e não o eleito no pleito original, o então prefeito Tarcísio Zimmerman (e que, por isso, já havia sido incorporado ao estudo, conforme critério a ser explicitado na sequência). No de São José do Ouro, o eleito em 2012 (Algacir Menegat) foi desconsiderado e a inclusão recaiu sobre o vencedor do pleito suplementar, Benhur Francisco Vanz (G1, 03 mar. 2013; TSE, 05 jul. 2013).

novamente todos aqueles que se reelegeram sucessivamente e/ou retornaram ao cargo<sup>3</sup>. As informações relativas ao perfil deles, então, seriam coletadas no pleito em que atingiram o cargo pelas urnas pela primeira vez na condição de candidatos apresentados pelo PT. O critério fundamental, então, passou a ser que ele concorresse e vencesse pelo PT e ao conseguir tal feito o realizasse pela primeira vez.

Alertado por essas possibilidades, tomou-se mais uma decisão: caso o indivíduo conseguisse se eleger prefeito por mais de um município – como nas situações de municípios emancipados ou de troca de domicílio eleitoral do candidato entre municípios já existentes –, esta nova vitória também não seria considerada. Esclarece-se, porém, que esta decisão foi tomada em abstrato, calcada no zelo do pesquisador, pois não foi registrado nenhum caso de alguém que tenha se eleito por mais de um município.

Com isso foi possível compor o quadro que é a matéria prima da pesquisa. Foram identificados 248 municípios conquistados pelo PT com candidato próprio<sup>4</sup>. Contudo, para fins de análise desta pesquisa, foram computados 178 casos, correspondentes a aqueles que atendiam os critérios narrados acima e que abarcam 141 municípios. A relação encontrada em cada pleito está discriminada na tabela abaixo.

**Tabela 1 – Municípios em que o PT elegeu o prefeito (RS, 1988-2012)**

<b>Eleição</b>	<b>Prefeito eleito pela 1ª vez</b>	<b>Município em que venceu pela 1ª vez</b>	<b>Municípios em que venceu</b>
1988	3	3	3
1992	7	5	7
1996	26	24	26
2000	24	23	35
2004	27	22	43
2008	40	29	61
2012	51	35	73
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>141</b>	<b>248</b>

Fonte: TRE-RS

<sup>3</sup> Além dos prefeitos com reeleição sucessiva, foi possível identificar Nelson José Grasselli, de Pontão, que alcançou o poder executivo local três vezes (1996, 2000 e 2012) e Vilson Antônio Babicz, de Florianópolis, que foi eleito em quatro oportunidades (1996, 2000, 2008 e 2012).

<sup>4</sup> Como já foi destacado, em Novo Hamburgo e em São José do Ouro a eleição de 2012 foi anulada e ocorreu um pleito suplementar em 2013. Esses municípios estão contabilizados apenas uma vez.

Com a construção metodológica do objeto de pesquisa, a questão passou a ser as categorias ou variáveis que seriam utilizadas para compor o perfil social desses prefeitos eleitos pelo PT. A partir da análise da bibliografia consultada que aborda esta temática e que está referenciada ao longo da dissertação, a opção inicial foi pela adoção de seis categorias, visto serem aquelas que mais comumente são utilizadas, o que também permitiria mais facilmente a comparação com investigações congêneres: (1) idade/faixa etária; (2) escolaridade; (3) sexo/gênero; (4) ocupação/atividade profissional; (5) estado civil; (6) cor.

Porém, a efetiva utilização dessas variáveis dependia da possibilidade de obtenção dos dados alusivos aos 178 prefeitos com confiabilidade. Aqui é preciso fazer referência ao modo como as informações sobre os candidatos estão disponibilizados nos sites da Justiça Eleitoral (TSE e TRE-RS), pois elas fundamentam a decisão definitiva sobre as variáveis utilizadas e os esforços de pesquisa para suprir as carências ali observadas.

A partir de 2004, é possível acessar uma série de dados relativos aos candidatos – como data de nascimento, nível de escolaridade, sexo, ocupação, estado civil, naturalidade –, inclusive a fotografia<sup>5</sup>. Tal facilita a obtenção das informações que a pesquisa buscava manejar, embora não eliminasse alguns problemas ou dificuldades, as quais serão relatadas mais adiante.

Para os pleitos de 1988 a 2000, que correspondiam a 60 prefeitos, essas mesmas informações não estavam disponíveis e, para serem utilizadas, obrigatoriamente precisariam ser obtidas e/ou conferidas em outras fontes – inclusive no próprio site do TSE, caso esses prefeitos tivessem concorrido em eleições realizadas a partir de 2004.

Nessas situações, os dados, as informações complementares e/ou a confirmação dos dados disponíveis foram obtidos em notícias de imprensa, sites, blogs, documentos oficiais e trabalhos acadêmicos – todos alcançados por meio da internet<sup>6</sup>. Também houve a tentativa de localizar e contatar os próprios prefeitos por meio de e-mail e de redes sociais, em especial o facebook. Este se revelou decisivo em ao menos um caso, quando os dados faltantes foram gentilmente encaminhados

---

<sup>5</sup> A referência é o pleito municipal, pois os dados sobre os candidatos estão disponíveis desde a eleição estadual e nacional de 2002.

<sup>6</sup> Entre elas, destacam-se dois sites dedicados ao tema e que foram úteis para a obtenção ou a conferência dos dados: “Quadro Político” (2015) e “Políticos do Brasil” (UOL NOTÍCIAS, 2015).

pelo hoje ex-prefeito. Alguns dos desafios envolvidos nesse tipo de pesquisa empírica serão detalhados na sequência deste capítulo.

A primeira etapa do trabalho de coleta das informações fez com que a “cor” tivesse de ser abandonada, o que ocorreu em função das razões apontadas acima, ou seja, o dado não era tornado público ou exigido pela Justiça Eleitoral, quando do registro da candidatura. Como no caso dos pleitos de 1988 a 2000 não há também a foto dos candidatos, sequer a tentativa de o próprio pesquisador classificá-los seria viável. A destacar que talvez fosse possível vencer essa dificuldade e obter a imagem dos candidatos se fossem adotadas outras fontes de informação, caso de sites e de blogs. No entanto, este esforço não foi sequer tentado, pois desde o princípio o pesquisador não se dispunha a fazer tal classificação, e sim pensava em utilizar, se disponível, a classificação realizada pelos próprios prefeitos ao registrarem suas candidaturas junto à Justiça Eleitoral. Como isto não se revelou possível, a decisão foi desconsiderar esta variável<sup>7</sup>.

O trabalho de coleta de dados redundou na obtenção das informações relativas a: sexo/gênero de todos os prefeitos; data de nascimento de 175; estado civil de 176; escolaridade e ocupação de 177. Foram completados todos os dados de 174 dos 178 casos em estudo, ou seja, 97,8%, o que foi considerado muito positivo, pois, como será relatado na sequência, informações sobre alguns deles exigiram muitas buscas ou o cruzamento de vários dados para configurar alguma certeza – especialmente em se tratando dos que se elegeram entre 1988 e 1992 e não deram continuidade à carreira política e nem permaneceram vinculados a cargos diretivos do PT.

Fala-se isto porque o critério adotado para incluir ao banco de dados da pesquisa alguma informação foi o seguinte: frente à inexistência de dado oficial da Justiça Eleitoral, a informação só seria incorporada quando confirmada por outra fonte oficial ou por mais de uma fonte confiável. Pairava, ainda, a exigência de que houvesse fortes indícios de que uma informação se referia à pessoa buscada, e não a uma homônima. Algumas situações e suas respectivas decisões ilustram as questões e os desafios da pesquisa.

---

<sup>7</sup> Para um estudo sobre os negros no PT, recomenda-se: Araújo (2004).

Antes de 2004 o registro da Justiça Eleitoral não identificava o sexo do candidato. Frente a nomes que poderiam ser tanto de homens quanto de mulher, foi necessária uma verificação para fazer a identificação definitiva da pessoa. Dois exemplos: Doalcir Roque Segat (vitorioso em 1996, no município de Porto Vera Cruz) e Adir Reginatto (vencedor em 2000, em Cacique Doble), ambos confirmados como do sexo masculino.

Para a definição do estado civil de Abrelino Luiz Mattei, prefeito de Ronda Alta, eleito em 1992, a fonte que conferiu certeza à pesquisa foi inusitada: em uma dissertação de mestrado defendida na UFRGS, a autora agradeceu o apoio que recebeu de Mattei, quando ele exercia o cargo de prefeito, bem como o de sua esposa (WANDERLEY, 1996). Até então não havia nenhuma informação confiável que confirmasse que ele era casado ao ser eleito.

Um dos prefeitos cuja idade não foi possível obter é Rui Francisco Berté, eleito em 1996, no município de Gramado Xavier. Os demais dados necessários – estado civil, ocupação e escolaridade – foram alcançados por meio de um contrato assinado entre o município, quando ele era prefeito, e a Associação Sulina de Crédito e Assistência Social, disponibilizado na internet (EMATER, 2015). Também foi localizada uma foto recente em uma edição on-line de um jornal da região em que está localizado o município de Gramado Xavier (ECO SERRANO, 19 set. 2013). A partir dela seria possível estimar a idade que Berté tinha ao se eleger prefeito, mas este exercício não foi realizado em razão da pouca precisão do procedimento e da alta probabilidade de erro.

Também não houve como completar os dados relativos a Beatriz Cristina Busanello, prefeita de Novo Machado, eleita em 1996. No caso dela, apenas o sexo/gênero foi confirmado, restando ausentes a ocupação, faixa etária e a escolaridade. Foi localizada uma pessoa com o mesmo nome, veterinária de profissão, com atuação em Santa Catarina, mas não houve como confirmar se se trata da mesma pessoa (CFMV, 2015). Em razão dessa dúvida, preferiu-se manter a lacuna.

No caso de Paulo Fernando dos Santos Vidal, eleito prefeito de Rio Grande em 1988, informação mais recente, disponibilizada em site do escritório de advocacia que ele mantém desde que se aposentou como promotor público, permitiu estimar a idade que teria ao se tornar prefeito (PAULO VIDAL ADVOGADOS, 2015). A destacar que ele também foi deputado estadual na legislatura 1995-1999, mas no

Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul não constam seus dados biográficos (ALERGS, 2015).

Porém, a variável que se mostrou o principal desafio foi aquela relativa à ocupação. No que tange aos pleitos de 2004 a 2012 há a informação no registro de candidato, o que facilita em muito a coleta dos dados. Porém, a informação é fornecida pelo próprio candidato, sem que seja necessária a apresentação de comprovantes, o que, associada à ambiguidade que o termo “ocupação” pode suscitar<sup>8</sup>, faz com que algumas delas não possam ser tomadas ao pé da letra (ao menos para a finalidade da pesquisa). Em alguns casos isto ocorre porque a ocupação declarada é muito genérica (como “fiscal” ou “gerente”), em outros porque explicitam a circunstância então vivida pelo candidato, mas não necessariamente a profissão que ele exercia ou a formação profissional que possui – e que são o objetivo perseguido pela dissertação ao coletar dados sobre “ocupação” –, como aqueles que se declaram “prefeito”, “vereador” ou “deputado”, enfim está a atuar como representante político.

Para o foco desta pesquisa, os que afirmam ser “político” constituem um problema. Isto porque estudos como o de Perissinotto e Miríade (2009) confirmam que esta é, de fato, não só uma atividade profissional como aquela que opera como o principal indicador de sucesso para os que buscam ser deputado federal – a confirmar a formação da política como um campo próprio, no sentido dado por Bourdieu (2011), o que foi exposto no capítulo 1. Desse modo, quando o candidato se declara político ao invés de apontar a atividade que desenvolvia antes de ingressar nesse campo – se é que exercia alguma –, a informação não é desprezível.

Porém, no caso desta dissertação, ainda que seja (e é) possível defrontar-se com prefeitos com um perfil de longa trajetória política, de modo que a ocupação laboral deles seja efetivamente esta, a intenção é captar a “atividade profissional privada” do indivíduo, aquela exercida fora da política, pois se supõe que a ampla maioria não é “político profissional”.

---

<sup>8</sup> Esclarece-se que esta é a denominação utilizada pela Justiça Eleitoral. Assim, o candidato ao fazer o seu registro deve informar qual é a sua “ocupação”, o que pode ser entendido tanto como a atividade laboral principal a que se dedica e/ou fornece os recursos dos quais retira seu sustento, quanto como a atividade decorrente da formação que possui, independentemente do fato de exercê-la ou não.

Então, a decisão foi a de utilizar a informação fornecida pelo próprio candidato à Justiça Eleitoral sempre que ela fosse suficientemente informativa acerca da profissão ou da atividade econômica realizada pelo prefeito. Quando ela se mostrou imprecisa, buscaram-se em outras fontes dados que pudessem resgatar a “ocupação”. Da mesma forma, a exemplo de Rodrigues (2002), tomou-se a decisão de procurar esta informação sempre que o prefeito tenha declarado a atividade política como principal ocupação, ou seja, ele só seria considerado “político” se não fosse possível confirmar a existência de outra atividade, seja porque não há dados, seja porque efetivamente esta é a sua atividade há muitos anos, de forma que deixou de exercer a profissão de origem<sup>9</sup>.

No que se refere aos pleitos de 1988 a 2000, a situação era muito mais grave, pois não havia o registro dos candidatos e, conseqüentemente, sequer a ocupação declarada pelo prefeito da qual partir. Foi necessário, portanto, utilizar largamente a internet para coletar esses dados. Uma estratégia foi verificar se ele concorreu a partir de 2004 e verificar qual ocupação foi declarada nessa(s) ocasião(ões). Em caso positivo, a preferência foi por considerar aquela mais próxima de quando se elegeu prefeito pela primeira vez, caso não houvesse muito distanciamento entre esses pleitos – não adiantaria utilizar para a eleição de 1996 informações referentes a 2012, por exemplo; mas seria possível aproveitar dados de 2004 para 2000. Ainda assim, procurou-se confirmar essa ocupação em outras fontes. E, a exemplo do ocorrido com prefeitos eleitos a partir de 2004, houve os que se apresentaram como “políticos”, o que redundou nas mesmas buscas narradas anteriormente. Todavia, a coleta também se defrontou com os que não mais concorreram e, nesse caso, outras fontes que não o registro oficial como candidato tiveram obrigatoriamente de ser buscadas.

No campo das identificações imprecisas pode ser citado Sérgio Stasinski, eleito em Gravataí em 2004. Ele não informou a ocupação para a Justiça Eleitoral naquela oportunidade, embora então atuasse como deputado estadual. Dois anos antes, quando concorreu e se elegeu deputado, ele se declarou “comerciário” – e foi esta a ocupação registrada pela pesquisa (TSE, 2002, 2004). Já o prefeito de Paim

---

<sup>9</sup> Há outro problema: o fato de que muitos que apresentam características de “políticos” não se declaram como tal e preferirem indicar a profissão de origem. Um exemplo: Pepe Vargas, que figura no estudo como prefeito de Caxias, embora, antes de alcançar este cargo, tenha sido vereador e deputado estadual, e depois, deputado e ministro, que continua a se apresentar como “médico”, como o fez ao concorrer a deputado federal em 2014 (TSE, 2014).

Filho, Cláudio Roberto Ramos da Silva, eleito em 2012, indicou “outros”. Em 2004, quando concorrera a vice-prefeito, o registro o apontou como “agricultor”, preferência dada pela pesquisa (TSE, 2004, 2012).

No caso dos “políticos”, pode-se destacar Ary Vanazzi, que se apresentou como “deputado” ao concorrer a prefeito de São Leopoldo em 2004, mandato conquistado na eleição de 2002. De fato, a ocupação principal dele naquele momento era como “político”. Mas, ao se registrar candidato em 2002, quando ainda não exercia mandato, ele preferiu se identificar como “professor de ensino fundamental ou médio”, atividade que provavelmente exerceu ao longo de sua vida laboral. Por este motivo, a pesquisa o classificou como “professor” (TSE, 2002, 2004).

Situação semelhante é a de Eduardo Corrêa Morrone, eleito em Santa Vitória do Palmar. Todavia, para identificar a atividade dele fora da política foi preciso um recuo maior. Naquele pleito ele se apresentou como prefeito, cargo ao que foi alçado em janeiro de 2011, após a renúncia do titular. Na eleição de 2008, quando concorreu a vice-prefeito, ele também indicou uma atividade política (“vereador”). Mas, no pleito de 2004, quando já era vereador e concorria à reeleição, preferiu se identificar como “agrônomo”, ocupação que a pesquisa adotou (TSE, 2004, 2008, 2012).

Alexandre Lindemeyer é um advogado atuante na comarca de Rio Grande, município para o qual foi eleito prefeito em 2012. Naquele momento, ele era deputado estadual, eleito em 2010. Teoricamente, podia escolher qualquer uma dessas alternativas, mas a opção da dissertação foi considerá-lo como advogado, a atividade que mais caracterizava sua atuação até ser eleito prefeito, embora ele tivesse se declarado “deputado” (TSE, 2010, 2012).

E nos casos de Olívio Dutra e de Tarso Genro, quando foram eleitos prefeitos de Porto Alegre, respectivamente em 1988 e em 1992? Na oportunidade, o primeiro era deputado federal e o segundo vice-prefeito, mas ambos não foram classificados como políticos. Olívio foi enquadrado como “bancário” e Genro como advogado.

Embora a intenção fosse evitar considerar mandatos políticos como ocupação/atividade profissional, em alguns casos não foi possível evitar essa escolha. Um exemplo é Luiz Fernando Mainardi, prefeito de Bagé, escolhido em 2000 e em 2004. Embora tenha formação superior como advogado e tenha se

declarado empresário ao concorrer em 2010 e em 1994, a sua atividade laboral é a política, iniciada como vereador em Bagé em 1982 e que teve continuidade até hoje praticamente sem interrupções, tanto como detentor de cargo de nomeação quanto com mandato de deputado federal ou estadual. Mais recentemente, por exemplo, ele foi secretário estadual de agricultura entre 2010 e 2014, e é deputado estadual, eleito em 2014 (QUADRO POLÍTICO, 2015).

Outro caso é o de José Luis Lauermann, eleito prefeito de Novo Hamburgo em 2013 (eleição suplementar), cujos dados coletados apontam para diferentes possibilidades de enquadramento. Formado em Ciências Sociais pela Unisinos e fundador do Sindicato dos Sapateiros do município, de tal modo que foi apresentado por um órgão de imprensa como “o primeiro prefeito sapateiro da capital nacional do calçado” (NOVO HAMBURGO, 22 mar. 2013), ele também atuou como: vereador em Ivoti, seu município natal; assessor do então prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, no período de 1997-2000; e chefe de Gabinete do ex-deputado federal, ex-prefeito de Novo Hamburgo e atual deputado estadual, Tarcísio Zimmermann. Ou seja, este ator apresentou uma trajetória muito vinculada ao campo político em ocupações de assessoramento, então, embora fosse deputado estadual com apenas dois anos de mandato, optou-se por defini-lo como “deputado/político”.

E há várias outras situações que poderiam ser relatadas, mas as já apresentadas parecem suficientes para demonstrar os esforços, as dificuldades e os impasses que a dissertação enfrentou.

Formado o banco de dados imprescindível para a realização da pesquisa, foi necessário operacionalizar as variáveis, ou seja, definir as categorias em que esses dados seriam agregados. Novamente, a decisão não era banal, pois o modo como tal agregação fosse realizada condicionaria os resultados a serem obtidos, as análises decorrentes e os achados da pesquisa. A opção foi a de observar como estudos congêneres procederem e, tanto quanto possível, repetir as categorias. Porém, na mesma medida, havia a necessidade de, ao fazê-lo, tomar o cuidado para não diluir a especificidade do objeto pesquisado. Desse modo, com vistas a preservar este aspecto nem sempre aquele critério foi seguido à risca.

No que tange ao indicador idade foram definidas as seguintes categorias de faixas etárias: (1) até 35 anos; (2) de 35 a 50 anos, (3) de 51 a 65 anos e (4) mais de 65 anos. Nos vários estudos existentes sobre idade de elites políticas – por exemplo: César (2002); Meneguello e Amaral (2008); Braga, Veiga e Miriade (2009); Codato,

Cervi e Perissinotto (2013) – há uma grande diversidade de categorias utilizadas. A opção desse trabalho foi estabelecer uma média de 15 anos em cada faixa etária, pretendendo apresentar um recorte jovem, uma segunda categoria de prefeitos experientes, outra composta por maduros e, por fim, uma categoria de mais velhos ou idosos.

A faixa etária que vai até os 35 anos tem como início a idade de 21 anos, pois, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, este é a mínima para alguém ser eleito prefeito: “art. 14 § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei: VI Idade mínima de: c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-prefeito e Juiz de Paz” (BRASIL. CF, 2014). Nela estão os atores no início da carreira política, que ocupam seus primeiros cargos eletivos, então representam pessoas que ainda são consideradas jovens, como ponderam Codato, Cervi e Perissinotto (2013) e César (2002). A segunda categoria, dos 35 aos 50 anos, considerada de idade mais experiente, é a que representa a maioria dos atores pesquisados. Na terceira categoria, de 51 anos a 65 anos, são atores considerados maduros. A última faixa etária, mais de 65 anos, representa a parcela mais velha ou idosa do levantamento.

Registra-se, ainda, que a idade do prefeito foi calculada tendo como referência a data de nascimento dele, é óbvio, e a data de realização do pleito (outubro ou novembro, variável conforme dois critérios: a eleição em questão e a eventual realização de um segundo turno). O outro critério possível seria a data da posse como titular do cargo – sempre 1º de janeiro do ano seguinte ao pleito ao longo de todo o período. Ambas as alternativas são razoáveis – e não neutras, pois afetam o resultado alcançado –, mas se preferiu focar na obtenção da condição de prefeito pelas urnas, tendo em vista ser este um dos critérios fundamentais para a inclusão no universo da pesquisa<sup>10</sup>.

Para o indicador de gênero/sexo foram adotadas as categorias “masculino” e “feminino”. Foram escolhidas estas duas, pois são as mais frequentes – para não dizer exclusivas – nos trabalhos congêneres e, também, porque são as informações que estão disponíveis nas fontes consultadas. Nesse sentido, destaca-se que até o momento, a Justiça Eleitoral não está apta a registrar prefeitos/candidatos

---

<sup>10</sup> Assim, se um membro do PT que foi eleito vice-prefeito viesse a tomar posse em razão de algum tipo de impedimento daquele que foi escolhido prefeito, como falecimento ou renúncia, não seria/não foi incluído na pesquisa. Critério diverso foi adotado tão somente em caso de cassação do candidato que nem chegou a tomar posse e a realização de eleição suplementar.

transgêneros ou transexuais, de modo que, ainda que fosse o caso – os indícios apontam que tal situação não se verificou no universo pesquisado –, tal identificação teria de ser feita independentemente dos dados oficiais.

Para a definição da variável escolaridade a opção foi considerar prioritariamente o estágio já completado ou finalizado, de modo que as categorias são formadas a partir de: ensino fundamental, médio ou superior concluído, independentemente se o prefeito possui ou não curso de pós-graduação. No entanto, como há o registro na Justiça Eleitoral de estágios iniciados, mas não concluídos, a indicar que o prefeito ao menos buscou uma formação mais avançada do que aquela finalizada, essas situações de estudo foram incorporadas à pesquisa e anexadas ao respectivo estágio anterior que foi completado. Desse modo, foi criada a categoria: ensino fundamental incompleto (haja vista não existir formação anterior e a opção “analfabeto” não configurar condição de elegibilidade), enquanto o ensino médio incompleto foi vinculado ao fundamental completo e assim sucessivamente.

Adotado este procedimento, a versão final das categorias passou a ser: (1) ensino fundamental incompleto; (2) ensino fundamental completo ou médio incompleto; (3) ensino médio completo ou superior incompleto; (4) superior completo. Nesse caso, portanto, foi tomada decisão semelhante a aquela seguida por Rodrigues (2002); César (2002); Braga, Veiga e Miríade (2009); e Amaral (2010).

Quanto ao indicador estado civil, a opção foi por seguir as categorias previstas no Código Civil brasileiro (Livro IV Do Direito de Família, Título I, Subtítulo I Do Casamento), com exceção da união civil estável (Título II da União Estável), pois ela é uma possibilidade recente e não estava contemplada quando da realização dos processos eleitorais mais afastados do presente (1988, 1992, 1996 e 2000). Então, foram estabelecidas as categorias: (1) solteiro; (2) casado; (3) divorciado/separado e (4) viúvo. Elas serviram para apresentar e interpretar todas as possibilidades do universo de dados recolhidos no presente estudo.

Para completar o quadro do perfil dos prefeitos petistas, ainda foi utilizado o indicador considerado por muitos como o mais frequente em estudos de elites políticas, que é ocupação/profissão/atividade profissional – e que ao longo do trabalho será chamado apenas de ocupação. Assim explicam Codato, Costa e Massimo (2014, p.4) a importância da ocupação em estudos de perfil de elites do

campo político: “[...] inferência que se pode fazer a respeito de um grupo de elite quando se isolam as informações da categoria ‘ocupação’ diz respeito às oportunidades sociais que diferentes *métiers* possibilitam”. Logo, a importância de saber quais as ocupações mais recorrentes entre os prefeitos eleitos pelo PT para que seja possível completar o perfil dessa elite política.

No que tange à ocupação, a ideia do trabalho é caracterizar a realidade dos prefeitos eleitos pelo PT, no Rio Grande do Sul, da maneira mais esclarecedora e explícita possível. Portanto, as categorias estabelecidas foram mais amplas e diversificadas do que as encontradas em muitos estudos do ramo, pois foi dada preferência a aquela indicada pelo candidato ao se registrar – com exceção aos ajustes realizados pela pesquisa comentados anteriormente –, mas sem reunir ou agregar essas indicações por algum critério qualquer. Sobre esta questão, aliás, Neiva e Izumi (2012, p.178) anotam que “uma das maiores dificuldades para quem trabalha com perfil de parlamentares é definir as categorias agregadoras de profissão/ocupação ou de formação acadêmica, haja vista a sua enorme variedade nas sociedades modernas”. Esta escolha, portanto, contorna o desafio metodológico a que fazem referência os autores acima citados.

Porém, é preciso indicar que, em realidade, houve três fusões, pois embora diferentes, as ocupações que serão indicadas abaixo foram consideradas variações da mesma atividade. Assim, foram classificados como “professor de ensino fundamental e médio” aqueles que assim se declararam, bem como o prefeito que afirmou ser “pedagogo” e dois que disseram ser “diretor de estabelecimento de ensino”. Igualmente, houve a indicação como “funcionário público” para todos os que registraram esta atividade, dispensando a distinção entre os que eram “municipais”, “estaduais” ou “federais”. Por fim, todos os que alegaram exercer mandato de representação política, independentemente do cargo, tornaram-se “político”.

Desse modo, o trabalho maneja com as seguintes categorias de ocupação: (1) Administrador/Gerente; (2) Advogado; (3) Agente de saúde e sanitaria; (4) Agricultor; (5) Agrônomo/Técnico em agronomia e agrimensura; (6) Aposentado; (7) Arquiteto/Engenheiro; (8) Auxiliar de escritório; (9) Bancário/Economiário; (10) Bibliotecário; (11) Comerciante/Representante comercial; (12) Comerciário; (13) Contador/Técnico contabilidade; (14) Economista; (15) Empresário; (16) Farmacêutico; (17) Fiscal/Gerente; (18) Jornalista; (19) Mecânico de manutenção; (20) Médico/Odontólogo; (21) Motorista de transporte de carga; (22) Pecuarista; (23)

Político; (24) Professor de Ensino Fundamental e Médio; (25) Professor Universitário; (26) Promotor de Justiça; (27) Sociólogo; (28) Servidor Público; (29) Trabalhador Metalúrgico e Siderúrgico; (30) Veterinário e (31) Outros.

Além disso, foi possível estabelecer uma relação com o estudo de Dogan (1999), no qual são identificadas as profissões mais propícias ao ingresso na carreira política, a saber: advocacia e outras profissões jurídicas, magistério (superior e secundário), jornalismo, os altos funcionalismos públicos e o sindicalismo, sendo que esta é mais comum entre pessoas de origem modesta:

L'activité syndicale est un itinéraire politique normalement emprunté par des hommes d'origine modeste qui sont d'abord des militants syndicalistes à l'échelon local avant d'être des responsables politiques au même échelon, des chefs syndicalistes régionaux avant d'être députés (DOGAN, 1999, p.187)<sup>11</sup>.

Realizada esta tarefa, além de organizar as tabelas e gráficos correspondentes aos dados, restou interpretar as tendências ali registradas e relacioná-la com a bibliografia pertinente, de modo a tentar responder a pergunta motivadora da pesquisa, qual seja: traçar e interpretar o perfil social dos prefeitos eleitos que se elegeram pela primeira vez pelo PT, em 1988-2012. É o que será apresentado no próximo capítulo.

---

<sup>11</sup> Em tradução livre: “a atividade sindical é um itinerário político normalmente empreendido pelos homens de origem humilde que são principalmente militantes sindicais a nível local antes de serem políticos no mesmo nível, dirigentes sindicais regionais antes de deputados”.

## **Capítulo 3 Em Busca do perfil social dos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul**

O presente capítulo aborda o perfil social dos prefeitos que se elegeram pela primeira vez pelo PT no Rio Grande do Sul nos processos eleitorais em que o partido apresentou candidatos, ou seja, de 1982 a 2012 – e, na prática, de 1988 a 2012. Ele utiliza como variáveis explicativas aquelas mais tradicionais em estudos desse gênero, quais sejam: idade/faixa etária, gênero/sexo, escolaridade, estado civil e ocupação/profissão/atividade profissional.

Por todas essas características, portanto, é o capítulo mais valioso da dissertação, pois traz as contribuições inovadoras do trabalho, constituindo-se a partir dos dados empíricos coletados fundamentalmente nos sites do TSE e do TRE-RS, os quais são não só apresentados como comentados e analisados, notadamente por meio do cotejamento com bibliografia que abordou a mesma questão.

O capítulo está estruturado em seis seções. As cinco primeiras correspondentes a cada uma das variáveis selecionadas, a começar pela faixa etária, seguindo-se, nessa ordem: gênero/sexo, estado civil, escolaridade e ocupação. A sexta reúne as informações trazidas pelas precedentes, com vistas a formar o perfil geral dos prefeitos eleitos pelo PT.

Para todas as variáveis abordadas o procedimento de exposição foi sempre o mesmo: inicialmente, são apresentadas as tabelas com as frequências em número absoluto e, logo a seguir, em percentuais; segue-se gráfico com a representação dos percentuais alusivos ao período (1988-2012) e, se for o caso, outro com a variação apresentada ao longo do período.

### 3.1 Faixa etária

Os dados coletados sobre o indicador idade para os prefeitos eleitos pelo PT, no RS, estão nas tabelas abaixo, divididos em quatro faixas etárias: até 35 anos; entre 35 e 50 anos; de 51 até 65 anos; e mais de 65 anos. Além disso, as tabelas apresentam os resultados de cada eleição separadamente<sup>1</sup>.

**Tabela 2** – Faixa etária dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em números absolutos

Idade	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	Total
- de 35	-	2	6	2	3	3	3	19
35 a 50	3	4	17	21	23	32	34	134
51 a 65	-	-	1	1	1	5	13	21
+ de 65	-	-	-	-	-	-	1	1
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>40</b>	<b>51</b>	<b>175</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

**Tabela 3** – Faixa etária dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

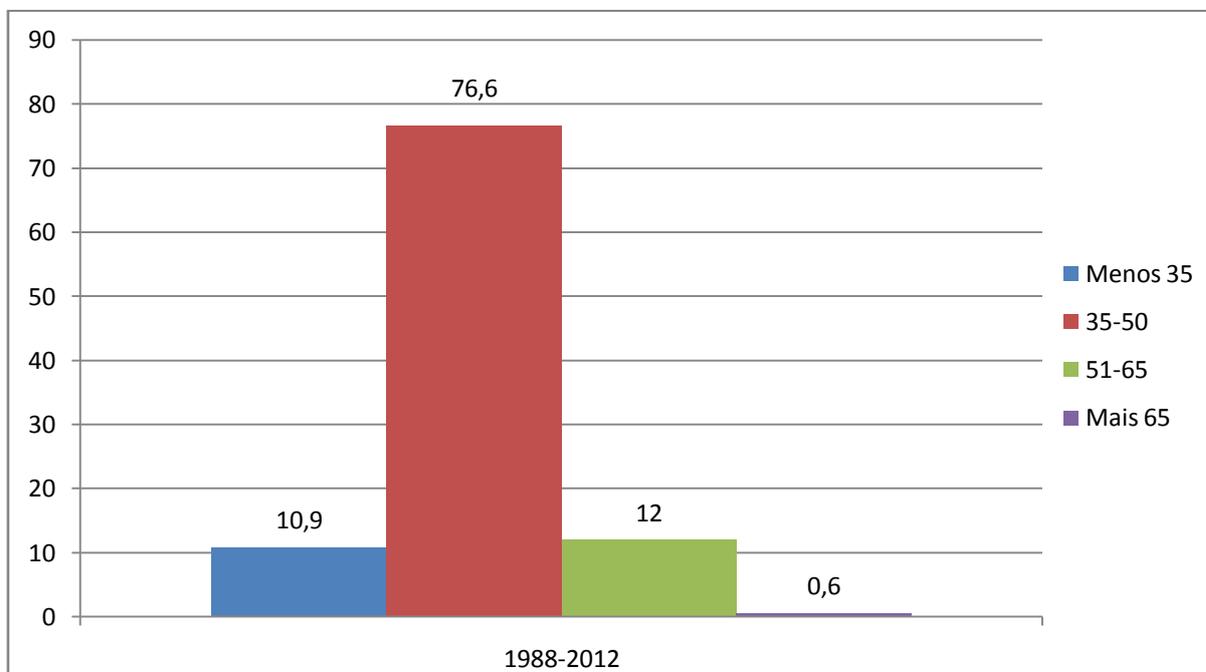
Idade	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	Total
- de 35	-	33,3	25,0	8,3	11,1	7,5	5,9	10,9
35 a 50	100	66,7	70,8	87,5	85,2	80,0	66,7	76,6
51 a 65	-	-	4,2	4,2	3,7	12,5	25,5	12,0
+ de 65	-	-	-	-	-	-	2,0	0,6
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100,1</b>	<b>100,1</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

No que se refere à faixa etária desses prefeitos, observa-se uma grande concentração de indivíduos com idade entre 35 e 50 anos no período (134 atores), representando 76,6%. Os demais 41 prefeitos se dividem quase equitativamente em duas faixas etárias, a primeira – até 35 anos – com 19 casos, o que significa 10,9% do total, e a outra – entre 51 e 65 anos – com 21, o que atinge 12%. Foi registrado apenas um prefeito eleito que possuía idade superior a 65 anos (0,6%), o agricultor Roque Montagner, eleito no município de São Gabriel no pleito de 2012, nascido em

<sup>1</sup> Esclarece-se que não foram encontradas as informações sobre três atores: Abrelino Luiz Matei (eleito em 1992 no município de Ronda Alta), Beatriz Cristina Busanello e Rui Francisco Berté, ambos eleitos em 1996, respectivamente em Novo Machado e em Gramado Xavier. Desse modo, os dados compreendem 175 dos 178 prefeitos eleitos.

01 de setembro de 1945. Ele tinha 67 anos completos na data da eleição, realizada em sete de outubro.



Fonte: TSE; TRE-RS

**Gráfico 1** – Faixa etária dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

No que tange a cada pleito analisado, observam-se algumas características comuns. Na primeira eleição em que o PT conseguiu eleger prefeito (em 1988), os três vencedores possuíam idades compreendidas no mesmo intervalo (entre 35 e 50 anos), correspondente ao padrão apresentado pelo partido no período. Eram eles: (1) o bancário Olívio de Oliveira Dutra, eleito na capital do estado, Porto Alegre, nascido em 10 de junho de 1941, que contava com 47 anos; (2) o agricultor Saul Barbosa, nascido em 17 de junho de 1942, que tinha 46 anos ao chegar à prefeitura de Ronda Alta; e (3) o promotor público, Paulo Fernando dos Santos Vidal, eleito em Rio Grande. Não foi possível precisar a data de nascimento dele, mas outras informações permitem estimar que ele estava com 36 ou 37 anos, quando da vitória em 15 de novembro de 1988, data da realização do pleito naquele ano.

Na eleição de 1992, quando Partido dos Trabalhadores mais que dobrou o número de prefeitos eleitos no pleito daquele ano – de três em 1988 passou para sete – a concentração de atores com idades entre 35 a 50 anos também foi

significativa, pois representou quatro casos ou 66,7%. Outros dois prefeitos foram eleitos quando possuíam menos de 35 anos, representando um terço do total<sup>2</sup>: Antônio Sérgio de Vargas Mota (32 anos), em Boa Vista do Buricá; e Luiz Deon (34 anos), em David Canabarro.

Ainda referente à eleição de 1992, aqueles com faixa etária entre 35 a 50 anos de idade foram: Aquiles Soares da Rosa (36 anos), em Santo Expedito do Sul; Edegar João Rossetto (39 anos), em Novo Barreiro; Lucir de Conto (42 anos), de Aratiba; Tarso Genro (45 anos), em Porto Alegre, então vice-prefeito, o que garantiu pela segunda vez consecutiva a vitória na capital gaúcha<sup>3</sup>.

No processo eleitoral seguinte, em 1996, o PT deu um salto de sete prefeitos eleitos, em 1992, para 26, o que firmou um aumento de, aproximadamente, 270%, nas administrações municipais conquistadas. Houve a manutenção da tendência global, pois a faixa etária com maior densidade foi aquela de 35 a 50 anos, com 17 prefeitos<sup>4</sup>, consolidando 70,8% do total do pleito, superior ao registrado há quatro anos.

Em 1996, o PT elegeu, ainda, seis prefeitos com menos de 35 anos (29,2%), a saber: em Alvorada, a professora de História, que exercia mandato como vereadora, Stela Beatriz Farias Lopes (uma das duas primeiras mulheres a serem eleitas pelo PT, no RS<sup>5</sup>), com 31 anos; em Barão de Cotegipe, Luis Carlos Tomazelli (29 anos)<sup>6</sup>; em Hulha Negra, Fernando Campani (31 anos); em Novo Barreiro – prefeitura novamente conquistada pelo PT, porém com outro candidato, em razão da inexistência então da reeleição –, João Jose Klein (30 anos); em Santa Bárbara do Sul, Jose Inácio Ferreira Pires (34 anos); e em Três Arroios, Ari Jose Pertuzatti (34 anos). Soma-se a estes que foram mencionados, um único prefeito que estava na

<sup>2</sup> Os dados alusivos a Abrelino Luiz Matei não foram localizados, de modo que tão somente seis dos sete prefeitos eleitos pelo PT em 1992 estão contabilizados.

<sup>3</sup> O mesmo ocorreu em Ronda Alta, mas as informações do prefeito daquele município não figuram pelas razões já explicadas.

<sup>4</sup> Tais prefeitos são: (1) Antonio Marangon (Palmeira das Missões); (2) Cleci Angelo Endrigo (Vila Maria); (3) Daniel Luiz Bordignon (Gravataí); (4) Doalcir Roque Segat (Porto Vera Cruz); (5) Eliseu Fagundes Chaves (Viamão); (6) Geremias Urío (São João da Urtiga); (7) Pepe Vargas (Caxias do Sul); (8) Ildo de Rocco (Rondinha); (9) Jaime Guedes Silveira (Charqueadas); (10) Luiz Carlos Casagrande (Garibaldi); (11) Melchior Mallmann (Campina das Missões); (12) Miguel Alecio Rovani (Vila Lângaro); (13) Nelson Jose Grasselli (Pontão); (14) Roberto Martin Schaeffer (Boa Vista do Sul); (15) Ruben Paulo Wiest (Santo Cristo); (16) Vilson Antonio Babicz (Florianópolis); e (17) Vital Dalla Rosa (Barra do Rio Azul).

<sup>5</sup> A outra foi a já citada Beatriz Cristina Busanello (Novo Machado), eleita no mesmo pleito, cujos dados não foram localizados.

<sup>6</sup> Ele é o mais jovem prefeito eleito pelo PT em toda a série histórica.

faixa etária de 51 a 65 anos (4,2%), Raul Pont, que, aos 52 anos, levava o PT pela terceira vez consecutiva à prefeitura da capital gaúcha<sup>7</sup>.

Em 2000, o Partido dos Trabalhadores teve uma pequena queda em termos de novos prefeitos eleitos em relação ao pleito de 1996: foram 24 contra 26 prefeituras conquistadas há quatro anos, conforme tab. 1, presente no capítulo 2. Cabe lembrar que o estudo tem como foco os prefeitos eleitos pela primeira vez, e foi neste pleito que o instituto da reeleição imediata chegou à disputa de âmbito municipal. Se as reeleições fossem contabilizadas, a balança penderia a favor do crescimento, pois houve 35 prefeituras conquistadas.

Nesse pleito mais uma vez a maioria dos eleitos tinha entre 35 a 50 anos: 21 dos 24, consolidando um índice de 87,5%, o mais alto se descontado os 100% de 1988, que foi calculado a partir de apenas três casos<sup>8</sup>. Aliás, mantida a não contabilização do pleito de 1988, verifica-se uma linha ascendente quanto ao aumento do índice de eleitos na faixa etária de 35 a 50 anos: eles respondiam por 66,7% em 1992, passaram a 70,8% em 1996 e atingiram quase 90% em 2000.

Como reflexo dessa tendência, no pleito do ano 2000 ocorreu, tanto em números absolutos quanto em percentual, a redução na quantidade de eleitos com idade inferior a 35 anos em comparação a 1996: foram apenas dois ou 8,3%: Milton Cesar Dal Asta (34 anos), em Santo Antônio do Palma; Paulo Henrique Baggio (33 anos), em Paim Filho. Nesse pleito o PT elegeu, ainda, um prefeito com idade entre 51 e 65 anos: Ademar Oscar Olsson (54 anos), em Porto Lucena. Este ator representou 4,2% no índice de eleitos naquele pleito.

No pleito de 2004 foram 27 aqueles que ascenderam ao cargo pela primeira vez eleitos pelo PT – o número de prefeituras conquistadas foi a 43, considerando as reeleições do titular ou retornos, como pode ser verificado na tab.1, reproduzida no capítulo 2. Desses, três ou 11,1% tinham menos de 35 anos no dia da realização do primeiro turno do pleito, em três de outubro daquele ano: Alex Sander Alves

<sup>7</sup> Como indicado anteriormente, não foram encontradas as informações relativas a dois eleitos, o que limita a 24 dos 26 casos aqueles que puderam ser utilizados pela dissertação.

<sup>8</sup> São eles: (1) Altair Francisco Copatti (Três de Maio); (2) Antônio Valdeci de Oliveira (Santa Maria); (3) Celso Prando (Sananduva); (4) Dino Giaretta (Getúlio Vargas); (5) Edimir Luiz Bottan (Rondinha); (6) Elivir Desiam (Estância Velha); (7) Eraldo José Leão Marques (Anta Gorda); (8) Euzébio Kolassa (Carlos Gomes); (9) Fernando Marroni (Pelotas); (10) Francisco Frizzo (Constantina); (11) Genésio Luiz Ballestrin (Taquaruçu do Sul); (12) Ivanir Jorge Poltronieri (Ibiraiaras); (13) Jaime Edsson Martini (Nova Xingu); (14) Jairo Cima (Benjamin Constant do Sul); (15) João Antonio Bordin (Marau); (16) José Jocemir Alves da Silva (Giruá); (17) José Luiz Stédile (Cachoeirinha); (18) Luiz Fernando Mainardi (Bagé); (19) Oscar Guerra (Santo Domingos do Sul); (20) Otaviano Paim Ardenghi (Lajeado do Bugre); e (21) Wolmir Angelo Dall Agnol (Itatiba do Sul).

Boscaini (34 anos), em Viamão; José Valdemar Santana Filho (30 anos), em Lagoa Bonita do Sul; e Sérgio Luis Stasinski (34 anos), de Gravataí. Houve, ainda, um eleito (3,7%) na faixa de 51 a 65 anos, Decio Antonio Colla, do município de São Francisco de Paula, que estava com 59 anos.

Os 11,1% de eleitos com menos de 35 anos contribuíram para que tivesse se reduzido o contingente na faixa de 35 a 50 anos e, conseqüentemente, interrompido a tendência de alta que vinha se apresentando desde o pleito de 1992. No entanto, os 23 novos prefeitos registrados nessa faixa representam 85,2% e superaram os índices registrados em 1992 e em 1996<sup>9</sup>.

Em 2008 o PT elegeu 40 novos prefeitos – embora tenham sido 61 as prefeituras conquistadas (ver tab. 1) –, dos quais 32 ou 80% pertenciam à faixa etária de 35 a 50 anos<sup>10</sup>. O índice é menor do que o registrado em 2004, o que consolidou a reversão da tendência, ou seja, a redução no contingente de chefes do executivo desta faixa etária. Por outro lado, com cinco casos ou 12,5%, houve um salto entre os eleitos na faixa de 51 a 65 anos de idade, quando comparado às eleições anteriores – em 1988 e em 1992 nenhum dos eleitos estava nessa faixa etária; entre 1996 e 2004 eles representavam sempre em torno de 4% dos vencedores pelo PT (um eleito por pleito).

<sup>9</sup> Segue a listagem dos prefeitos inseridos nessa faixa etária: (1) Adir Reginato (Cacique Doble); (2) Anacleto Milliszewski (Barro do Ribeiro); (3) Antonio Elson Rosa de Souza (Nova Hartz); (4) Antonio José Zanandrea (São Valentim); (5) Ary Vanazzi (São Leopoldo); (6) Cláudio Fernando Brayer Pereira (Santa Vitória do Palmar); (7) Claudio Ferrari (Barão); (8) Delmar Zambiasi (Pontão); (9) João Davi Goergen (Boqueirão do Leão); (10) Jorge Pivotto (São Jorge); (11) José Fernando Marin (Ivorá); (12) José Sidney Nunes de Almeida (São Lourenço do Sul); (13) Luis Carlos Parise (Ponte Preta); (14) Luis Alberto Pollom (Centenário); (15) Maher Jaber Mahmud (Barra do Quaraí); (16) Mauro Olinto Sponchiado (Taquaruçu do Sul); (17) Paulo Bagatini (Boa Vista do Sul); (18) Paulo de Borba Dias Filho (São Jerônimo); (19) Paulo de Oliveira Huffel (Dilermando de Aguiar); (20) Paulo Fernando Tápia (Marcelino Ramos); (21) Paulo Roberto Brizolla (São Pedro das Missões); (22) Rudimar Müller (Cruzeiro do Sul); e (23) Vilson Roberto Bastos dos Santos (Cruz Alta).

<sup>10</sup> São eles: (1) Airton Jose Moraes (Novo Machado); (2) Alcides Ce da Silva (Sagrada Família); (3) Amaury Magnus Germano (Capão da Canoa); (4) Braulio Zatti (Constantina); (5) Carlos Gilberto Baierle (Passo do Sobrado); (6) Celso Vilmar Demarco (Viadutos); (7) César Roberto Couto de Brito (Pedro Osório); (8) Clenio Boeira da Silva (Dom Feliciano); (9) Elói Poltronieri (Vacaria); (10) Elton Rehfeld (Nova Ramada); (11) Gerson Miguel Schwengber (Dois Irmãos); (12) Gilmar Antonio Rinaldi (Esteio); (13) Jairo Jorge (Canoas); (14) João Carlos Hickmann (Tiradentes); (15) João Carlos Zanatta (Camargo); (16) Jose Claudio Ferreira Martins (Jaguarão); (17) José Flávio Godoy da Rosa (Fontoura Xavier); (18) José Luis Seger (Santo Cristo); (19) Luiz Carlos Folador (Candiota); (20) Luiz Eduardo Colombo dos Santos (Bagé); (21) Luiz Fernando de Avila Leivas (Pinheiro Machado); (22) Marcos Ernani Senger (São Pedro do Sul); (23) Marino Antônio Testolin (Nova Roma do Sul); (24) Nelson Spolaor (Sapiranga); (25) Orlando Desconsi (Santa Rosa); (26) Paulo Alfredo Polis (Erechim); (27) Roberto Lunelli (Bento Gonçalves); (28) Sérgio Marasca (Westfália); (29) Silverio Zat (Santo Antonio do Palma); (30) Valdomiro José Bosa (Trindade do Sul); (31) Vilmar Ballin (Sapucaia do Sul); (32) Waldecir Dysarzd (Benjamin Constant do Sul).

Ainda nesse pleito de 2008 foram eleitos três prefeitos com até 35 anos de idade, o que representou 7,5%. São eles: Ceser Adriano Beuren, de Paim Filho, que tinha 33 anos por ocasião do pleito (realizado em cinco de outubro); Gilmar Leschewitz, de Esteio, então com 34 anos; e Inidio Pedro Munari, de Itatiba do Sul, o mais jovem, com 31 anos.

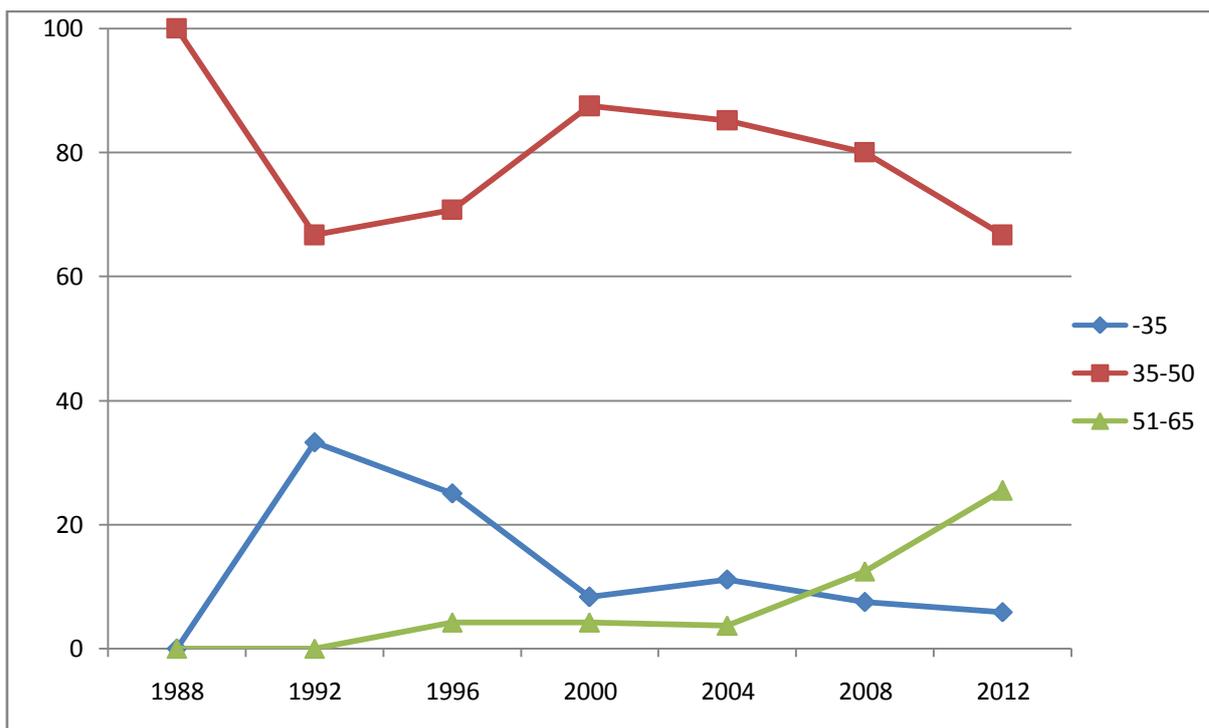
Na eleição de 2012 o PT venceu 73 disputas, das quais 51 eram prefeitos que pela primeira vez chegavam ao cargo pelas urnas (conforme tab. 1). A exemplo dos pleitos precedentes, a maioria deles (34 ou 66,7%) estava na faixa de idade entre 35 a 50 anos<sup>11</sup>, continuando a curva descendente de prefeitos nessa faixa iniciada em 2004. Entretanto, 13 ou 25,5% dos eleitos localizavam-se na faixa de 51 a 65 anos de idade<sup>12</sup>, intensificando o crescimento dos eleitos com esse intervalo de idade, verificado no pleito anterior, de modo que, tanto em número absoluto quanto em percentual, tem-se recorde para o período.

Os eleitos com até 35 anos representaram 5,9% do total dessa eleição e, pelo terceiro pleito consecutivo, três casos: Emanuel Hassen de Jesus (32 anos), de Taquari; Fernando Paulo Balbinot (32 anos), de Barão do Cotegeipe; e Pierre Emerin da Rosa (33 anos), de Imbé. A destacar, por derradeiro, que nesse pleito o PT ainda elegeu o primeiro prefeito com mais de 65 anos, o já citado Roque Montagner, de São Gabriel.

---

<sup>11</sup> A seguir especificados: (1) Adriana Kátia Tozzo (Itatiba do Sul); (2) Adroaldo Luiz Croce (Relvado); (3) Airton Luis Cossetin (Ajuricaba); (4) Alexandre Duarte Lindemeyer (Rio Grande); (5) Arlem Arnulfo Tasso (Nova Hartz); (6) Benhur Francisco Ganz (São José do Ouro); (7) Carlos Alberto Dick (Nova Candelária); (8) Cezar Coletto (Vitória das Missões); (9) Claudio Roberto Ramos da Silva (Parobé); (10) Edson Kaspary (Vale Real); (11) Eduardo Correa Morrone (Santa Vitoria do Palmar); (12) Elcio Soder (Sede Nova); (13) Elton Luiz Dal Moro (Paim Filho); (14) Gelsi Luiz Lodéa (Jacutinga); (15) Gerson Cardoso Nunes (Canguçu); (16) Glauber Gularte Lima (Santana do Livramento); (17) Itacir Hochmann (Benjamin Constant do Sul); (18) Jaime Lima da Silva (Dilermando de Aguiar); (19) Janete Teresinha Dauek (Guarani das Missões); (20) Jeremias Trevisan (Paráí); (21) João de Souza Brandão (Tabaí); (22) José Daniel Raupp Martins (São Lourenço do Sul); (23) José Henrique Heberle (São Pedro do Sul); (24) José Luis Lauermann (Novo Hamburgo); (25) José Rubem Loureiro Correia (Itacurubi); (26) Juliano Zuanazzi (Marcelino Ramos); (27) Leodegar Rodrigues (Novos Cabrais); (28) Nildo Hickmann (Horizontina); (29) Nilson Camatti (Antonio Prado); (30) Nilvia Pinto Pereira (Torres); (31) Paulo Henrique Mendes Lang (Palmares do Sul); (32) Selmar Roque Durigon (Pinhal Grande); (33) Volmir Bielski (Iraí); e (34) Volnei Colvero Savegnago (Faxinal do Soturno).

<sup>12</sup> Aqui discriminados: (1) Airton Berté (Gramado Xavier); (2) Domingos Scartezzini (São Domingos do Sul); (3) Erone Pedrinho Londero (Hulha Negra); (4) Ito Adolfo Müller (Áurea); (5) Luis Fernando Schmidt (Lajeado); (6) Luis Neiron Teixeira Viegas (Cachoeira do Sul); (7) Luiz Mateus Cenci (União da Serra); (8) Margarete Simon Ferretti (Nova Santa Rita); (9) Miguel Angelo Gasparetto (Ronda Alta); (10) Nelson Ceratti (Ametista do Sul); (11) Nilson Luis Dal Cortivo (Rodeio Bonito); (12) Paulo Roberto Felix Machado (Butiá); e (13) Sergio Maciel Bertoldi (Alvorada).



Fonte: TSE; TRE-RS

**Gráfico 2** – Faixa etária dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT ao longo do período (RS, 1988-2012), em percentual

O Gráfico 2 permite observar com mais detalhamento as tendências apresentadas pelas faixas etárias ao longo do período 1988-2012. Se descontado o pleito de 1988, pode-se dizer que até a eleição de 2000 houve uma tendência de aumento do percentual de prefeitos com idades entre os 35 a 50 anos eleitos, pelo PT, no Rio Grande do Sul. Contudo, a partir de 2004 esse índice diminuiu progressivamente. Ao inverso, o percentual de eleitos com idade entre 51 e 65 anos cresceu ao longo do período, sendo que tal se intensificou após o pleito de 2004. Esses dois movimentos conjugados permitem que se especule que, a partir do pleito de 2008, ocorreu o começo do envelhecimento dos prefeitos que o PT elegeu pela primeira vez.

Contudo, há outra forma de se debruçar sobre esta informação, talvez com maior clareza e capacidade explicativa, que é calcular a idade média dos prefeitos eleitos ao longo do período. Estudo semelhante foi realizado por professores da UFPR, intitulado “Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012”, no qual analisaram 15 mil candidatos. O resultado aponta para uma média de idade de 47 anos (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013).

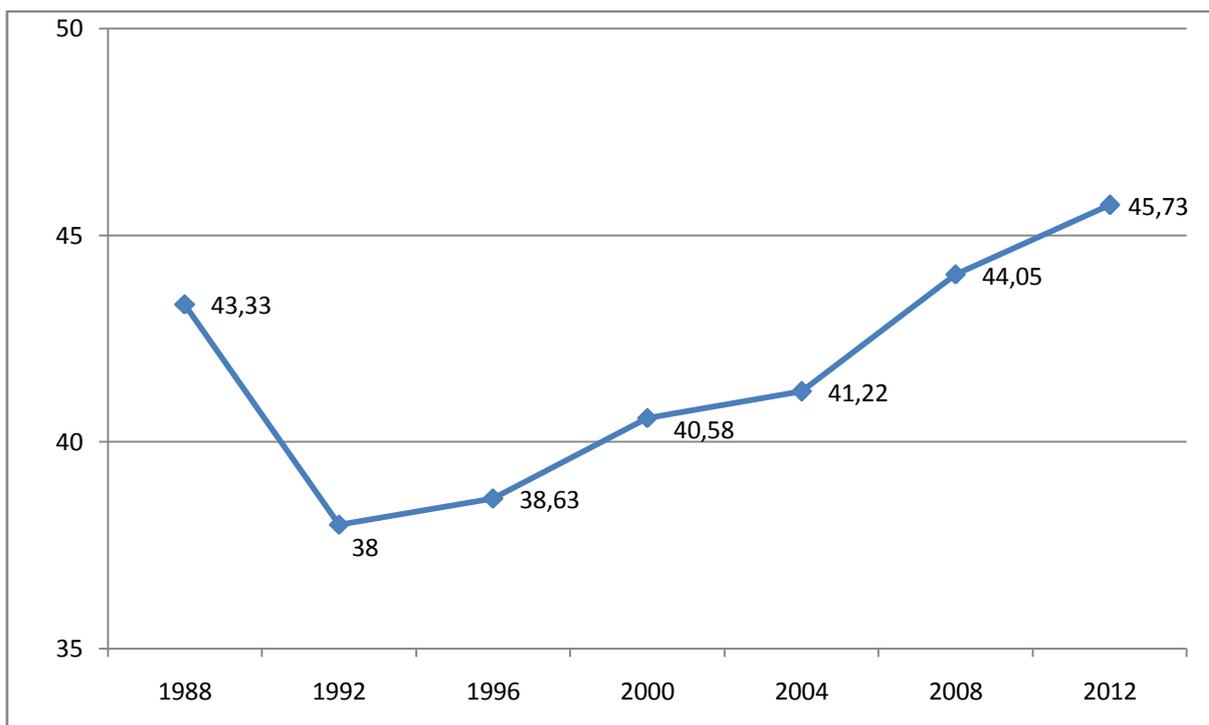
**Tabela 4** – Média de idade dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012)

<b>Eleição</b>	<b>Média idade</b>
1988	43,33
1992	38,00
1996	38,63
2000	40,58
2004	41,22
2008	44,13
2012	45,73
<b>Média geral</b>	<b>42,68</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

No presente estudo, os 175 prefeitos cujas informações alusivas à idade que tinham quando da eleição apontam para uma média um pouco mais baixa, 42,68 anos, como mostra a tab. 4<sup>13</sup>. Apesar disso, pode-se dizer que a maior parcela dos atores que constituem o quadro de prefeitos do Partido dos Trabalhadores está em consonância com o perfil que foi encontrado no estudo de Codato, Cervi e Perissinotto (2013), alusivo exclusivamente à eleição de 2012. O gráfico a seguir indica como essa média variou ao longo do período em análise.

<sup>13</sup> Se os prefeitos reeleitos sucessivamente (a partir de 2000) ou aqueles que retornavam ao cargo participassem dessa estatística, evidentemente a média seria maior, pois eles apresentam, no mínimo, quatro anos a mais de idade em comparação ao pleito anterior.



Fonte: TSE; TRE-RS

**Gráfico 3** – Média de idade dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT ao longo do período (RS, 1988-2012)

Tanto a tab. 4 quanto o Gráfico 3 mostram que a média de idade dos prefeitos caiu entre o primeiro pleito analisado (1988) e o seguinte (1992), tendo passado de 43,33 para 38,00 anos, o patamar mais baixo registrado. Se a média relativa ao pleito de 1988 for desconsiderada, em razão de serem apenas três os prefeitos, verifica-se que desde 1992 há o crescimento progressivo deste indicador – e não desde 2008, como especulado anteriormente –, a apontar o “envelhecimento” daqueles que atingem a prefeitura pelo PT pela primeira vez. A média subiu para 38,63 em 1992, rompeu a barreira dos 40 anos em 1996 (40,58), chegou a 41,22 em 2004 e 44,13 em 2008 – e, assim, superou os 43,33 que haviam sido registrados em 1988. Por fim, em 2012, a confirmar o “envelhecimento”, a média de idade atingiu 45,73, recorde histórico na série<sup>14</sup>.

A seguir, pretende-se discutir os resultados já obtidos à luz de informações e de análises decorrentes de outros estudos assemelhados. Os dados acima apresentados podem ser cotejados com aqueles encontrados por César (2002), em seu estudo sobre a base social do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul.

<sup>14</sup> Registra-se, ainda, que este índice é bastante próximo aos 47 identificados pelo estudo de Codato, Cervi e Perissinotto (2013) relativo ao mesmo pleito.

Depois de mais de 12 anos de pesquisas, os resultados encontrados foram apresentados na obra “PT: a contemporaneidade possível” e demonstram o perfil dos filiados do partido no estado.

No que se refere à faixa etária, aquele estudo apresenta uma divisão um pouco diferente da utilizada no presente trabalho, com as seguintes faixas: até 19 anos; de 20 a 24 anos; de 25 a 29 anos; de 30 a 39 anos; de 40 a 49 anos; de 50 a 59 anos; de 60 ou mais; e, por fim, idade ignorada. Apesar dessa diferença de grupos de idade considera-se possível traçar um paralelo quanto à idade dos militantes do PT e a dos prefeitos que o partido elegeu até 2002, ano da publicação do trabalho de César.

Na faixa compreendida entre 25 e 49 anos estava concentrada a maior parte dos militantes e dirigentes do PT. Esse universo constituía mais de 60%. Nas palavras de César (2002, p.63), “constata-se, na verdade que entre os dirigentes reforçam-se as características da maturidade do partido e da concentração nas faixas de maior capacidade produtiva”. O que vale para a direção partidária, também serve para a base militante do partido, pois “o PT apresenta, através de seus militantes, uma sobre-representação, na faixa dos vinte e cinco aos quarenta e nove anos” (CÉSAR, 2002, p.63).

A conclusão que ele chega sobre a faixa etária mais recorrente na militância e na direção está assim resumida:

Estes dados se por um lado, podem ser tomados como expressão de uma tendência de envelhecimento relativo na composição etária da direção petista, são, efetivamente, a manifestação de uma característica presente em qualquer partido político, qual seja, a da exigência de algo que se pode chamar de uma acumulação de tempo de militância, indispensável para que se atinja e se progrida na hierarquia dirigente. (CÉSAR, 2002, p.64)

Portanto, se essa lógica de acúmulo de experiência serve para explicar o envelhecimento dos dirigentes do PT, também pode dar uma luz no que se refere à maior densidade de prefeitos eleitos pelo partido na faixa dos 35 aos 50 anos de idade e ao crescimento mais recente dos que possuem mais de 50 anos.

Além do trabalho citado, um estudo sobre as transformações pelo qual o PT passou foi apresentado em 2008 por Meneguello e Amaral. Este *paper* procurou definir o perfil dos delegados aos Encontros Nacionais do Partido dos Trabalhadores nos anos de 1997, 1999 e 2006. Os autores dividiram os participantes nas seguintes

faixas etárias: até 25 anos; de 26 a 30 anos; de 31 a 40 anos; de 41 ou mais; e sem respostas.

No encontro de 1997, 82% dos participantes estavam nas faixas de idade acima dos 31 anos; em 1999, cerca de 85% e, em 2006, quase 90% dos delegados. Ou seja, é possível creditar que a elite partidária do PT está na faixa etária que se compreende por população economicamente ativa, e os jovens, aqueles abaixo dos 31 anos, não são os protagonistas da elite petista.

As pesquisas apontam mudanças significativas na direção do envelhecimento da liderança petista e sugerem certa dificuldade na renovação dos quadros do partido. Em 1997, 18% dos delegados tinham até 30 anos. Esta porcentagem caiu para 14%, em 1999, e atingiu 11,2% em 2006. Já o percentual de delegados com mais de 40 anos subiu de 32%, em 1997, para 38% dois anos mais tarde, alcançando 59% em 2006 (MENEGUELLO; AMARAL, 2008, p.14).

Em outro estudo, Amaral (2010) identificou que, somado ao envelhecimento da liderança petista, há uma dificuldade de ascensão dos jovens na hierarquia partidária, o que possivelmente se reproduz nas escolhas dos candidatos do partido nas eleições e, conseqüentemente, naqueles que são eleitos:

Entre 2001 e 2006, a porcentagem de integrantes com mais de 40 anos saltou de 62,1% para 75%. Esse é um dado importante que reflete a dificuldade de ascensão de jovens lideranças na hierarquia partidária e de renovação de quadros, especialmente entre os integrantes do DN [Diretório Nacional]. Dessa forma, não nos parece arriscado concluir que a ascensão no interior do PT requer, cada vez mais, uma trajetória mais longa de militância e atuação políticas por parte de seus filiados (AMARAL, 2010, p.198-199).

Braga, Veiga e Miríade (2009), em trabalho sobre recrutamento e perfil dos deputados eleitos em 2006, chegaram a conclusões semelhantes aos estudos até aqui mencionados. As autoras reafirmam a tendência de uma elite política mais experiente e com faixa etária entre 35 e 55 anos. O PT apresenta o amadurecimento de sua elite política, pois, segundo as autoras: “foi possível constatar que a faixa etária que comporta o maior número de candidatos e eleitos nos cinco partidos [PT incluso] é entre 46 e 55 anos, o que se alinha com uma tendência presente em vários países e já apontada pela literatura internacional” (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p.134).

De alguma forma, o partido parece reconhecer essa questão, pois no IV Congresso Extraordinário do PT, realizado entre 02 e 04 de setembro de 2011, em Brasília, cerca de 1.300 delegados votaram uma resolução com o propósito de estancar esse processo de envelhecimento da direção partidária. Na reforma estatutária que resultou dessa votação ficou estabelecida uma cota de 20% de vagas nas funções de direção partidária, em todos os níveis hierárquicos, para pessoas com idade igual ou inferior a 30 anos. O Estatuto do PT ficou assim: “Critério geracional; Todas as chapas e direções deverão conter, no mínimo, 20% de componentes com menos de 30 anos de idade” (PT, 2011, p.4).

Também é possível comparar esses resultados com estudos sobre o perfil da classe política como um todo ou de alguns cargos em particular, ou seja, aqueles que não estão centrados em um partido em especial. A vantagem desses estudos é permitir comparar os dados do PT com o panorama da elite política em geral. Porém, há duas dificuldades que limitam a capacidade dessa comparação: nem sempre as pesquisas existentes adotam as mesmas categorias, o que ficou claro quando foram feitas referências aos trabalhos sobre o Partido dos Trabalhadores; e não há muitos estudos que falem do perfil social dos prefeitos, e sim uma certa preferência das investigações sobre deputados (federais em especial) e senadores, os quais estão em patamar mais elevado na hierarquia política nacional, conforme o modelo proposto por Miguel (2003)<sup>15</sup>.

Apesar dessas dificuldades, o que se pode dizer é que, em traços gerais, os resultados coletados apontam para um perfil dos prefeitos eleitos pelo PT que é semelhante, em termos de faixa etária, com o da classe política brasileira, como será demonstrado a seguir.

O estudo de Braga (1996, p.64) sobre os constituintes de 1946 identificou como faixa etária dominante 40-50 anos, que atingiu 35,8%, um pouco inferior a aquela registrada entre os constituintes de 1987 (deputados e senadores), que era de 44%. Dentre os deputados federais, conforme Fabiano Santos (2000, p.96), a faixa etária majoritária compreende os 40-49 anos no período 1946-1999, sendo responsável por 40,2% em 1946-67, 37,8% entre 1967-87 e 38% em 1987-1999.

---

<sup>15</sup> O autor aponta senadores, governadores e o presidente da república como cargos mais elevados do que os de prefeitos de capitais e de grandes cidades, sendo que estes têm os deputados federais ao lado. Os prefeitos de municípios médios estão abaixo desses todos, mas no mesmo nível dos deputados estaduais. Em estágio inferior aparecem os prefeitos de cidades pequenas e, na base, os vereadores.

Para o caso dos deputados estaduais, há o estudo de Arraes Filho (2000, p.105) sobre os do Piauí de 1982 a 1994 que constatou que eles têm, em média, mais de 40 anos. De modo semelhante, as informações apresentadas por Mota (2011, p.85-86), relativas aos deputados estaduais de Goiás no período 1982-2010, apontam para idade média superior a 40 anos, tendo crescido ao longo do período e passado de 41 anos em 1982 a 47 em 2010.

No que tange aos governadores, Massia (2013, p.94-96), identificou que aqueles eleitos entre 1994 e 2010 estão concentrados na faixa dos 45 a 59 anos, responsáveis por 60% dos casos, enquanto 22,9% têm 60 anos ou mais. O autor também calculou a média de idade desses governadores ao longo dos pleitos e ela foi sempre acima dos 50 anos, sendo de 52,8 para o período como um todo. Logo ambos os indicadores apontam para um conjunto de atores com faixa de idade mais elevada do que a encontrada entre os prefeitos.

O mesmo pode ser dito dos senadores. Pelas exigências legais – 35 anos para chegar ao cargo – e históricas, supõe-se que o Senado seja a “casa de senhores” (SILVA, 2010) e os dados confirmam, pois Araújo (2009) calculou em 58 anos a idade média dos senadores do período 1989-2004.

No que tange a vereadores, há o estudo de Kerbauy (2005, p.343), segundo o qual a maioria daqueles eleitos no país em 2000 e em 2004 está na faixa de 30 a 40 anos e de 40 a 50 anos, respectivamente. O estudo de Leal (2010, p.65), voltado aos vereadores do Rio Grande do Sul, eleitos em 2004<sup>16</sup> – portanto, mais próximo ao recorte desta dissertação – identifica que 39,6% deles têm entre 41 e 50 anos e outros 30,4%, entre 31 e 40 anos, sendo que vereadores com mais de 50 anos atingem 21,6% e os com até 30 anos, 8,3%<sup>17</sup>. Em resumo: há um contingente maior de vereadores mais velhos (mais de 50 anos) do que o encontrado entre os prefeitos deste estudo, mas, em ambos os casos, a parcela majoritária reside em faixa etária em torno de 40 anos.

Neste sentido, o que foi constatado em relação aos prefeitos eleitos pelo PT se mostra coerente com o que o próprio partido reconhece em relação aos seus cargos dirigentes. Ao mesmo tempo, estas informações tornam o Partido dos

---

<sup>16</sup> A investigação da autora não abarca a totalidade dos vereadores, e sim uma amostra que compreende 60,44% dos 4.584 vereadores (2.771), cf. Leal (2010, p.60).

<sup>17</sup> No que tange especificamente aos vereadores do PT, os percentuais são distintos, mas a tendência se mantém: 18 a 30 anos – 9,7%; 31 a 40 - 37,3%; 41 a 50 – 39%; 51 a 60 – 12,3%; mais de 60 – 1,7%.

Trabalhadores semelhante aos demais partidos políticos que já foram estudados, não representando novidade em termos de faixa etária de seus quadros eleitorais.

### 3.2 Gênero/sexo

Outro indicador relevante sobre o perfil dos prefeitos do Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Sul, é o de gênero/sexo, que também foi objeto de resolução do IV Congresso Extraordinário, realizado em 2011. Assim ficou estabelecido: “Critério de gênero; Fica aprovada a paridade de gênero na composição das direções, delegações, comissões e nos cargos com função específica de Secretarias” (PT, 2011, p.4).

Essa reforma no estatuto partidário foi realizada em virtude da reduzida participação das mulheres na política e, especialmente, nas funções de direção do PT. Mas essa pequena presença de mulheres não fica restrita às funções de dirigente partidário, ela também é notada nas eleições no qual o PT apresentou candidato e obteve sucesso eleitoral. Os números apresentados nas tabelas abaixo revelam as posições de gênero, no que toca às prefeituras conquistadas pelo PT de 1988 até 2012.

**Tabela 5** – Gênero dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em números absolutos

<b>Gênero</b>	<b>1988</b>	<b>1992</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
Masculino	3	7	24	24	27	39	47	<b>171</b>
Feminino	-	-	2	-	-	1	4	<b>7</b>
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>26</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>40</b>	<b>51</b>	<b>178</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

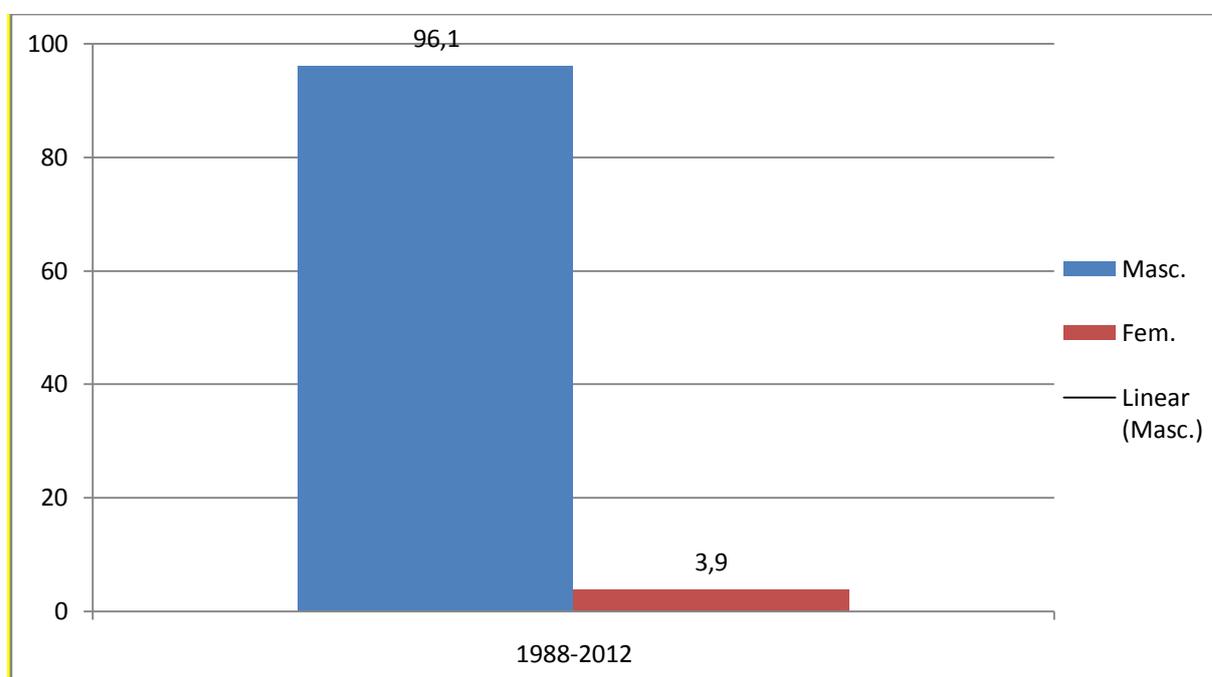
**Tabela 6** – Gênero dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

<b>Gênero</b>	<b>1988</b>	<b>1992</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
Masculino	100	100	92,3	100	100	97,5	92,2	<b>96,1</b>
Feminino	-	-	7,7	-	-	2,5	7,8	<b>3,9</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>							

Fonte: TSE; TRE-RS

No que se refere à questão de gênero, o resultado das disputas eleitorais é marcado por uma ampla maioria de competidores do sexo masculino que obtiveram sucesso pelo PT no Rio Grande do Sul. No total do período estudado, foram prefeito 171 homens e sete mulheres, o que significa 96,1% e 3,9%, respectivamente.

Ao longo do período essa tendência se manteve e o partido elegeu sempre mais de 92% de homens, o que reverte na disparidade visual trazida pelo gráfico 4. Além disso, em quatro eleições – entre sete disputadas – o índice de homens eleitos foi de 100%, ou seja, o PT elegeu prefeitas em três processos eleitorais.



Fonte: TSE; TRE-RS

**Gráfico 4** – Gênero dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

Das sete mulheres que foram eleitas prefeitas: duas alcançaram o cargo em 1996, uma em 2008, e quatro em 2012. Em outros quatro pleitos (1988, 1992, 2000 e 2004), nenhuma mulher se elegeu prefeita pelo partido.

Nas duas primeiras eleições em que o PT conquistou prefeituras, em 1988 e em 1992, não foi eleita nenhuma mulher, ou seja, 100% de homens obtiveram sucesso eleitoral nesses dois pleitos. No processo eleitoral de 1996, o PT elegeu 26 prefeitos, dos quais 24 homens e duas mulheres (Stela Beatriz Farias Lopes, em Alvorada; e Beatriz Cristina Busanello, em Novo Machado). Entretanto, nos dois

processos seguintes, em 2000 e em 2004, o PT novamente não elegeu nenhuma mulher<sup>18</sup>. Por outro lado, em 2008, o PT voltou a eleger uma mulher (Rita Teresinha Sanco Lima, em Gravataí), o que representou um índice 2,5%, sensivelmente mais baixo que na eleição de 1996 – embora melhor do que o ocorrido nos dois pleitos anteriores. Ela é a única mulher ao lado de 39 homens que atingiram o cargo de prefeito pelo PT pela primeira vez naquela oportunidade.

Em 2012 o PT tem o seu resultado mais expressivo no que tange ao número de novos prefeitos e também de mulheres eleitas. Foram quatro entre 51 vencedores, a seguir discriminadas: (1) Janete Teresinha Dauek, em Guarani das Missões; (2) Adriana Kátia Tozzo, em Itatiba do Sul; (3) Margarete Simon Ferretti, em Nova Santa Rita; e (4) Nilvia Pinto Pereira, em Torres.

Embora o pleito mais recente registre o recorde em número absoluto de mulheres que chegam ao cargo pela primeira vez, o que pode levar a supor em um princípio de modificação do quadro eminentemente masculino, deve-se ponderar que, em termos percentuais, houve a repetição do quadro registrado em 1996 – aliás, o resultado é apenas um décimo superior (7,8% em 2012 e 7,7% em 1996).

Quando estudou o perfil da militância e da direção petista do Rio Grande do Sul, durante os anos de 1990, César (2002) destacou que a presença masculina era maior que a feminina. Embora a diferença entre homens e mulheres não chegasse ao mesmo índice daqueles encontrados dentre os prefeitos eleitos, ele afirmou que “há um predomínio acentuado da presença masculina sobre a feminina no interior do partido. No total pesquisado, 75,2% são homens, enquanto as mulheres atingem apenas 24,3%” (CÉSAR, 2002, p.64).

Em termos de ocupação de espaços de direção no PT, a presença feminina é menor ainda, mesmo assim ainda não iguala a extrema discrepância encontrada nos números de prefeitas em relação ao de prefeitos eleitos no Rio Grande do Sul:

Nas instâncias diretoras do PT, os índices de composição sexual se mantêm nas mesmas casas, com homens detendo 80,1% do total da participação em diretórios partidários de qualquer nível e as mulheres ocupando 19,9% das vagas. Observa-se, entretanto, que a participação feminina concentra-se nos níveis inferiores de direção, atingindo 22,4% nos diretórios zonais e 23% nos municipais, caindo em quase cinquenta por cento para o nível estadual, com 12,3%, e reduzindo-se a apenas 9,4% no diretório nacional do partido (CÉSAR, 2002, p.66-67).

---

<sup>18</sup> Para ser mais preciso, reelegeu Stela Lopes em Alvorada (Beatriz Busanello não concorreu). A frase está contida na perspectiva da eleição de novo(a) prefeito(a), que é o foco do trabalho.

Em sua tese sobre as transformações da organização interna do Partido dos Trabalhadores até 2009, Amaral (2010, p.88) registra que há uma dificuldade de inserção das mulheres na estrutura partidária. “Entre 1997 e 2007, houve pouca alteração no predomínio dos homens entre os delegados, evidenciando a dificuldade de inserção das mulheres na vida partidária, mesmo após a introdução de cotas para as instâncias de direção do PT a partir dos anos 1990”.

Como possível explicação para essa dificuldade de ampliação da participação das mulheres no campo político, Amaral (2010, p.88-89) pondera que “características do ambiente partidário, que valoriza atributos identificados com o ‘universo simbólico masculino’, e a tripla jornada a que são submetidas às militantes (no trabalho, em casa e no partido) dificultam a ascensão de mulheres na hierarquia petista”.

Também ao abordar essa questão e procurar dar resposta ao problema da reduzida presença feminina no PT, Ribeiro (2008, p.169) escreve:

Quais são as maiores barreiras à real participação e representação das mulheres no PT? Entendemos que há, grosso modo, dois conjuntos de fatores. O primeiro agrupa aspectos intrinsecamente relacionados ao ambiente partidário ou ao campo político de modo geral. O universo das disputas de poder continua eminentemente masculino, em sua linguagem, simbologia, valoração de atributos e tarefas etc. Em um ambiente de disputas internas bastante acirradas, as habilidades mais valorizadas e necessárias à ascensão na hierarquia partidária são aquelas pouco desenvolvidas no processo tradicional de socialização das mulheres: expressar-se bem em público, capacidade de firmar e ganhar posições em um debate, extrema competitividade baseada no desempenho individual, construção de ampla rede de relações pessoais, entre outros atributos.

Como se observa, a questão da presença feminina na política já era um problema desde o começo da organização do Partido dos Trabalhadores. Foi apenas nos anos de 1990 que medidas mais práticas foram tomadas com a perspectiva de mudar o quadro.

No final dos anos 80 ganha força um outro objetivo: a necessidade de ampliar os espaços de participação política das mulheres. À medida que o partido se construía, se consolidava, ganhava seu espaço na sociedade, estabilizava sua camada de direção e de expressões públicas, as mulheres iam perdendo espaço. Foi no bojo dessa avaliação que se propôs uma política de ação afirmativa (GODINHO, 1998, p.21).

Em termos de números, baseada no boletim da Subsecretaria Nacional de Mulheres do PT, Godinho (1998) apresenta a seguinte trajetória da presença das mulheres no Diretório Nacional do partido: em 1981 no total de 92 membros, apenas oito eram mulheres, representando 8,7% das vagas; em 1993, quando foi adotado o dispositivo de cotas, do total de 84 vagas havia 25 mulheres, ou seja, quase 30%. Conforme Godinho (1998, p.26), “a cota mínima de 30% de mulheres nas direções partidárias foi aprovada no 1º Congresso do PT realizado entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991”. E, como já foi mencionado, em 2011, em seu IV Congresso, o PT aumentou para 50% a cota de mulheres nas instâncias partidárias. Contudo, essas ações, como podem ser percebidas pelos números apresentados, não tiveram reflexo até o momento nas conquistas de prefeituras por parte das mulheres petistas, cenário onde continua a se observar que o número de homens é muito maior, e não há indícios efetivos de alteração dessa tendência (apesar de em 2012 o contingente ter crescido, porém ainda presente percentual abaixo de 10%).

Em estudo sobre o desempenho das mulheres na eleição geral de 2010, Feitosa (2012) chegou ao índice de 91,2% de homens eleitos para o cargo de deputado federal, e de 8,8% de mulheres, representando 45 eleitas:

Os partidos políticos são as instituições mais resistentes a abrir-se à participação política das mulheres. Existe uma correlação de forças, uma natural disputa por espaços de poder, uma vez que cada vaga que se abre a uma mulher implica a redução da participação masculina. Dessa forma, a inserção da mulher na política brasileira acontece não por meio da política formal, mas sim pela sua atuação em instituições da sociedade civil. Além disso, os estudos feitos nos últimos anos constataram que os eleitores estão mais dispostos a votar tanto em homens como em mulheres em igualdade de condições, enquanto os partidos e, sobretudo, as elites políticas mostram um conservadorismo exacerbado (FEITOSA, 2012, p.164).

No que se refere a uma perspectiva de competição eleitoral nacional, Codato, Cervi e Perissinotto (2013) notaram sobre prefeitos que foram eleitos no Brasil em 2012 que, em termos de “variáveis sociais, a política municipal é um universo masculino”. No estudo os autores encontraram 15,6 mil candidatos, sendo que desse universo apenas 1.998 eram mulheres. Eles concluíram que: “ainda que se considere um número menor de candidatas, as mulheres elegeram-se proporcionalmente menos do que o esperado” (CODATO; CERVI; PERISSINOTTO, 2013, p.71).

Em termos do conjunto de cargos políticos, o cenário de predomínio masculino não se modifica. Para os governadores eleitos no período 1994-2010, Massia (2013, p.86) identificou 6,3% de participação feminina. No caso dos senadores, Araújo (2010, p.38) anotou 5,5% no período 1989-2007. Para esses cargos, apesar de eles apontarem para a reduzida ascensão feminina à elite política, os índices são mais elevados do que os encontrados neste estudo.

No caso dos deputados federais, porém, o cenário é ainda pior: entre 1946-1967, houve 0,4% de mulheres eleitas, tendo atingido 1% no período 1967-1987 e chegado a 5,8% no recorte 1987-1999. Conforme Braga, Veiga e Miriade (2009), em 2006 o índice atingiu 7,8%, ou seja, nos períodos mais recentes o percentual é superior ao encontrado em relação aos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul.

Ao considerar um cargo de menor destaque na escala política, como o de vereador, Kerbauy (2005, p.340) identificou uma maior participação feminina em comparação aos anteriores: 11,33% nos pleitos de 1996 a 2004. Aliás, índice muito semelhante ao apresentado por Leal (2010, p.65) em relação apenas ao Rio Grande do Sul no período 2004, que é de 11,2%<sup>19</sup>.

Mais revelador e valioso, então, são as informações apresentadas por Miguel e Queiroz (2006, p.367), segundo as quais, o percentual de mulheres eleitas prefeitas no país é crescente e supera o identificado no PT do Rio Grande do Sul: em 1992, 3,9%; em 1996, 5,5%; em 2000, 5,7% e em 2004, 7,3%. Por fim, há as informações de Modes (2012, p.24) referentes aos prefeitos brasileiros eleitos nos pleitos de 1996-2008. Segundo a autora, a participação das mulheres passou de 4,9% a 9% do total de prefeitos do país ao longo do período. Em qualquer hipótese, todos são percentuais mais elevados do que os identificados nesta dissertação.

No que tange à questão de gênero, assim, o que se pode ponderar a partir do quadro levantado pela pesquisa e pelas referências a outros cargos é que, no caso dos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul, o partido não se distingue do cenário geral e apresenta a mesma predominância masculina. Na verdade, não se distingue no cenário geral, mas o faz no interior dele, pois a predominância masculina é ainda mais intensa e, conseqüentemente, a presença feminina menor.

---

<sup>19</sup> Os dados relativos exclusivamente ao PT são muito semelhantes: 11,7% de mulheres eleitas vereador no Rio Grande do Sul em 2008.

### 3.3 Escolaridade

O grau de escolaridade dos atores é outro indicador que se destaca nos estudos sobre recrutamento e perfil das elites políticas. Além disso, serve para facilitar a diferenciação e classificação dos partidos políticos, no que se refere à sua base social e, até mesmo, seu conteúdo ideológico (RODRIGUES, 2002).

A seguir serão apresentados os dados referentes à escolaridade formal dos que se elegeram prefeito pela primeira vez pelo PT, no Rio Grande do Sul, no período 1988-2012<sup>20</sup>.

**Tabela 7** – Escolaridade dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em números absolutos

<b>Escolaridade</b>	<b>1988</b>	<b>1992</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
Fund. Incompleto	1	-	3	3	2	1	4	<b>14</b>
Fund. comp./Médio incomp.	-	-	2	1	4	3	6	<b>16</b>
Médio comp./Sup. Incomp.	-	1	5	12	8	17	11	<b>54</b>
Superior completo	2	6	15	8	13	19	30	<b>93</b>
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>40</b>	<b>51</b>	<b>177</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

**Tabela 8** – Escolaridade dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

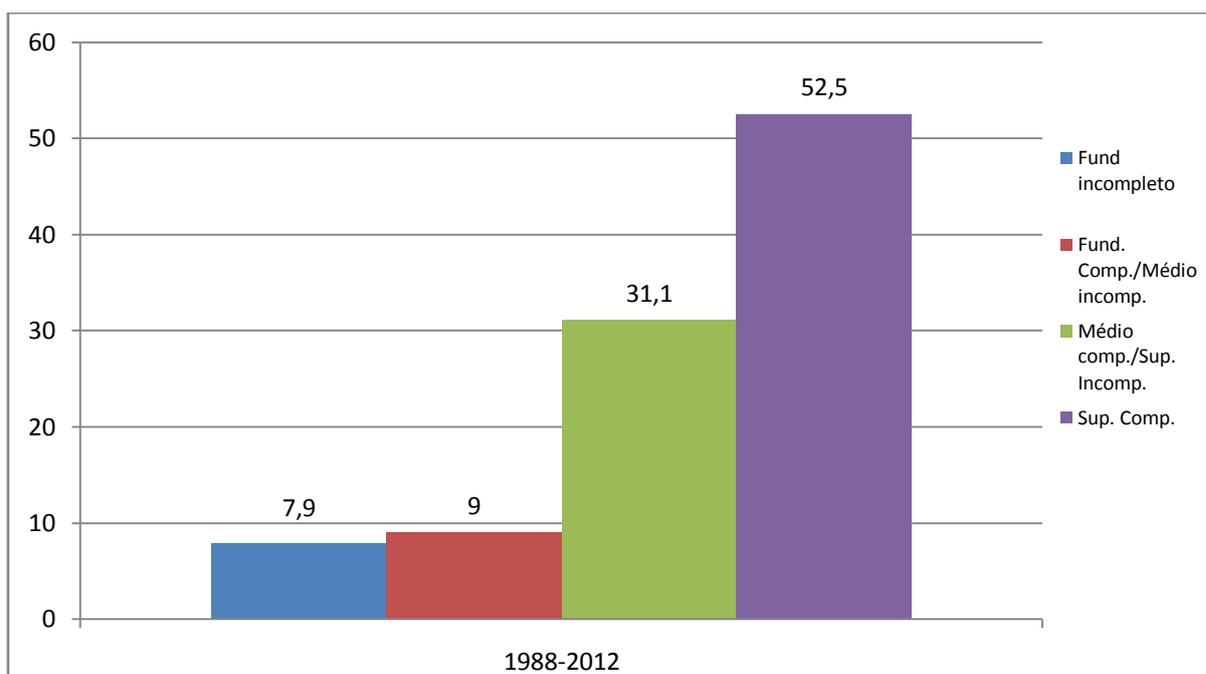
<b>Escolaridade</b>	<b>1988</b>	<b>1992</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
Fund. Incompleto	33,3	-	12,0	12,5	7,4	2,5	7,8	<b>7,9</b>
Fund. comp./Médio incomp.	-	-	8,0	4,2	14,8	7,5	11,8	<b>9,0</b>
Médio comp./Sup. Incomp.	-	14,3	20,0	50,0	29,6	42,5	21,6	<b>30,5</b>
Superior completo	66,7	85,7	60,0	33,3	48,1	47,5	58,8	<b>52,5</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>99,9</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>99,9</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

Dentre as quatro categorias utilizadas – Fundamental Incompleto, Fundamental Completo/Médio Incompleto, Médio Completo/Superior Incompleto e Superior Completo – a que mais ocorrências apresenta é a de eleitos com escolaridade de nível superior completo. No conjunto do período da pesquisa, 93 que foram escolhidos prefeitos ou 52,5% possuem esta escolaridade. Em segundo

<sup>20</sup> Assim como na categoria faixa etária, não foi possível obter a informação necessária com confiabilidade para os 178 prefeitos. Foi excluído um eleito em 1996: novamente, Beatriz Cristina Busanello, de Novo Machado.

lugar aparece o ensino médio completo, que representa 54 casos e 30,5%. Por outro lado, as categorias referentes a uma menor escolaridade abrangem quase o mesmo contingente: 16 ou 9% dos prefeitos eleitos tinham no máximo o fundamental completo/ensino médio incompleto e 14 ou 7,9% apenas o fundamental incompleto.



Fonte: TSE; TRE-RS

**Gráfico 5** – Escolaridade dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

Na eleição de 1988, um ator possuía ensino fundamental incompleto (Saul Barbosa, de Ronda Alta) e dois, curso superior completo (Olívio Dutra, de Porto Alegre; e Paulo Vidal, de Rio Grande). Como são apenas três prefeitos em questão, em termos percentuais tem-se um terço (33,3%) para a categoria de menor escolaridade utilizada pela pesquisa e dois terços (66,7%) para a de maior, a revelar apenas a presença dos extremos da escala e a ausência de todas as demais categorias.

No pleito seguinte, o de 1992, ao inverso, os sete prefeitos eleitos estão nos patamares superiores de escolaridade. Um apresenta o ensino médio completo (Lucir de Conto, de Aratiba), o que implica 14,3%, e, todos os demais, ensino superior completo (85,7%). O primeiro caso está abaixo da média de ocorrências da categoria no total do período estudado, que é de 30,5%, enquanto o segundo está

acima da média do período, que foi de 52,5% como já foi registrado. Os demais indicadores não apresentaram nenhuma ocorrência.

Na eleição de 1996, o PT elegeu um número bem maior de prefeitos (26), em relação às duas eleições anteriores. Como reflexo, registram-se eleitos com escolaridade correspondente a todas as categorias utilizadas pela pesquisa – o que se repetiu desde então. Foram três prefeitos com ensino fundamental incompleto (Roberto Martin Schaeffer, de Boa Vista do Sul; Vilson Antônio Babicz, de Florianópolis; e Vital Dalla Rosa, de Barra do Rio Azul), correspondentes a 12%. O ensino fundamental completo ou médio incompleto compreende dois casos (Nelson José Graselli, de Pontão; e Ildo de Rocco, de Rondinha), equivalentes a 8%. Na categoria relativa ao terceiro estágio de escolaridade, o de ensino médio completo ou superior incompleto, figuram cinco prefeitos ou 20% (Ari Pertunazzi, de Três Arroios; Eliseu Fagundes Chaves, de Viamão; Luiz Carlos Casagrande, de Garibaldi; Miguel Alecio Rovani, de Vila Lângaro; e Ruben Paulo Wiest, de Santo Cristo). Por fim, a categoria de maior incidência é a de curso superior, que alcança 15 casos ou 60%<sup>21</sup>.

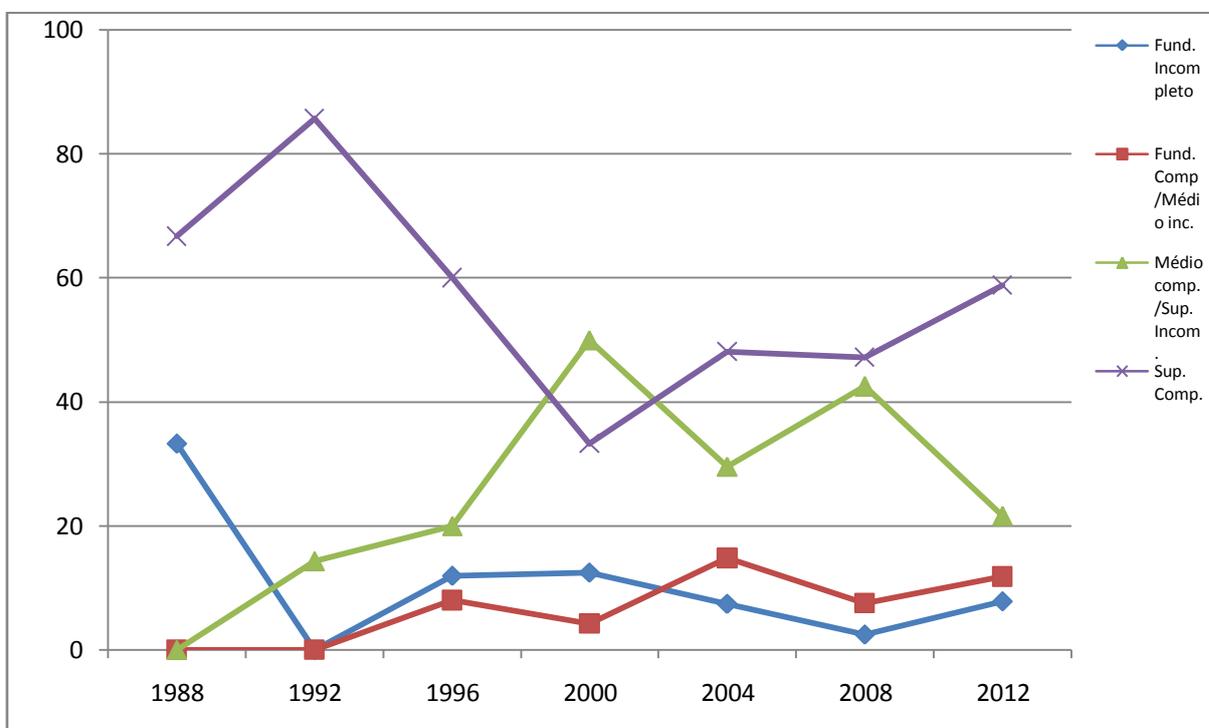
Na disputa seguinte, a de 2000, o PT elegeu 24 novos prefeitos. Destes: três possuíam ensino fundamental incompleto (Jairo Cima, de Benjamin Constant do Sul; Ademir Oscar Olsson, de Porto Lucena, e Edimir Luiz Bottan, de Rondinha) e um, ensino fundamental completo/médio incompleto (Otaviano Paim Ardenghi, de Lajeado do Bugre), correspondentes a 12,5% e a 4,3%, respectivamente. Outros 12 possuíam o ensino médio completo ou o superior incompleto<sup>22</sup>, o que representa 50% do pleito, não só percentual acima daquele registrado para este indicador no conjunto das eleições analisadas como também maior do que o identificado para prefeitos com curso superior, que ficou em oito casos ou 33,3%<sup>23</sup>. Aliás, este foi o

<sup>21</sup> Tais prefeitos são: (1) Antonio Marangon (Palmeira das Missões); (2) Cleci Angelo Endrigo (Vila Maria); (3) Daniel Luiz Bordignon (Gravataí); (4) Doalcir Roque Segat (Porto Vera Cruz); (5) Fernando Campani (Hulha Negra); (6) Geremias Urio (São João da Urtiga); (7) Gilberto “Pepe” Vargas (Caxias do Sul); (8) Jaime Guedes Silveira (Charqueadas); (9) João José Klein (Novo Barreiro); (10) José Inácio Ferreira Pires (Santa Bárbara); (11) Luiz Carlos Tomazelli; (12) Melchior Mallmann (Campina das Missões); (13) Raul Pont (Porto Alegre); (14) Rui Augusto Berté (Gramado Xavier); e (15) Stela Beatriz Farias Lopes (Alvorada).

<sup>22</sup> Assim discriminados: (1) Antônio Valdeci de Oliveira (Santa Maria); (2) Celso Prando (Sananduva); (3) Dino Giaretta (Getúlio Vargas); (4) Elivir Desiam (Estância Velha); (5) Euzébio Kolassa (Carlos Gomes); (6) Francisco Frizzo (Constantina); (7) Jaime Edsson Martini (Nova Xingu); (8) João Antonio Bordin (Marau); (9) José Jocemir Alves da Silva (Giruá); (10) José Luiz Stédile (Cachoeirinha); (11) Milton Cesar Dal Astra (Santo Antonio do Palma); e (12) Wolmir Angelo Dall Agnol (Itatiba do Sul).

<sup>23</sup> Tais prefeitos são os seguintes: (1) Altair Francisco Copatti (Três de Maio); (2) Eraldo José Leão Marques (Anta Gorda); (3) Fernando Marroni (Pelotas); (4) Genésio Luiz Ballestrin (Taquaruçu do Sul); (5) Ivanir Jorge Poltronieri (Ibiraiaras); (6) Luiz Fernando Mainardi (Bagé); (7) Oscar Guerra (Santo Domingos do Sul); e (8) Paulo Henrique Baggio (Paim Filho).

primeiro e único dos processos eleitorais do período em que o curso superior não foi o de maior incidência, como demonstra o gráfico a seguir.



Fonte: TSE; TRE-RS

**Gráfico 6** – Escolaridade dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT ao longo do período (RS, 1988-2012), em percentual

Em 2004, o Partido dos Trabalhadores elegeu 27 novos prefeitos, tendo sido registrados dois com ensino fundamental incompleto (Delmar Zambiasi, de Pontão; Paulo Bagatini, de Boa Vista do Sul), correspondentes a 7,4%; e quatro com fundamental completo ou médio incompleto (José Valdemar Santana Filho, de Lagoa Bonita do Sul; Sérgio Stasinski, de Gravataí; e Vilson Roberto Bastos dos Santos, de Cruz Alta), que atingiram 14,8%. Neste pleito a incidência aumentou conforme se ampliava o grau de escolaridade dos prefeitos e, desse modo, aqueles

com ensino médio completo ou superior incompleto somavam oito casos ou 29,6%<sup>24</sup> e os com superior completo, 13 ou 48,1%<sup>25</sup>.

Na eleição de 2008, confirmando a tendência observada, 19 prefeitos possuíam curso superior completo, representando 47,5% dos eleitos<sup>26</sup>. Na segunda maior ocorrência, estavam aqueles com ensino médio completo ou superior incompleto, com 17 nomes, que representavam 42,5%<sup>27</sup>. Houve três prefeitos que cursaram o ensino fundamental completo ou o médio incompleto (7,5%): Braulio Zatti (Constantina), Lourenço Ardenghi Filho (Palmeira das Missões) e Valdomiro José Bosa (Trindade do Sul). E, por fim, um (2,5%) com ensino fundamental incompleto (João Carlos Zanatta, de Camargo).

No pleito de 2012, o PT continuou com sua trajetória ascendente, em relação à eleição de novos nomes nas competições para os executivos municipais e, obteve sucesso com 51 atores. Destes, 30 ou 58,8% possuíam ensino superior completo, número percentual superior ao período global do estudo – de 1988 a 2012<sup>28</sup>. Confirmando a tendência do perfil dos prefeitos petistas, a segunda maior

<sup>24</sup> São eles: (1) Antonio José Zanandrea (São Valentim); (2) Ary Vanazzi (São Leopoldo); (3) Luis Alberto Pollom (Centenário); (4) Luis Carlos Parise (Ponte Preta); (5) Paulo de Borba Dias Filho (São Jerônimo); (6) Paulo de Oliveira Huffel (Dilermando de Aguiar); (7) Paulo Roberto Brizolla (São Pedro das Missões); e (8) Rudimar Müller (Cruzeiro do Sul).

<sup>25</sup> Distribuídos entre: (1) Alex Sander Alves Bocaini (Viamão); (2) Anacleto Milliszewski; (3) Antonio Elson Rosa de Souza (Nova Hartz); (4) Cláudio Fernando Brayer Pereira (Santa Vitória do Palmar); (5) Claudio Ferrari (Barão); (6) Decio Antonio Colla (São Francisco de Paula); (7) Jorge Pivotto (São Jorge); (8) José Fernando Marin (Ivorá); (9) José Sidney Nunes de Almeida (São Lourenço do Sul); (10) Maher Jaber Mahmud (Barra do Quaraí); (11) Mauro Olinto Sponchiado (Taquaruçu do Sul); e (12) Paulo Fernando Tápia (Marcelino Ramos).

<sup>26</sup> São eles: (1) Carlos Gilberto Baierle (Passo do Sobrado); (2) Ceser Adriano Beuren (Paim Filho); (3) Cirano Cisilotto (Garibaldi); (4) Clenio Boeira da Silva (Dom Feliciano); (5) Elói Poltronieri (Vacaria); (6) Elton Rehfeld (Nova Ramada); (7) Gerson Miguel Schwengber (Dois Irmãos); (8) Jairo Jorge (Canoas); (9) João Carlos Hickmann (Tiradentes); (10) Jose Claudio Ferreira Martins (Jaguarão); (11) Luiz Eduardo Colombo dos Santos (Bagé); (12) Luiz Fernando de Avila Leivas (Pinheiro Machado); (13) Marcos Ernani Senger (São Pedro do Sul); (14) Marino Antônio Testolin (Nova Roma do Sul); (15) Nelson Spolaor (Sapiranga); (16) Orlando Desconsi (Santa Rosa); (17) Rita Teresinha Sanco Lima (Gravataí); (18) Roberto Lunelli (Bento Gonçalves); e (19) Tarcísio João Zimmermann (Novo Hamburgo).

<sup>27</sup> Nesse grupo figuram: (1) Airton Jose Moraes (Novo Machado); (2) Alcides Ce da Silva (Sagrada Família); (3) Amaury Magnus Germano (Capão da Canoa); (4) Celso Vilmar Demarco (Viadutos); (5) César Roberto Couto de Brito (Pedro Osório); (6) Gilmar Antonio Rinaldi (Esteio); (7) Gilmar Leschewitz (Erval Seco); (8) Inidio Pedro Munari (Itatiba do Sul); (9) José Flávio Godoy da Rosa (Fontoura Xavier); (10) José Luis Seger (Santo Cristo); (11) Luiz Carlos Folador (Candiota); (12) Paulo Alfredo Polis (Erechim); (13) Sérgio Marasca (Westfália); (14) Silverio Zat (Santo Antonio do Palma); (15) Vilmar Ballin (Sapucaia do Sul); (16) Waldecir Dysarzd (Benjamin Constant do Sul); e (17) Zauri Tiaraju de Castro (Caçapava do Sul).

<sup>28</sup> Compreende: (1) Adriana Kátia Tozzo (Itatiba do Sul); (2) Adroaldo Luiz Croce (Relvado); (3) Alexandre Duarte Lindemeyer (Rio Grande); (4) Arlem Arnulfo Tasso (Nova Hartz); (5) Eduardo Correa Morrone (Santa Vitoria do Palmar); (6) Elton Luiz Dal Moro (Paim Filho); (7) Emanuel Hassen de Jesus (Taquari); (8) Erone Pedrinho Londero (Hulha Negra); (9) Fernando Paulo Balbinot (Barão de Cotegipe); (10) Gelsi Luiz Lodéa (Gelsi Luiz Lodéa (Jacutinga); (11) Gerson Cardoso Nunes

faixa de escolaridade é a dos que possuíam ensino médio completo ou curso superior incompleto: foram eleitos 11 ou 21,6% com esta formação<sup>29</sup>. Na sequência, aparecem os prefeitos com ensino fundamental completo ou médio incompleto, que somaram seis casos ou 11,8%: (1) Benhur Francisco Ganz (São José do Ouro); (2) Carlos Alberto Dick (Nova Candelária); (3) Luis Neiron Teixeira Viegas (Cachoeira do Sul); (4) Luiz Mateus Cenci (União da Serra); (5) Nilson Camatti (Antonio Prado) e (6) Paulo Henrique Mendes Lang (Palmares do Sul). Por fim, figuram os prefeitos com ensino fundamental incompleto, o menor contingente, formado por quatro casos ou 7,8%: (1) Airton Berté (Gramado Xavier); (2) João de Souza Brandão (Tabaí); (3) José Rubem Loureiro Correia (Itacurubi); e (4) Leodegar Rodrigues (Novos Cabrais).

Quando se comparam essas informações com outros dados relativo ao PT, verifica-se que a escolaridade da militância no Rio Grande do Sul, César (2002) apresenta índice relativos ao ano de 1989, na seguinte proporção: 58,6% possuíam curso superior completo, 22,6% ensino médio completo ou incompleto e 17% ensino fundamental completo ou incompleto. Estes índices se aproximam da realidade encontrada nos dados sobre os prefeitos que o PT elegeu no mesmo estado.

Porém, César (2002) faz uma comparação com os índices do IBGE para pessoas economicamente ativa e chega à conclusão que o nível de escolaridade dos petistas é superior ao da população brasileira:

---

(Canguçu); (12) Glauber Gularte Lima (Santana do Livramento); (13) Ito Adolfo Müller (Áurea); (14) Jaime Lima da Silva (Dilermando de Aguiar); (15) Janete Teresinha Dauek (Guarani das Missões); (16) Jeremias Trevisan (Paráí); (17) José Daniel Raupp Martins (São Lourenço do Sul); (18) José Luis Laueremann (Novo Hamburgo); (19) Juliano Zuanazzi (Marcelino Ramos); (20) Luis Fernando Schmidt (Lajeado); (21) Margarete Simon Ferretti (Nova Santa Rita); (22) Miguel Angelo Gasparetto (Ronda Alta); (23) Nelson Ceratti (Ametista do Sul); (24) Nildo Hickmann (Horizontina); (25) Nilson Luis Dal Cortivo (Rodeio Bonito); (26) Nilvia Pinto Pereira (Torres); (27) Pierre Emerim da Rosa (Imbé); (28) Sergio Maciel Bertoldi (Alvorada); (29) Volmir Bielski (Iraí); e (30) Volnei Colvero Savegnago (Faxinal do Soturno).

<sup>29</sup> Assim discriminados: (1) Airton Luis Cossetin (Ajuricaba); (2) Cezar Coletto (Vitória das Missões); (3) Claudio Roberto Ramos da Silva (Parobé); (4) Domingos Scartezini (São Domingos do Sul); (5) Edson Kaspary (Vale Real); (6) Elcio Soder (Sede Nova); (7) Itacir Hochmann (Benjamin Constant do Sul); (8) José Henrique Heberle (São Pedro do Sul); (9) Paulo Roberto Felix Machado (Butiá); (10) Roque Montagner (São Gabriel); e (11) Selmar Roque Durigon (Pinhal Grande).

A verificação da escolaridade dos militantes de base nos níveis municipal e nacional permite que se constate, mais uma vez, a regularidade nos patamares de escolarização do partido. Sem dúvida, é na base municipal que a escolaridade apresenta seus mais baixos índices no interior do PT. No entanto, pode-se verificar, que mesmo neste nível ela continua bastante superior ao padrão do país e que, no geral, os índices de escolaridade são bastante equilibrados, reafirmando-se, assim, as características já destacadas da alta taxa de escolaridade do partido e de seu crescimento nas suas instâncias de direção, sem que isto implique em evidência de elitização interna (CÉSAR, 2002, p.83).

No que se refere aos membros do Diretório Nacional do PT, em 2006, Amaral (2010) aponta que 80,2% deles possuíam ensino superior completo, 16,3% ensino médio e apenas 2,3% ensino fundamental. Ainda no mesmo estudo, mas referente à composição do DN, em 2001, os índices são bem contundentes, pois 100% dos membros daquela instância de direção partidária possuíam ensino superior completo. Embora esse perfil não seja um padrão da militância petista, nem das demais esferas de direção partidária, pode representar um elemento importante na ascensão aos postos mais relevantes da hierarquia partidária:

Em 2001, todos os membros do DN haviam frequentado algum curso superior e, em 2006, a porcentagem foi de 91,6%. Muitos deles, inclusive, chegaram a cursar uma pós-graduação. Em 2001 e 2006, 31% e 22,2%, respectivamente, declararam ter feito parte de algum programa de mestrado ou doutorado. É interessante notar que, comparados às outras lideranças partidárias, os membros do DN apresentam um nível de escolaridade mais elevado. Isso indica que, esse parece ser um requisito importante para a ascensão na hierarquia petista (AMARAL, 2010, p.198).

Em relação à escolaridade dos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul, é possível fazer um paralelo com vários estudos alusivos a outros cargos políticos e que permitem dimensionar com mais propriedade essas informações.

O estudo realizado por Braga, Veiga e Miríade (2009) sobre os deputados federais de 2006 identificou que 75,9% dos eleitos pelo PT tinham curso superior completo. Este é um índice muito mais elevado do que o verificado na série histórica por este estudo (52,5%) – na análise por pleito, apenas o de 1992 apresenta índice superior (85,7%). Por outro lado, quando a comparação é entre o índice daqueles com ensino médio ou curso superior incompleto, o cenário é inverso: enquanto os deputados federais atingem 19,2%, os prefeitos chegam a 31,1% no período e apenas o pleito de 1992 encontra índice inferior (14,3%), certamente resultado do alto percentual de eleitos com nível superior completo.

Nos dois casos – o dos deputados federais eleitos em 2006 e o dos prefeitos –, os que possuem escolaridade menor do que o ensino médio completo formam a minoria. Contudo, também há distinção entre esses dois cargos: apenas 3,6% dos deputados federais possuem ensino fundamental completo ou incompleto, os quais representavam 16,5%. Se o referencial for apenas os pleitos municipais realizados no mesmo período da eleição nacional de 2006, ainda assim a diferença é marcante: houve 22,5% em 2004 e 10% em 2008.

Constata-se, com isso, que a escolaridade foi mais elevada na eleição geral no caso do cargo de deputado federal e mais baixo nas competições de 2004 e de 2008 para o cargo de prefeito. , Ressalva-se que a escolaridade dos deputados federais eleitos pelo PT é considerada baixa para o padrão de deputados federais eleitos no país naquele ano, conforme a explicação das autoras da pesquisa:

Nas eleições para a Câmara em 2006, constatamos que os dois partidos que ampliaram o espaço para a seleção de candidaturas e que mais elegeram pessoas de baixa escolaridade foram PP e PT, ao contrário do PSDB, menos aberto para o lançamento de candidaturas de políticos com baixa escolaridade (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p.135).

Portanto, é possível supor que o Partido dos Trabalhadores recruta sua elite política entre atores com menor escolaridade formal que os demais partidos. A essa conclusão também chegou Rodrigues (2002, p.100), segundo o qual o PT é o partido com a maior proporção de deputados com mais baixa escolaridade: “entre os deputados do PT a situação é oposta à do PPB: alto capital cultural de boa parte de seus membros que têm curso de pós-graduação, numa bancada em que os níveis gerais de escolaridade e de patrimônio são os mais baixos entre os seis partidos”.

A análise da composição social da bancada petista da Câmara dos Deputados ajuda a entender como é possível haver alto capital cultural e o menor índice de escolaridade entre os partidos:

A composição social dominante estaria, pois, integrada pela intelligentsia da classe média burocrática e por lideranças operárias que, com a redemocratização, conseguiram entrar para a classe política por intermédio dos grandes sindicatos (geralmente metalúrgicos) e empregados não manuais (geralmente bancários) (RODRIGUES, 2002, p.109-110).

No caso dos governadores eleitos entre 1994 e 2010, Massia (2013, p.101) identifica que 85,9% têm curso superior completo. Para o Senado, Araújo (2009,

p.38) encontra índices ainda mais elevados: 90% dos eleitos de 1986 a 2006 tinham esta escolaridade. O cenário pouco muda no caso dos deputados federais, como indica Fabiano Santos (2000, p.97): em 1946-67, houve 87,8% com curso superior completo, índice que sobe para 91,3% no período 1967-87 e ficou em 84,8% entre 1987 e 1999. Para o cargo de deputado estadual, há o dado trazido por Arraes Filho (2000, p.115), relativo ao Piauí, no período 1982-1994, cujo índice é 82,1% com formação universitária completa. No caso de Goiás, no recorte 1982-2010, o índice varia de 70,7% a 92,6% de deputados estaduais com curso superior completo (MOTA, 2011, p.81).

Mas ele registra alteração quando o foco se centra naqueles que realizam a política em âmbito municipal. Conforme Modes (2012, p.24), o índice de prefeitos eleitos entre 1996 e 2008 com curso superior completo varia de 24,6% a 45%, inferior ao verificado para os demais cargos. E o percentual daqueles que possuem ensino médio completo ou superior incompleto gira em torno de 17,2% em 1996 a 33,3% em 2008. Tais informações são convergentes com os dados coletados por Coradini (2012) para as eleições de prefeito em 2004. Ele destacou que estes “ocupam uma posição intermediária, mas ainda fortemente associados ao curso superior completo, embora também ao curso superior incompleto” (CORADINI, 2012, p.113).

No caso dos vereadores, o estudo de Leal (2010, p.65) corrobora a menor escolaridade, pois 25,7% dos eleitos no Rio Grande do Sul em 2004 tinham curso superior completo. A escolaridade com maior incidência é o ensino fundamental (40,6%), seguindo-se o nível médio (32,9%). Ou seja, a pirâmide educacional se inverte no caso do cargo mais básico da hierarquia política nacional<sup>30</sup>. Quando essas informações são recortadas para os vereadores do PT, surge uma escolaridade mais elevada: 32,6% possuem curso superior, 30,2% médio e 36,5% fundamental.

O conjunto de informações apresentadas nas páginas precedentes aponta para dois cenários. Um deles é de que os prefeitos do PT eleitos no Rio Grande do Sul, a exemplo da elite política brasileira, em especial a que ocupa cargos de maior

---

<sup>30</sup> Kerbauy (2005, p.341) traz dados sobre os vereadores do país no período 1996-2004. As informações são mais amplas do que as apresentadas por Leal, pois abrangem o Brasil e mais pleitos, porém, a autora não os agrega nacionalmente por escolaridade, e sim os fragmenta por gênero. Ainda assim, o patamar máximo atingido pelo curso superior completo é 25,45% (entre os homens em 2004).

relevância (governadores, senadores, deputados federais), possuem alta escolaridade, identificada por meio do percentual deles que possuem curso superior completo (52,5%). O outro é que, apesar de majoritário, esse percentual é inferior ao registrado em outros cargos, a indicar escolaridade menor do que o curso superior completo, o que conforma o perfil de praticamente a outra metade dos prefeitos (47,5%), com ênfase, então, ao ensino médio completo ou superior incompleto (30,5%).

Logo, esse segundo perfil dos prefeitos do PT se distingue do padrão da classe política brasileira que ocupa cargos importantes, e se aproxima daquele identificado para cargos de menor relevância, exercidos em âmbito municipal. Porém, como a escolaridade desse segundo perfil (ensino médio completo ou superior incompleto) é mais elevada do que a dos vereadores conforme os dados coletados por Kerbauy (2005) e Leal (2010), pode-se especular que ela indica a distinção hierárquica entre os dois cargos em análise e, portanto, mostraria coerência com o panorama geral (quanto mais elevado o cargo maior a escolaridade).

O impacto destes dois “perfis” de escolaridade dos prefeitos que o PT elegeu no Rio Grande do Sul será destacado mais adiante, pois tal distinção se apresenta como o achado mais relevante da pesquisa até o momento.

### **3.4 Estado Civil**

Outro indicador que foi utilizado nessa pesquisa para compor o perfil dos prefeitos do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul foi “estado civil”. Esta é uma informação relativamente fácil de encontrar, uma vez que é muito comum ela estar presente na maioria dos sítios de divulgação sobre políticos, inclusive nas páginas do TSE, TREs, dos jornais que fazem esse tipo de cobertura<sup>31</sup>. No entanto, como o desenvolvimento da pesquisa demonstra, ele não é um indicador tão utilizado pelos estudos sobre perfil de elites políticas.

---

<sup>31</sup> Apesar disso, durante o processo de coleta de dados sobre os prefeitos eleitos pelo PT, entre 1988 e 2012, não foram encontradas as informações relativas a dois indivíduos: Beatriz Cristina Busanello (eleita em 1996) e Paulo Fernando dos Santos Vidal (eleito em 1988), o que reduziu o contingente utilizado a 176 casos.

**Tabela 9** – Estado civil dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em números absolutos

<b>Estado civil</b>	<b>1988</b>	<b>1992</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
Casado	2	7	23	20	19	29	40	<b>140</b>
Solteiro	-	-	2	2	5	10	5	<b>24</b>
Separado/Divorciado	-	-	-	2	3	1	5	<b>11</b>
Viúvo	-	-	-	-	-	-	1	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>40</b>	<b>51</b>	<b>176</b>

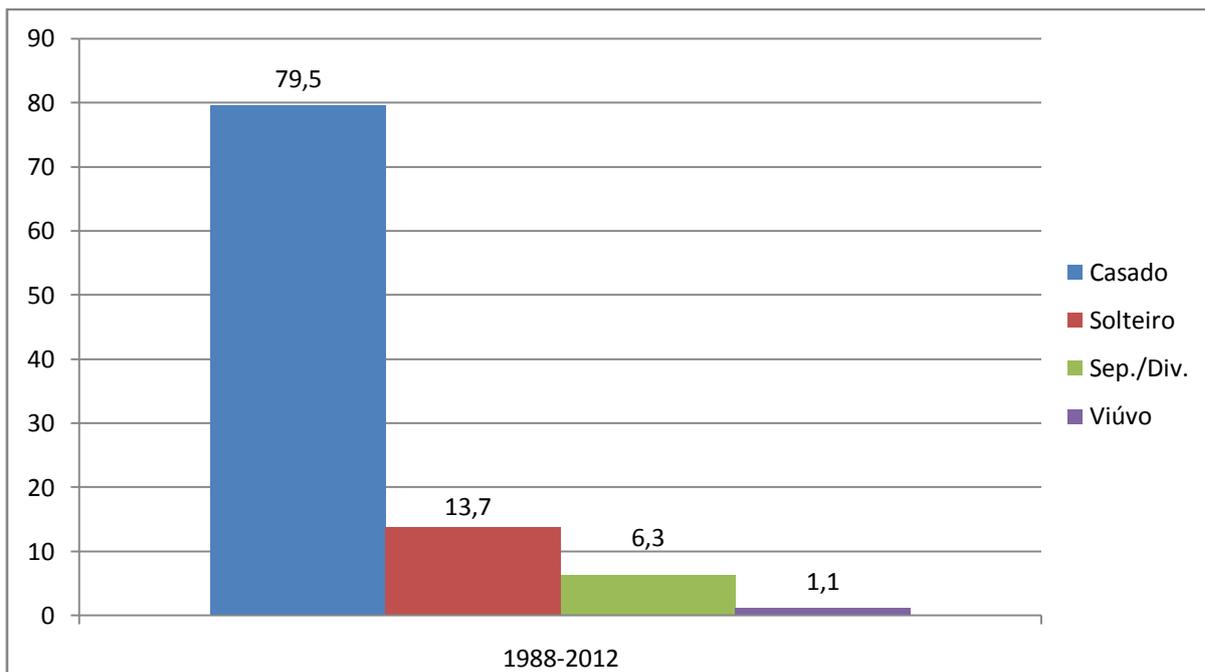
Fonte: TSE; TRE-RS

**Tabela 10** – Estado civil dos novos prefeitos eleitos pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

<b>Estado civil</b>	<b>1988</b>	<b>1992</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
Casado	100	100	92,0	83,3	70,4	72,5	78,4	<b>79,5</b>
Solteiro	-	-	8,0	8,3	18,5	25,0	9,8	<b>13,7</b>
Separado/Divorciado	-	-	-	8,3	11,1	2,5	9,8	<b>6,3</b>
Viúvo	-	-	-	-	-	-	2,0	<b>0,6</b>
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>99,9</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100,1</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

O resultado da pesquisa demonstra que a grande maioria dos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul é casado, indicador que representa quase 80% dos casos, ou seja, 140 eleitos. Em seguida, 24 eram solteiros (13,7%) e 11 separados ou divorciados (6,3%) e um viúvo (0,6%).



Fonte: TSE; TRE-RS

**Gráfico 7** – Estado civil dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

Dentre os vencedores em 1988, os dois cujos dados foram obtidos eram casados, logo não houve o registro de outro estado civil. O mesmo ocorreu em 1992 com os sete casos analisados. Os primeiros prefeitos não casados figuram a partir do terceiro pleito em que o PT elegeu prefeito, em 1996, quando apareceram dois solteiros, correspondentes a 8%. São eles: Eliseu Fagundes Chaves, de Viamão, e Luiz Carlos Casagrande, de Garibaldi. Porém, prevaleceram com ampla margem os casados, que somam 23 dos 25 casos (92%).

Fruto da diversificação do estado civil dos prefeitos, que passou a ser registrada cada vez mais a partir de 1996, o contingente de casados se retraiu, mas continuou largamente dominante. No pleito de 2000, por exemplo, o índice foi a 83,4% (20 em 24 casos), pois se repetiram dois prefeitos solteiros (Euzebio Kolassa, de Carlos Gomes, e Paulo Henrique Baggio, de Paim Filho) e surgiram os dois primeiros separados/divorciados (Elivir Desiam, de Estância Velha; e Jairo Cima, de Benjamin Constant do Sul), sendo que ambas as situações correspondentes a 8,3%. Já na eleição de 2004, o índice de casados caiu ainda mais e chegou ao piso da série histórica em análise: 70,4% (19 em 27 casos) e tanto os solteiros quanto os

separados/divorciados cresceram. Os primeiros passaram a responder por 18,5% (quatro situações<sup>32</sup>) e os segundos por 11,1% (três casos<sup>33</sup>).

No que tange a prefeitos casados, A situação permaneceu semelhante no pleito de 2008, pois foram registrados 72,5% (29 em 40 casos). Mas ocorreram mudanças sensíveis nas outras categorias: os solteiros atingiram 25% ou 10 casos<sup>34</sup>, em ambos os casos este é o recorde no período; e houve um separado/casado (2,5%), Jairo Jorge, de Canoas.

Por fim, em 2012, os prefeitos casados voltaram a crescer (78,4% ou 40 casos), equivaleram-se os solteiros e separados/casados, com cinco casos, correspondentes a 9,8%, e surgiu o primeiro registro de um viúvo (2%)<sup>35</sup>, a configurar o pleito de 2012 como o único em que todas as categorias figuraram.

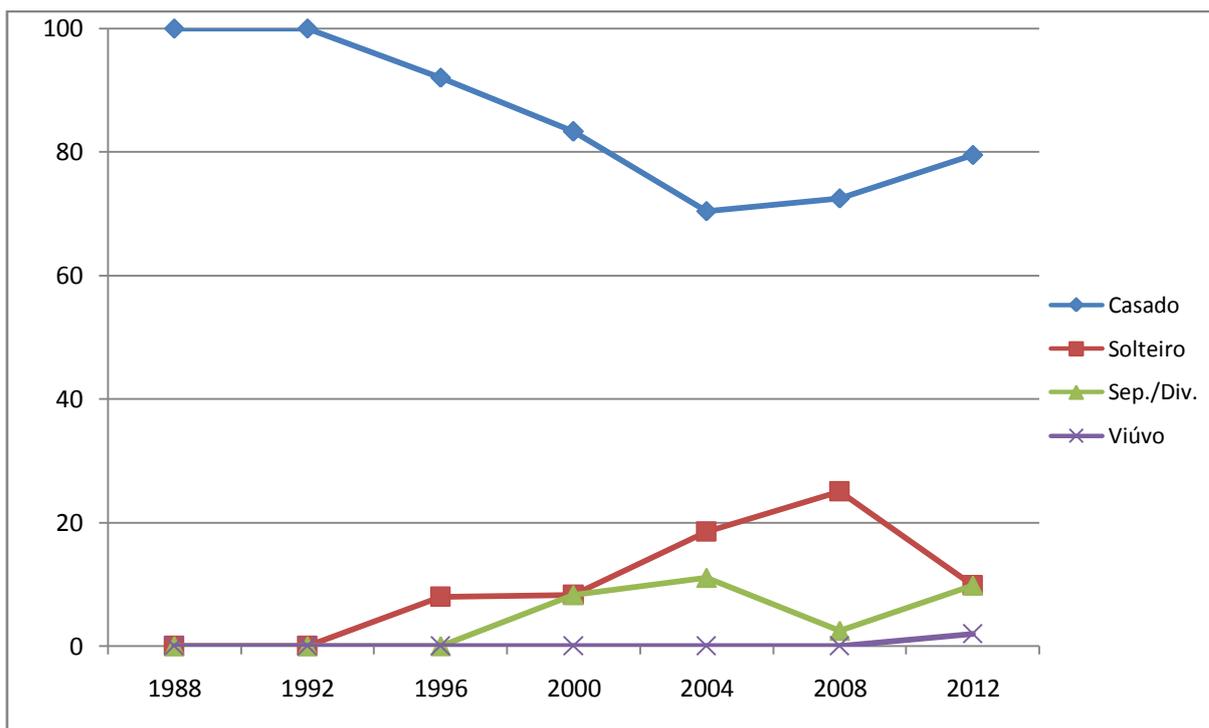
---

<sup>32</sup> Assim discriminados: (1) Adir Reginato (Cacique Doble); (2) Anacleto Miliszewski (Barra do Ribeiro); (3) Antônio Elson Rosa de Souza (Nova Hartz) e (4) Cláudio Fernando Brayer Pereira (Santa Vitória do Palmar) e (5) Luis Carlos Parise (Ponte Presta).

<sup>33</sup> São eles: (1) Ary Vanazzi (São Leopoldo); (2) José Valdemar Santana Filho (Lagoa Bonita do Sul) e (3) Vilson Roberto Bastos dos Santos (Cruz Alta).

<sup>34</sup> Abramgem: (1) Ceser Adriano Beuren (Paim Filho); (2) Cirano Cisilotto (Garibaldi); (3) Gilmar Antonio Rinaldi (Esteio); (4) Inidio Pedro Munari (Itatiba do Sul); (5) Luiz Carlos Folador (Candiota); (6) Luiz Eduardo Colombo dos Santos (Bagé); (7) Luiz Fernando de Ávila Leivas (Pinheiro Machado); (8) Marino Antônio Testolin (Nova Roma do Sul); (9) Nelson Spolaor (Sapiranga) e (10) Paulo Alfredo Polis (Erechim).

<sup>35</sup> Os solteiros são os seguintes: (1) Domingos Scartezzini (São Domingos do Sul); (2) João de Souza Brandão (Tabaí); (3) Margarete Simon Ferretti (Nova Santa Rita); (4) Pierre Emerim da Rosa (Imbé) e (5) Volnei Bielski (Irai). Os separados/divorciados são: (1) Adriana Kátia Tozzo (Itatiba do Sul); (2) Eduardo Correa Morrone (Santa Vitória do Palmar); (3) Luis Fernando Schmidt (Lajeado); (4) Miguel Angelo Gasparetto (Ronda Alta) e (5) Paulo Henrique Mendes Lang (Palmares do Sul). Já o viúvo é José Rubem Loureiro Correia, de Itacurubi.



Fonte: TSE; TRE-RS

**Gráfico 8** – Estado civil dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT ao longo do período (RS, 1988-2012), em percentual

Ainda foi possível constatar que, das seis mulheres eleitas prefeita cuja informação foi localizada, quatro eram casadas (Janete Teresinha Dauek, Nilvia Pinto Pereira, Rita Teresinha Sanco Lima e Stela Beatriz Farias Lopes), uma era separada (Adriana Kátia Tozzo) e uma solteira (Margarete Simon Ferretti). As prefeitas não casadas foram eleitas no pleito de 2012. Ou seja, apesar do restrito número de mulheres eleitas, elas compreendem um espectro de estados civis praticamente tão amplo quanto o dos homens – apenas a categoria viúva não foi registrada (e houve apenas um homem nessa categoria).

Foi encontrado um estudo que também incluiu o indicador estado civil na configuração do perfil dos atores, trabalho este que analisou as elites políticas da região de Inhamuns, no estado do Ceará (CHAVES, 2009). Este visava a desenvolver uma perspectiva longitudinal do perfil das elites da região, investigando a composição e as formas de recrutamento e de seleção daquelas elites no período após 1988, e teve como foco os vereadores de um município daquela região cearense, Tauá. Um dos objetivos da pesquisa foi verificar a importância da família no recrutamento das elites políticas e, por isso, a inclusão do estado civil.

Os resultados se aproximam do presente estudo sobre os prefeitos do Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Sul. Naquele trabalho foi registrado que os casados representavam: em 1988, 72,7% dos casos; em 1992, 71,4%; em 1996, 80%; em 2000, 81,3%; em 2004, 75% e em 2008, 55,6%. A conclusão de Chaves (2009, p.18-19) é a seguinte:

Neste aspecto, observando o estado civil dos parlamentares percebemos que o percentual de indivíduos casados é bastante alto, cerca de 70% ao longo das legislaturas. No entanto, esse percentual vem diminuindo com o aumento de indivíduos que se apresentam divorciados ou separados. Esse pode ser um fator do crescente aumento de separações na sociedade, mas não chega a afetar o papel desempenhado pela família como *locus* do poder.

Para se obter uma conclusão mais consistente a respeito do papel do casamento na seleção e no recrutamento de elites políticas ainda é preciso maior quantidade de estudos. Porém, é possível notar que a ampla maioria dos atores são casados: no caso dos prefeitos petistas, a cada pleito o índice sempre foi maior que 74%, de modo a configurar ao longo do período 81,6%. Um dado que parece indicar um elemento de mudança nesse cenário é que, a partir de 2008, há um crescimento no número de incidências de solteiros e de divorciados/separados. Isso pode, ainda, pode ser um ponto fora da curva. Todavia, apenas estudos futuros poderão apontar se o casamento diminuiu sua importância na seleção dentre os prefeitos eleitos pelo PT e, também, nas elites políticas, como apontam tanto esta dissertação quanto o estudo de Chaves (2009).

### 3.5 Ocupação

A seguir são apresentados os dados relativos à ocupação ou atividade profissional dos que chegaram ao cargo de prefeitos pela primeira vez pelo PT nos pleitos do período 1988-2012<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Apenas um dos prefeitos não figura nestas tabelas, pois não foi possível obter dados confiáveis a respeito da ocupação. É a já citada Beatriz Cristina Busanello (Novo Machado, 1996). Assim, as informações cobrem 177 casos.

**Tabela 11** – Ocupação dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em números absolutos

<b>Ocupação</b>	<b>1988</b>	<b>1992</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>	<b>2004</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>Total</b>
Administrador/Gerente	-	-	-	2	-	1	-	3
Advogado	-	1	-	-	2	4	6	13
Agente de saúde	-	-	-	-	-	1	-	1
Agricultor	1	2	7	4	4	6	12	36
Agrônomo/Téc. Agronomia	-	-	-	-	3	1	3	7
Aposentado	-	-	-	-	-	2	1	3
Arquiteto/Engenheiro	-	-	-	-	1	-	1	2
Auxiliar de escritório	-	-	-	-	-	-	2	2
Bancário/Economiário	1	-	-	-	2	3	2	8
Bibliotecário	-	-	-	-	-	1	-	1
Comerciante/ Rep. comerc.	-	-	2	4	1	2	4	13
Comerciário	-	-	-	-	1	1	-	2
Contador / Téc.	-	-	-	-	1	-	1	2
Contabilidade								
Economista	-	-	-	-	1	1	-	2
Empresário	-	-	-	3	1	1	1	6
Farmacêutico	-	-	-	-	1	-	-	1
Fiscal/Gerente	-	-	-	-	-	-	2	2
Jornalista	-	-	-	-	-	1	-	1
Mecânico manutenção	-	-	1	-	-	-	-	1
Médico/Odontólogo	-	1	3	2	1	-	1	8
Motorista transporte de carga	-	-	-	-	1	-	1	2
Pecuarista	-	-	-	-	1	-	-	1
Político	-	-	-	1	1	-	1	3
Professor Ens. Fund./Médio	-	2	6	-	2	8	8	26
Professor Universitário	-	-	1	-	-	1	-	2
Promotor de Justiça	1	-	-	-	-	-	-	1
Sociólogo	-	-	-	-	-	1	-	1
Servidor Público	-	1	3	4	2	5	5	20
Trab. Metalúrgico	-	-	-	2	-	-	-	2
Veterinário	-	-	-	1	-	-	-	1
Outros	-	-	2	1	1	-	-	4
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>40</b>	<b>51</b>	<b>177</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

**Tabela 12** – Ocupação dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

Ocupação	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	Total
Administrador/Gerente	-	-	-	8,3	-	2,5	-	1,7
Advogado	-	14,3	-	-	7,4	10,0	11,8	7,3
Agente de saúde	-	-	-	-	-	2,5	-	0,6
Agricultor	33,3	28,6	28,0	16,7	14,8	15,0	23,5	20,3
Agrônomo/Téc. Agronomia	-	-	-	-	11,1	2,5	5,9	4,0
Aposentado	-	-	-	-	-	5,0	2,0	1,7
Arquiteto/Engenheiro	-	-	-	-	3,7	-	2,0	1,1
Auxiliar de escritório	-	-	-	-	-	-	3,9	1,1
Bancário/Economiário	33,3	-	-	-	7,4	7,5	3,9	4,5
Bibliotecário	-	-	-	-	-	2,5	-	0,6
Comerciante/ Rep. comerc.	-	-	8,0	16,7	3,7	5,0	7,8	7,3
Comerciário	-	-	-	-	3,7	2,5	-	1,1
Contador/Téc. contabilidade	-	-	-	-	3,7	-	2,0	1,1
Economista	-	-	-	-	3,7	2,5	-	1,1
Empresário	-	-	-	12,5	3,7	2,5	2,0	3,4
Farmacêutico	-	-	-	-	3,7	-	-	0,6
Fiscal/Gerente	-	-	-	-	-	-	3,9	1,1
Jornalista	-	-	-	-	-	2,5	-	0,6
Mecânico manutenção	-	-	4,0	-	-	-	-	0,6
Médico/Odontólogo	-	14,3	12,0	8,3	3,7	-	2,0	4,5
Motorista transporte de carga	-	-	-	-	3,7	-	2,0	1,1
Pecuarista	-	-	-	-	3,7	-	-	0,6
Político	-	-	-	4,2	3,7	-	2,0	1,7
Professor Ens. Fund./Médio	-	28,6	24,0	-	7,4	20,0	15,7	14,7
Professor Universitário	-	-	4,0	-	-	2,5	-	1,1
Promotor de Justiça	33,3	-	-	-	-	-	-	0,6
Sociólogo	-	-	-	-	-	2,5	-	0,6
Servidor Público	-	14,3	12,0	16,7	7,4	12,5	9,8	11,3
Trab. Metalúrgico	-	-	-	8,3	-	-	-	1,1
Veterinário	-	-	-	4,2	-	-	-	0,6
Outros	-	-	8,0	4,2	3,7	-	-	2,3
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>40</b>	<b>51</b>	<b>177</b>

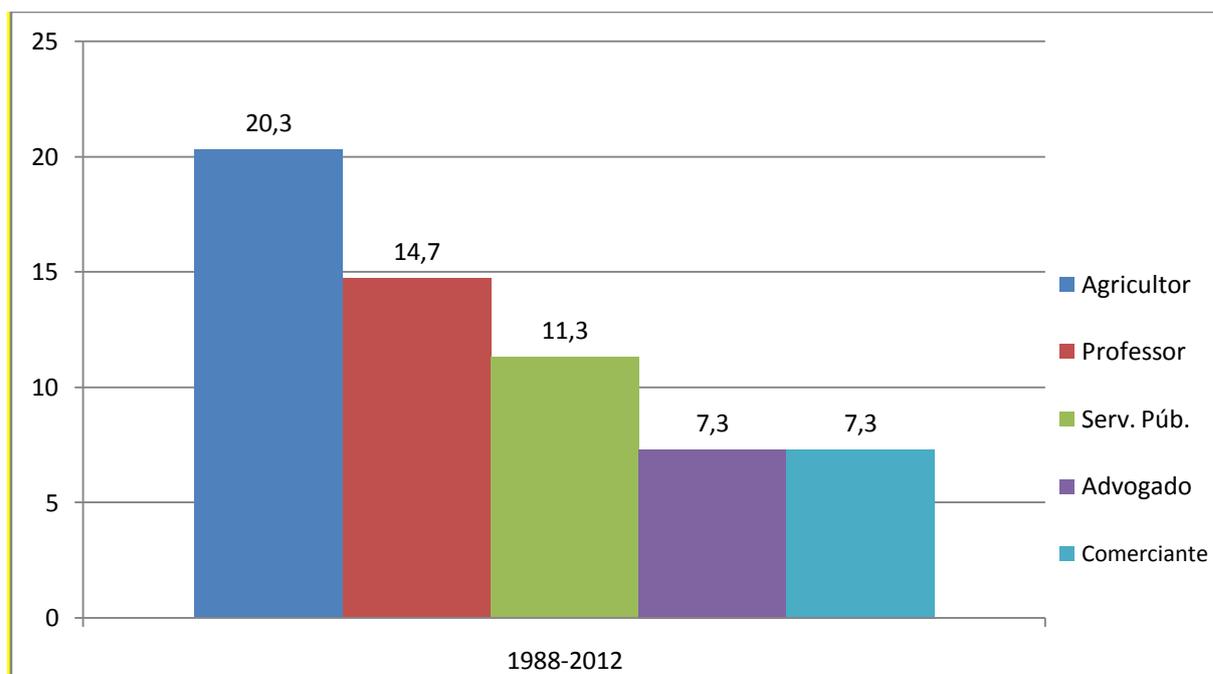
Fonte: TSE; TRE-RS

Com 31 categorias relativas à ocupação e 177 casos a analisar, o resultado das tab. 11 e 12 confirma a expectativa de grande dispersão dos dados. Assim, 22 categorias concentram somente 40 casos ou 22,6% do total. São elas: (1) Administrador/Gerente; (2) Agente de saúde e sanitaria; (3) Aposentado; (4) Arquiteto/Engenheiro; (5) Auxiliar de escritório; (6) Bibliotecário; (7) Comerciário; (8) Contador/Técnico contabilidade; (9) Economista; (10) Farmacêutico; (11) Fiscal/Gerente; (12) Jornalista; (13) Mecânico de manutenção; (14) Motorista de transporte de carga; (15) Pecuarista; (16) Político; (17) Professor Universitário; (18) Promotor de Justiça; (19) Sociólogo; (20) Trabalhador Metalúrgico e Siderúrgico; (21) Veterinário e (22) Outros.

Mas este cenário tem um aspecto positivo, que é o de permitir que aquelas ocupações com maior incidência possam se destacar. Se a decisão metodológica tivesse sido a de aproximar as atividades profissionais por algum critério, possivelmente este destaque perdesse importância frente à robustez das categorias advindas dessas vinculações.

Então, das nove categorias restantes, é possível falar em um grupo, composto por aqueles que têm incidência média de prefeitos. São quatro ocupações: (1) Empresário (seis casos); (2) Agrônomo/Técnico em agronomia (sete casos); (3) Bancário/Economiário e (4) Médico/Odontólogo (8 casos cada). Elas reúnem 29 casos ou 16,4% do total.

E há outras cinco ocupações que, juntas, totalizam 108 casos ou 61%, e configuram aquelas que mais caracterizam os prefeitos eleitos pelo PT, quais sejam: (1) Comerciante/Representante comercial e (2) Advogado (13 casos cada); (3) Servidor Público (20 casos); (4) Professor de ensino fundamental e médio (26 casos) e, finalmente, (5) Agricultor (36 casos). Também é possível subdividir estas ocupações, pois três delas se distinguem como as mais robustas: servidor público, professor de ensino fundamental e médio, e agricultor.



Fonte: TSE; TRE-RS

**Gráfico 8** – Ocupação dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012), em percentual

Na análise realizada por pleito tem-se uma grande variação de incidência entre as categorias, de modo que não seria produtivo descrever o cenário de cada disputa. Porém, algumas tendências ou peculiaridades podem ser destacadas.

A primordial delas é que a ocupação que mais caracteriza o universo é a de agricultor, com 20,3% dos casos no período. Ela está presente em todos os pleitos, inclusive no de 1988, quando o PT elegeu apenas três prefeitos, e sempre com participação de, no mínimo, 14,8%.

O segundo ponto a evidenciar é que sempre houve servidores públicos eleitos prefeito, com exceção da disputa de 1988 – o que pode ser explicado em razão do restrito número de prefeituras conquistadas pelo partido naquela oportunidade –, de modo a atingir 11,3%.

O terceiro é a importante participação dos professores de ensino fundamental e médio, que respondem por 14,7% dos prefeitos eleitos, embora haja duas disputas em que nenhum deles apresentasse essa ocupação (1988 e 2000).

O interessante é que do rol de ocupações aqui destacadas, apenas advogados, professores e servidores públicos são mencionadas por Dogan (1999) como aquelas mais propícias ao ingresso na carreira política. Por outro lado, algumas ocupações que também figuram na listagem de Dogan não foram recorrentes, como: jornalista (também uma carreira propícia ao ingresso no campo político, segundo Dogan), enquanto a mais destacada, agricultor, não surge como uma atividade ligada ao campo político ou às elites políticas.

Vê-se, então, que este cenário contraste com aquele considerado “padrão” para a elite política brasileira, atestado em diversos e recorrentes estudos. Para citar alguns: dentre os governadores eleitos entre 1994 e 2010, as ocupações mais recorrentes identificadas por Massia (2013, p.108) foram: advogado (26,4%), engenheiro (25,3%), professor (23,1%) e médico (15,4%)<sup>37</sup>. Neiva e Izumi (2012) destacam que 37,9% dos senadores eleitos no período 1986-2006 tinham formação em direito. Da mesma forma, dentre os deputados federais com curso superior – a maioria, diga-se de passagem –, Fabiano Santos (2000, p.98) indica o predomínio dos advogados (57% em 1946-67, 61,3% em 1967-1987 e 39,8% em 1987-1999), seguidos por: médicos, que atingem 10,2% no período 1987-1999; engenheiros, com 11,2% no mesmo recorte temporal. E o cenário não se altera se o foco está nos

---

<sup>37</sup> Ressalva-se que o autor aceita mais de uma ocupação por eleito, de modo que o total de ocorrências ultrapassa 100%.

deputados estaduais de Goiás no período 1982-2010: predominam os advogados, conforme dados apresentados por Mota (2011, p.75).

Porém, quando a comparação é com cargo de menor destaque na hierarquia, o perfil identificado nos prefeito do PT se mostra mais compatível. É o que se percebe ao observar os dados trazidos por Kerbauy (2005, p.345) relativos aos vereadores eleitos no país em 2000 e em 2004: há o predomínio dos servidores públicos (18,07%), empresários no comércio e na indústria (14,30%) e agricultores (14,08%). Igualmente, o estudo de Leal (2010, p.65), relativos aos vereadores do Rio Grande do Sul, eleitos em 2004, aponta para a maior participação de duas ocupações que figuram nos dados de Kerbauy e, principalmente, naqueles levantados por esta dissertação: agricultores (30,2%) e servidores públicos (21,5%). Aliás, no caso específico do PT, esta tendência é mais forte, pois 41,2% dos vereadores eleitos no Rio Grande do Sul pelo partido foram classificados como agricultores e 25,2% servidores públicos.

A corroborar esta questão, Coradini encontrou a seguinte situação, em termos de perfil ocupacional, daqueles que apresentam mais sucesso em competições eleitorais para o cargo de prefeito:

Os empresários, diretores de empresas, advogados, professores de ensino superior, ocupantes de cargos públicos eletivos (todos os níveis) e os outros profissionais com titulação universitária – além de médicos, advogados e engenheiros continuam a ocupar uma posição menos extrema nesse polo, em associação mais direta com os candidatos a Prefeito (CORADINI, 2012, p.112).

O panorama indicado pelos dados relativos à ocupação aponta, então, para outra distinção entre o perfil dos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul e aquele relacionado aos cargos mais elevados da carreira política no país. Resta saber se tal pode ser somado aos “dois” tipos de prefeitos identificados no quesito escolaridade, o que, se confirmado, poderia indicar a peculiaridade dos chefes do executivo que constituem o objeto de estudo.

### 3.6 A Visão de conjunto

Com vistas a fixar ou delimitar com mais propriedade o perfil dos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul no período 1988-2012 – ou a eventual existência de mais de um perfil, como pontuado anteriormente –, o passo seguinte é reunir as variáveis utilizadas pelo trabalho e verificar se elas apontam para alguma regularidade. Há 174 casos em que as informações relativas às cinco variáveis (faixa etária, gênero, escolaridade, estado civil e ocupação) estão completas e é em relação a este quantitativo que os cruzamentos serão realizados.

**Tabela 13** – Relação entre gênero e estado civil dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012)

<b>Gênero</b>	<b>E. Civil</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Feminino	Casada	4	2,3
	Separada	1	0,6
	Solteira	1	0,6
Masculino	Casado	134	77,0
	Sep./Div.	10	5,7
	Solteiro	23	13,2
	Viúvo	1	0,6
<b>Total</b>		<b>174</b>	<b>100,0</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

Assim, ao reunir as duas variáveis com maior concentração de casos em uma determinada categoria (gênero/sexo e estado civil) surge um primeiro esboço desse perfil, como se pode perceber na tab. 13. Há a clara e nítida predominância dos prefeitos casados e do sexo masculino, que representam 134 casos (77%).

**Tabela 14** – Relação entre gênero, estado civil e faixa etária dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012)

<b>Gênero</b>	<b>E. Civil</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Feminino	Casada	-35	1	0,6
		35/50	2	1,1
		51/65	1	0,6
	Separada	35/50	1	0,6
	Solteira	51/65	1	0,6
	Masculino	Casado	-35	13
35/50			105	60,3
50/65			15	8,6
+65			1	0,6
Sep./Div.		-35	1	0,6
		35/50	7	4,0
		51/60	2	1,1
Solteiro		-35	4	2,3
		35/50	16	9,2
		51/65	3	1,7
		Viúvo	35/50	1
<b>Total</b>				<b>174</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

A cada variável acrescida, aumentam as combinações possíveis e a tendência da fragmentação. Isto se verifica ao ser agregada uma terceira variável a esse cenário, no caso, faixa etária, como mostra a tab. 14. Contudo, pode-se verificar, também, a manutenção da predominância de uma combinação em particular, aquela correspondente aos prefeitos do sexo masculino, casados e que têm entre 35 e 50 anos, os quais registram 105 casos ou 60,3%.

Em outros termos: embora sejam identificados 16 tipos de prefeitos ao cruzar essas três variáveis (em 32 combinações possíveis, considerando o desenho das categorias, ou 19, tendo em vista os casos efetivamente encontrados), uma dessas combinações concentra a ampla maioria dos casos. Ela corresponde ao perfil que mais bem sintetiza quem são os prefeitos que se elegeram pela primeira pelo PT no Rio Grande do Sul no período em estudo. Todas as 15 demais combinações reúnem poucos casos, de modo a não se apresentarem efetivamente como outros perfis, e sim como situações isoladas (apenas três delas ultrapassam uma dezena de casos e não atingem 9% cada uma).

Porém, esses dados parecem fazer eco ao que salientam Codato, Cervi e Perissinotto (2013, p.79) no estudo sobre os prefeitos que foram eleitos no país em 2012, qual seja: os limites explicativos das variáveis sociais de perfil, como idade e

sexo, pois há um padrão fortemente consolidado de homens com média de idade de 47 anos, de modo que mulheres e candidato mais velhos (independentemente de sexo) tiveram menos chances de sucesso. Em consequência desse domínio, esses elementos não possuem tanta força explicativa no sucesso eleitoral na competição.

A alternativa, então, é agregar outras das variáveis selecionadas, com vistas a verificar se este perfil dominante ganha nuances. Porém, é evidente que o acréscimo da quarta variável amplia ainda mais a tendência à fragmentação e, conseqüentemente, torna mais propícia a impossibilidade de que uma determinada combinação se destaque, visto que multiplica aquelas possíveis (tornam-se 128). Ou seja, embora necessária para que a investigação possa avançar e tentar superar os impasses decorrentes da concentração das características dos prefeitos eleitos pelo PT – e que se repetem em outros cargos –, ela pode inviabilizar a própria investigação em razão da fragmentação.

Todavia, este é um risco que a dissertação precisa correr. E, de fato, a multiplicação de combinações é verificada, pois, quando a escolaridade se agrega à gênero/sexo, estado civil e faixa etária, surgem 31 tipos diferentes de prefeitos, como expõe a tabela 15, apresentada logo a seguir.

**Tabela 15** – Relação entre gênero, estado civil, faixa etária e escolaridade dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT (RS, 1988-2012)

<b>Gênero</b>	<b>E. Civil</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	
Feminino	Casada	-35	Superior	1	0,6	
		35/50	Superior	2	1,1	
		51/65	Superior	1	0,6	
	Separada	35/50	Superior	1	0,6	
	Solteira	51/65	Superior	1	0,6	
Masculino	Casado	-35	Fund. Comp/Médio Incomp.	1	0,6	
			Médio	3	1,7	
			Superior	9	5,2	
		35/50	Fund. Incomp.	9	5,2	
			Fund. Com/Médio Incomp.	8	4,6	
			Médio Com/Sup. Incomp.	37	21,3	
			Sup. Completo	51	29,3	
		50/65	Fund. Incomp.	2	1,1	
			Fund. Com/Médio Incomp.	3	1,7	
	Médio Com/Sup. Incomp.		2	1,1		
	Sup. Completo		8	4,6		
	+65		Médio Com/Sup. Incomp.	1	0,6	
	Sep./Div.	-35	Fund. Com/Médio Incomp.	1	0,6	
			35/50	Fund. Incomp.	1	0,6
				Fund. Com/Médio Incomp.	2	1,1
				Médio Com/Sup. Incomp.	2	1,1
		51/60	Sup. Completo	2	1,1	
			Superior	2	1,1	
		Solteiro	-35	Médio Com/Sup. Incomp.	1	0,6
				Sup. Completo	3	1,7
35/60			Fund. Incomp.	1	0,6	
			Fund. Com/Médio Incomp.	1	0,6	
	Médio Com/Sup. Incomp.		7	4,0		
	Sup. Completo		7	4,0		
51/65	Médio Com/Sup. Incomp.		1	0,6		
	Sup. Completo		2	1,1		
<b>Total</b>				<b>174</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: TSE; TRE-RS

Apesar dessas 31 combinações, praticamente todas reúnem em torno de si poucos casos: nenhuma ultrapassa uma dezena e tampouco atinge mais do que 5,2%. Como consequência, a exemplo do que foi registrado nos modelos precedentes, é possível identificar a concentração de casos em determinadas combinações, a indicar a persistência de algum tipo de perfil.

Porém, em sentido diverso ao que havia sido registrado até então, agora parecem surgir dois perfis ou grupos de prefeitos, suficientemente robustos do ponto de vista matemático, ambos derivados da concentração anteriormente identificada (homens, casados, com 35 a 50 anos). De um lado, estão os que ostentando esse

repertório, possuem o curso superior completo, que somam 51 casos (ou 29,3%); de outro, os que apresentam as mesmas credenciais, com a diferença de possuírem o ensino médio completo ou superior incompleto, que atingem 37 casos (ou 21,3%). Somados, esses dois perfis respondem por 88 casos ou 50,6%, ou seja, a maioria absoluta dos prefeitos analisados.

A existência desses dois perfis (ou se se quiser, a subdivisão no perfil dominante) corrobora a distinção que havia sido identificada ao analisar a variável escolaridade. Ao mesmo tempo, refina-a, pois torna mais claro que a mais significativa se dá na escolaridade dos que, sendo do sexo masculino, casados e tendo entre 35 e 50 anos. Isto é, uma parcela majoritária deles possui também curso superior completo e os demais que estão no patamar imediatamente inferior nesse quesito e apresentam o ensino médio completo ou o curso superior incompleto.

Como fora destacado, o primeiro perfil aproxima os prefeitos do PT no Rio Grande do Sul do padrão identificado para a classe política brasileira – em especial deputados, senadores e governadores, ou seja, cargos da parte superior da hierarquia – e os torna, assim, semelhantes à elite política brasileira. Esse perfil é tão padrão e se sustenta a tanto tempo que Santos (2000, p.98-99) e Marengo dos Santos (2000,p.82) destacam a previsibilidade dele – homens, na idade madura, com curso superior –, dado que se mantém essencialmente o mesmo desde a redemocratização da década de 1940, embora todas as modificações que o país passou desde então<sup>38</sup>. Nesse sentido, os prefeitos do PT não seriam diferentes, e sim reafirmaram um perfil padrão.

O segundo, por sua vez, afasta-se do primeiro tão somente no que tange à escolaridade. Ele se mostra, por isso, mais próximo às características que alguns estudos – poucos e não suficientes, especialmente em comparação com os que traçam o perfil anterior, mas existentes – identificam como as mais típicas dos políticos vinculados ao plano municipal, em especial prefeitos e vereadores de municípios pequenos e médios. Esses atores não ostentam tão marcadamente os traços típicos da classe política e, por isso, possuem escolaridade menos elevada.

---

<sup>38</sup> E esta referência temporal não quer dizer que o perfil tenha se estabelecido nesse período, e sim que os estudos abordam a partir desse período. Logo, ele pode ser mais antigo. Ressalva-se que os dois autores têm por base os deputados, mas, como outros estudos indicam, não há fortes indícios de alteração destas características para os senadores e governadores.

Com base nesse outro perfil, que subsiste ao lado daquele mais tradicional, é que se torna possível distinguir ao menos parte dos prefeitos eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul do “padrão” das elites políticas nacionais e falar em dois perfis ou na subdivisão do perfil padrão do político brasileiro.

É possível tentar avançar um pouco nesta questão e incluir a variável ocupação a este cenário, embora as evidentes limitações. Sabe-se antecipadamente que ela não será produtiva, levando-se em consideração que há três dezenas de alternativas, o que fragmentará abusivamente essas combinações. Contudo, se a inclusão ficar restrita aos perfis mais significativos, talvez seja possível minimizar este risco.

**Tabela 16** – Ocupação dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT do sexo masculino, casados e com 35-50 anos, conforme a escolaridade (RS, 1988-2012)

Ocupação	Superior	Médio comp. / Sup. incomp.
Agricultor	5	9
Servidor público	4	9
Professor	13	-
Comerciante	-	4
Advogado	7	-
Bancário/Economiário	3	-
Médico/Odontólogo	4	-
Outros	15	15
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>37</b>

Fonte: TSE; TRE-RS

Como o esperado, a tab. 16 há muitas ocupações diferentes em cada grupo. No dos prefeitos do sexo masculino, casados, com 35-50 anos e ensino médio/superior incompleto são 15. No dos com curso superior, 19. No entanto, 12 no primeiro grupo e 13 no segundo não ultrapassam duas ocorrências em cada uma. Desse modo, é possível verificar a concentração de determinadas ocupação em cada grupo e, mais relevante ainda, ponderar que elas não são as mesmas, a reforçar a perspectiva de associação a perfis distintos.

Logo, os prefeitos que, cumprido os demais requisitos, possuem curso superior completo tem como ocupação mais recorrente ser professor de ensino fundamental e médio, com 13 casos (7,5% do universo pesquisado, 25,5% dos 51 prefeitos que combinam essas variáveis e 50% do conjunto de prefeitos com esta ocupação), o que também os diferencia do “político padrão”, que exerce atividades

liberais clássicas, como advocacia, medicina e engenharia; mas os vincula aos achados de Rodrigues (2002) sobre os deputados federais do PT. No dos que possuem ensino médio completo ou superior incompleto há duas ocupações com maior incidência: os servidores públicos somam nove casos (5,2% do universo pesquisado, 24,3% dos 37 prefeitos que possuem esta combinação de variáveis e 45% dos que possuem essa ocupação) e os agricultores, que também atingem nove casos (percentuais iguais ao dos servidores públicos e 25% dos prefeitos classificados como agricultores).

Estes resultados fortalecem a existência desses dois perfis identificados nos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT no Rio Grande do Sul entre 1988 e 2012, pois em duas das variáveis consideradas se manifestam as diferenças entre eles. Assim, como já foi diversas vezes destacado, ambos os perfis são compostos por homens, casados e com 35-50 anos, o que constitui características comuns dos políticos brasileiros. Deste núcleo comum saem as diferenciações, vinculadas à escolaridade e ocupação: os que possuem curso superior completo concentram as atividades especialmente no magistério (ensino fundamental e médio) e os que têm ensino médio ou superior incompletos ostentam como ocupação principal serem servidores públicos ou agricultores.

Reputa-se que o fato de exercerem um cargo como o de prefeito, o que os coloca em instâncias de âmbito municipal, por isso menos destacadas na hierarquia dos postos políticos eletivos do país – seguindo o modelo proposto por Miguel (2003) – é a explicação para a existência desses dois perfis. Ou seja, os prefeitos do PT reproduzem o perfil típico da classe política e, assim, aproximam-se de governadores, senadores, deputados federais e estaduais, mas, também, deles se distinguem pela escolaridade e as ocupações mais recorrentes.

## Conclusão

O Partido dos Trabalhadores é tema relevante para a historiografia e para a Ciência Política brasileira. Além disso, conforme foi salientado por Ribeiro (2009), é a agremiação mais estudada do atual quadro partidário brasileiro. Ainda no início do trabalho foram citados relevantes estudos que compõem o universo bibliográfico que tem o PT como objeto. Estas publicações giram em torno de diversos temas, desde a criação, a natureza ideológica e programática, a origem sindical dos militantes do partido, os resultados eleitorais obtidos e as experiências administrativas.

No entanto, nota-se a ausência de um estudo a respeito do perfil social sobre os prefeitos petistas, no Rio Grande do Sul, o que pode significar um objeto relevante de pesquisa e se tornou o foco desta dissertação. Ela abordou o perfil social dos prefeitos que foram eleitos (apenas na primeira oportunidade em que conquistaram o mandato eletivo) pelo PT no Rio Grande do Sul desde 1988 até 2012.

Nesse sentido, os trabalhos mais relevantes para a pesquisa foram aqueles que tratavam da identidade dos atores políticos petistas, como as obras de Rodrigues (1987, 1990 e 2002), César (2002), Meneguello e Amaral (2008), Amaral (2010), bem como os que abordaram perfis sociais das elites políticas nacionais, dos quais se pode citar os de Fabiano Santos (2000), Marengo dos Santos (2000) e Kerbauy (2005); Braga, Veiga e Miríade (2009), Araújo (2009), Leal (2010) e Massia (2013). Como campo conceitual mais amplo, a investigação contou com as contribuições de Bourdieu (2011) em torno do “campo político”.

Os resultados foram buscados e obtidos a partir dos seguintes indicadores: faixa etária, estado civil, sexo/gênero, escolaridade e ocupação/profissão. Praticamente em sua totalidade os dados foram encontrados nas fontes

pesquisadas e, as poucas lacunas que não foram preenchidas – todas elas foram citadas ao longo do texto – não causaram grandes distorções no resultado final. A construção metodológica da pesquisa e a coleta de dados contaram com a colaboração dos responsáveis pela Secretaria de Organização do PT-RS e dos sites do TSE e do TRE-RS.

Em termos de resultados mais gerais, quase preparatórios à investigação específica, verificou-se que nas eleições municipais em que apresentou candidato ao cargo de prefeito no estado do Rio Grande do Sul ao longo do período 1982-2012, o PT deixou de conquistar ao menos uma vitória apenas na primeira competição, em 1982, e naquela realizada isoladamente em alguns municípios, em 1985. Após, obteve um total de 248 vitórias, representando um conjunto de 178 atores diferentes que alcançaram esse posto pela legenda. Também foi possível constatar que o PT sempre aumentou o número de prefeituras conquistadas no decorrer do período. Assim, têm-se: três, sete, 26, 35, 43, 61 e 73 vitórias, obtidas a cada pleito disputado entre 1988 e 2012. Mesmo após o episódio de denúncias e de acusações que deram início ao processo judicial da Ação Penal 470 ou AP 470, em 2005, o Partido dos Trabalhadores não deixou de aumentar o número de prefeituras conquistadas.

No que se refere à faixa etária observa-se uma grande concentração de indivíduos com idade entre 35 e 50 anos, representando 76,6% (134 atores). Os demais 41 prefeitos que foram encontrados se dividem quase equitativamente em duas faixas etárias, a primeira – até 35 anos – com 19 casos, o que significa 10,9% do total, e a outra – entre 51 e 65 anos – com 21 prefeitos eleitos, que representa 12%. E, apenas um prefeito possuía idade superior a 65 anos (0,6%).

A idade média dos prefeitos eleitos pelo PT ao longo do período foi 42,68 anos. Logo, a maior parcela dos atores que constituem o quadro de prefeitos do Partido dos Trabalhadores se assemelha ao perfil que foi encontrado no estudo de Codato, Cervi e Perissinotto (2013), alusivo exclusivamente à eleição de 2012, que foi uma média de 47 anos de idade.

Os dados apresentados ainda foram comparados com aqueles encontrados por César (2002), em seu estudo sobre a base social do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul. Na faixa compreendida entre 35 e 50 anos estava concentrada a maior parte dos militantes e dirigentes do PT, que constituía mais de 60% dos militantes do partido. Ou seja, os dados daquele estudo e os obtidos por

este trabalho sugerem que há uma paridade entre o perfil etário dos militantes e dirigentes partidários com os prefeitos que o PT elegeu.

Constatou-se que há o envelhecimento dos dirigentes do PT, constatado pela maior densidade de prefeitos eleitos pelo partido na faixa dos 35 aos 50 anos de idade e, por outros estudos mencionados (MENEGUELLO; AMARAL, 2008, BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009; e AMARAL, 2010). Este dado torna o Partido dos Trabalhadores semelhante aos demais partidos políticos que já foram estudados, não representando novidade em termos de faixa etária de seus quadros eleitorais. No entanto, demonstra que há uma semelhança dos prefeitos entre si, como a hipótese inicial da pesquisa apontava.

Quanto ao gênero, o resultado das disputas eleitorais foi uma ampla maioria de homens eleitos pelo PT no Rio Grande do Sul, 171 homens e sete mulheres, 96,1% e 3,9% respectivamente, mantendo um índice sempre maior do que 92%. Quando estudou o perfil da militância e da direção petista do Rio Grande do Sul, César (2002) demonstrou uma maioria de homens, embora a diferença entre homens e mulheres não chegasse a ser tão elevado como dos prefeitos eleitos.

Estes números também sustentam que há uma semelhança dos prefeitos entre si, como a hipótese inicial da pesquisa apontava. Ou seja, são homens em sua maioria. E, na medida em que este perfil é semelhante ao encontrado por outros estudos da mesma natureza, estão corretos Codato, Cervi e Perissinotto (2013, p.79), quando afirmam que “a política municipal é um universo masculino”, pelo menos até o momento. E o cargo do PT estudado na dissertação não se distingue neste cenário.

Quanto à escolaridade dos prefeitos do PT no RS, das quatro categorias utilizadas – Fundamental Incompleto, Fundamental Completo/Médio Incompleto, Médio Completo/Superior Incompleto e Superior Completo – a que mais ocorrências apresenta é a de eleitos com escolaridade de nível superior completo. Contudo, é preciso fazer ainda, uma conta diferente do que aquela já apresentada, ou seja, enquanto o total de prefeitos com curso superior é de 52,5%, o dos que não têm formação universitária é de 46,5%.

Notou-se, portanto, esta diferenciação sendo que, nos trabalhos estudados, o comum é o alto grau de atores com curso universitário nas elites políticas em geral, com exceção das investigações centradas em prefeitos e vereadores (KERBAUY, 2005; LEAL, 2010; MODES, 2012). A ressaltar que a menor

escolaridade dos políticos do PT (deputados federais, no caso) em comparação ao demais já havia sido observada por Braga, Veiga e Miriade (2009) e Rodrigues (2002). Portanto, é possível considerar que o Partido dos Trabalhadores recruta parte daqueles que se elegeram prefeito no Rio Grande do Sul entre atores com menor escolaridade formal que o perfil da elite política.

Outra variável utilizada na pesquisa foi o estado civil dos prefeitos eleitos pelo PT, no Rio Grande do Sul. O resultado demonstra que a grande maioria deles era casado, indicador que representa quase 80% dos casos, ou seja, 140 eleitos. No que se refere apenas às prefeitas o índice cai para 57,1%, embora se tratem de apenas sete casos.

O estudo encontrado que também incluiu o indicador estado civil na configuração do perfil dos atores (CHAVES, 2009), seus resultados se aproximam desta pesquisa sobre os prefeitos do PT. Naquela, um dos objetivos da pesquisa foi verificar a importância da família no recrutamento das elites políticas.

No caso desse estudo em cada eleição o índice sempre foi maior que 74%, de casados, isso configurou ao longo do período 81,6% do total. Parece haver uma mudança nessa trajetória, pois a partir de 2008, houve um crescimento no número de incidências de solteiros e de divorciados/separados. Embora isso também possa ser apenas um ponto fora da curva. Isto, estudos futuros poderão explicar.

Quanto ao indicador ocupação, cinco profissões foram aquelas que mais caracterizaram os prefeitos eleitos pelo PT, a saber: (1) comerciante/representante comercial e (2) advogado (13 casos cada); (3) servidor público (20 casos); (4) professor de ensino fundamental e médio (26 casos) e, finalmente, (5) agricultor (36 casos).

As ocupações que mais caracterizam o universo dos prefeitos eleitos pelo PT, no Rio Grande do Sul foram: agricultor, com 20,3% dos casos, professores de ensino fundamental e médio, que respondem por 14,7% dos prefeitos eleitos e servidores públicos 11,3%. Ainda, destaca-se advogado, tida como uma das principais carreiras mais favoráveis ao ingresso no campo político. Estes resultados a respeito das ocupações, mais incidentes dentre os prefeitos do PT, contraria a hipótese inicial do trabalho de haver um perfil típico de prefeitos petistas.

Desse modo, pode-se dizer que foi possível notar, com base na bibliografia sobre perfil de elites políticas, que os atores encontrados na pesquisa assemelham-se em termos de predomínio do gênero masculino (96,1%). Concentração

semelhante em uma determinada categoria ocorreu no estado civil, com índice de casados de 80,1%. Quanto à idade, a média ficou em 42,68 anos e a maior incidência na categoria dos prefeitos com 35 a 50 anos, que registrou 76,6%. Todas essas informações apontavam para um perfil social dos prefeitos eleitos pela primeira vez pelo PT no Rio Grande do Sul semelhante ao padrão da classe política brasileira, confirmado por meio de outros estudos voltados a cargos como deputado federal, governador e senador.

No que tange à variável escolaridade é que surgiram os primeiros indícios de uma distinção. Cenário semelhante ocorreu no caso da variável ocupação em que as mais frequentes não foram aquelas mais comuns para o ingresso lateral na carreira política, segundo Dogan (1999) e Rodrigues (2002), caso de: advogado, empresário, jornalista, professor universitário e médico..

Tais achados permitiram falar na existência de dois perfis – ou dois subperfis, dado que ambos derivam da mesma base. Ambos possuem em comum o fato de serem compostos por homens, casados e que possuem entre 35 e 50 anos.

Um deles, porém, é composto por aqueles que têm curso superior completo, cuja ocupação mais recorrente é a de professor do ensino fundamental e médio. Este perfil é o que mais se aproxima daquele recorrentemente identificado para a elite política nacional, especialmente a que ocupa cargos de importância estadual ou nacional, como deputado, senador e governador. Ao mesmo tempo, pela importante incidência do magistério, ele se mostra compatível com os achados de Rodrigues (2002) relativos à bancada na Câmara dos Deputados do PT.

O segundo perfil é formado pelos que, detendo os demais requisitos de gênero/sexo, estado civil e faixa etária, possuem ensino médio completo ou curso superior incompleto, cujas ocupações mais recorrentes são a atuação como servidor público ou como agricultor. Se o primeiro perfil é compatível com o padrão tradicionalmente identificado com a elite política – talvez com a adaptação às características do PT, por isso a importância do magistério –, este se aproxima mais dos resultados encontrados por estudos voltados a tipificar os agentes políticos locais, de âmbito municipal, ou seja, prefeitos e vereadores.

O que fica como desafio é saber se este segundo perfil pertence efetivamente aos prefeitos do PT ou é por eles compartilhado com os demais prefeitos, independentemente dos partidos. Infelizmente, a pesquisa tem condições de postar esta questão, mas não de resolvê-la, vista inexistirem estudos

semelhantes, com outros partidos, em recortes temporais ao menos aproximados, voltados ao mesmo cargo, que permitam a comparação fidedigna. Há, tão somente, a observação de Leal (2010, p.67-68), em investigação sobre os vereadores do Rio Grande do Sul, eleitos em 2004, segundo a qual as variações entre os partidos estudados (PT, PP, PMDB e PDT) existem, porém não são contundentes a ponto de formar perfis distintos, bem como que as grandezas variam mais em função do tamanho dos municípios do que de partido. Tal permite especular que, talvez, o perfil encontrado não pertença exclusivamente ao PT, e sim ao cargo e ao tamanho do município em que o cargo é exercido. Porém, esta questão fica como um desafio para ser enfrentado por outras investigações, as quais têm neste trabalho, espera-se, um bom referencial ou fonte de informação.

## Referências

ALMEIDA, Jorge. **Como vota o brasileiro: perfil ideológico do eleitor e evolução do voto nas pesquisas de opinião de 1994**. São Paulo: Casa Amarela, 1996.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. **As Transformações na organização interna do partido dos trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010. 306f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ANDRADE, Sergio Arapuã. **Como vencer eleições usando TV e rádio**. São Paulo: Nobel, 1996.

ANGELO, Vitor Amorim de. O PT visto de dentro: as correntes trotskistas. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antônio (Orgs.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada**. São Carlos: UFSCar, 2009, p.87-106.

ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antônio (Orgs.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada**. São Carlos: UFSCar, 2009.

ANTUNES, Ricardo; GONCALVES, Arnaldo. **Por um novo sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ARAÚJO, Airton Fernandes. **Participação política e o poder dos negros no Partido dos Trabalhadores**. 2004. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **O Bicameralismo no Brasil: as bases institucionais e políticas do desempenho legislativo do Senado Federal (1989-2004)**. 2009. 279f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elites políticas no Piauí: 1982-1995**. Dissertação. 2000. 181f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL (ALERGS). MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL. Informações Parlamentares – Ex-Deputados. 2015. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/ExDeputados/tabid/3544/Default.aspx>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BAQUERO, Marcello (Org.). **Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1984.

BAQUERO, Marcello. Novos padrões de comportamento eleitoral: pragmatismo nas eleições municipais de 1996 em Porto Alegre. In: Idem (Org.). **A Lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise**. Porto Alegre: UFRGS; Canoas: Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997, p.123-140.

BITTAR, Jorge. **O Modo petista de governar**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores Diretório Regional de São Paulo, 1992.

BONDUKI, Nabil. **Arquitetura e habitação social em São Paulo (1989-1992)**. São Carlos: USP/Escola de Engenharia de São Carlos, 1993.

BORGES, Arleth. Trajetória e institucionalização do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antônio (Orgs.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada**. São Carlos: UFSCar, 2009, p.35-62.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político In: Idem. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.5, jan.-jul. 2011, p.193-216.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Partido dos Trabalhadores: condições de origem e variações estaduais. In: ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antônio (Orgs.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada**. São Carlos: UFSCar, 2009, p.15-31.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à câmara dos deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.24, n.70, jun. 2009, p.123-142.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembleia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. 1996. 536f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas por emendas constitucionais e Emendas Constitucionais de Revisão**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2014.

CAPISTRANO FILHO, David. **Santos: mil dias de governo popular**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

CARONE, Edgard (Org.). **Movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984.

CASTRO, Antonio Escosteguy et al. **Política da Constituinte**. Porto Alegre: Fundação Wilson Pinheiro; Mercado Aberto, 1985.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **PT: a contemporaneidade possível. Base social e projeto político (1980-1991)**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CFMV (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA). Consulta de profissionais e empresas. 2015. Disponível em: <[http://www.cfmv.org.br/consulta/index.php?acao=pf&especialidade=&flag=1&inscricao\\_classe=VP&inscricao\\_tipo=PM&inscricao\\_uf=AC&nome\\_regra=inicia&ordem=NO ME&uf=SC&posicao=4700&pag=226](http://www.cfmv.org.br/consulta/index.php?acao=pf&especialidade=&flag=1&inscricao_classe=VP&inscricao_tipo=PM&inscricao_uf=AC&nome_regra=inicia&ordem=NO ME&uf=SC&posicao=4700&pag=226)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

CHAVES JÚNIOR, José Raulino. Padrões de recrutamento e trajetória das elites políticas nos Inhamuns. **33º Encontro Anual da ANPOCS. Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2009.

CODATO Adriano; CERVI, Emerson; PERISSINOTTO Renato. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, XIV, n.2, 2013, p.61-84.

CODATO, Adriano, COSTA, Luiz Domingos, MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. **Opinião Pública**, Campinas, v.20, n.3, dez. 2014, p.346-362.

COELHO, João Gilberto Lucas; OLIVEIRA, Antonio Carlos Nantes de. **A Nova Constituição: avaliação do texto e perfil dos constituintes**. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

COLARES, Marco Antonio P. (Org.). **Sindicalismo e assessoria popular: uma análise documental**. Teresina: Centro Piauiense de Ação Cultural (Cepac); Comissão Pastoral da Terra (CPT), 1989.

CORADINI, Odaci Luiz. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.20, n.41, 2012, p.109-122.

COSTA, Luiz Domingos. **Os Representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos Senadores brasileiros (1987-2007)**. 2010. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

COUTO, Claudio Gonçalves; ABRUCIO, Fernando Luiz. **A Dialética da mudança: o PT se confronta com a institucionalidade**. São Paulo: Cedec, 1993.

DALLARI, Pedro (Org.). **Política municipal**. Porto Alegre: Fundação Wilson Pinheiro; Mercado Aberto, 1985.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: JB. 1985.

DOGAN, Mattei. Les Professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In: OFFERLÉ, Michel (Org.). **La Profession politique : XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles**. Paris: Belin, 1999, p.171-200.

ECO SERRANO. Lideranças se mobilizam por melhorias nos índices. 19 set. 2013. Disponível em: <<http://www.ecoserrano.com.br/site/?p=2053>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

EMATER. Escritório Municipal de Gramado Xavier – **Documentação Histórica**. 2015. Disponível em: <[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/ESCRITORIO%20MUNICIPAL%20DE%20GRAMADO%20XAVIER.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/ESCRITORIO%20MUNICIPAL%20DE%20GRAMADO%20XAVIER.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FEITOSA, Fernanda. A Participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos eleitos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.) **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012, p.139-166.

FERNANDES, Florestan. **A Constituição inacabada**: vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Que tipo de República?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERRARI, Levi Bucalem. **1985: o voto em São Paulo**. São Paulo: Idesp, 1986.

FISCHER, Tânia (Org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

G1. Luis Lauermann (PT) é eleito prefeito de Novo Hamburgo, RS. 03 mar. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/03/luiz-lauermann-pt-e-eleito-prefeito-de-novo-hamburgo-rs.html>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GENRO, Tarso. (Org.). **Porto da cidadania**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

GENRO, Tarso. **Utopia possível**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento participativo**: a experiência de Porto Alegre. 2ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: BORBA, Ângela, GODINHO, Tatau; FARIA, Nalu (Org) **Mulher e política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.15-33.

HARNECKER, Marta. **Alcaldía de Porto Alegre: aprendiendo a gobernar**. Cuba: Centro de Recuperacion y Difusion de la Memoria Historica del Movimiento Popular Latinoamericano (Mepla); Mexico: Prefeitura de Durango, 1993a.

HARNECKER, Marta. **Alcaldía de Vitoria: triturados por el aparato institucional**. Cuba: Centro de Recuperacion y Difusion de la Memoria Historica del Movimiento Popular Latinoamericano (Mepla); Mexico: Prefeitura de Durango, 1993b.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v.11, n.2, out. 2005, p.337-365.

KECK, Margaret E. **PT - A lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro 2010 [1991]. Disponível em: <[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bvce.org%2FDownloadArquivo.asp%3FArquivo%3DKECK\\_PT\\_A\\_logica\\_da\\_diferenca\\_FINAL.pdf&ei=ZwNhU9WuPMHgsATyvoFA&usg=AFQjCNGj5a0N7kFrmn-0jtTobLqvY\\_2DYw](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.bvce.org%2FDownloadArquivo.asp%3FArquivo%3DKECK_PT_A_logica_da_diferenca_FINAL.pdf&ei=ZwNhU9WuPMHgsATyvoFA&usg=AFQjCNGj5a0N7kFrmn-0jtTobLqvY_2DYw)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil: diário da campanha das diretas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAMOUNIER, Bolivar (Org.). **Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil (1978-1979)**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LEAL, Carine de Souza. **Quem faz a política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008)**. 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LESBAUPIN, Ivo (Org.). **Igreja, movimentos populares, política no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.

MAGALHAES, Inês; BARRETO, Luiz; TREVAS, Vicente (Orgs.). **Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Mercado Aberto; FGV, 2001.

MARCONDES, Celso. **Em Algum lugar do passado: o PT na prefeitura de Campinas**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

MARENCO DOS SANTOS, André. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)**. 2000. 257f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.64, jul. 2007, p.93-113.

MASSIA, Leandro Pribernow. **A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros (1994-2010)**. 2013. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

MEDEIROS, Alexandre. **Nos Bastidores da campanha – Luiz Inácio Lula da Silva: crônica de um sonho**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

MENEGOZZO, Carlos Henrique Metidieri; KAREPOVS, Dainis et al. **Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada (1978-2002)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido, 1979 - 1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, Rachel; AMARAL, Oswaldo E. do. Ainda novidade: uma revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Occasional Paper 02-08 Brazilian Studies Programme Latin American**. Oxford, 2008. Disponível em: <<http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/BSP-02-08%20Amaral%20O.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n.20, 2003, p.115-134.

MIGUEL, Luís Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.14, n.2, maio-ago., 2006, p.363-385.

MODES, Maria Guazelli. **Perfil dos prefeitos e o padrão de gastos locais: evidências para os municípios brasileiros**. 2012. 51f. Dissertação (Mestrado em Finanças e Economia de Empresas). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

MOTA, Regys Rodrigues da. **Mudanças e continuidade na elite parlamentar de Goiás. 1982-2010**. 2011. 98f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Os "Doutores" da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Revista Sociologia e Política**, v20, n.41, 2012, p.171-192.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

NOVO HAMBURGO. Perfil: Luis Lauermann, o primeiro prefeito sapateiro da capital nacional do calçado. 22 mar. 2013. Disponível em: <<http://novohamburgo.org/site/noticias/especial/2013/03/22/perfil-luis-lauermann-o-primeiro-prefeito-sapateiro-da-capital-nacional-do-calçado/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

OFFERLÉ, Michel (dir.). **La Profession politique: XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles**. Paris: Belin, 1999.

OZAÍ, Antônio. **Partido de massas e partido de quadros: a social-democracia e o PT**. São Paulo: CPV, 1996.

PALOCCI, Antonio; BUARQUE, Cristovam; PONT, Raul et al. **Desafios do governo local: O modo petista de governar**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

PT [PARTIDO DOS TRABALHADORES]. IV Congresso do PT. 2011. Disponível em: <<http://www.linhadireta.org.br/noticia/p/?id=6163>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

PT [PARTIDO DOS TRABALHADORES]. DIRETÓRIO ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO. Arquivos.

PAULO VIDAL ADVOGADOS. **Profissionais – Paulo Vidal (Paulo Fernando dos Santos Vidal)**. 2015. Disponível em: <<http://www.vidal-advogados.com/quem-somos.php>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

PEDROSA, Mario. **Sobre o PT**. São Paulo: Ched, 1980.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano Nervo. Introdução: o desenho da pesquisa. In: PERISSINOTTO, Renato et al. (Org.). **Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2007, p.31-40.

PERISSINOTTO, Renato; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Dados**, v.52, n.2, 2009, p.301-333.

PINTO, José Neumann. **Atrás do palanque: bastidores da eleição 1989**. São Paulo: Siciliano, 1989.

PINTO, Valeska Peres. **Administração popular de Fortaleza: gestão Maria Luiza Fontenele (1986-1988)**. São Paulo: Instituto Polis, 1991.

POMAR, Wladimir. **Quase lá: Lula, o susto das elites**. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

PONT, Raul. **Da Crítica ao populismo à construção do PT**. Porto Alegre: Seriema, 1985.

QUADRO POLÍTICO. Buscar por candidato. 2015. Disponível em: <<http://www.quadropolitico.com.br/BuscarCandidato/buscar>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

RAPOSO, Manoel Coelho. **A Missão histórica do Partido dos Trabalhadores: ensaio político-sociológico das eleições de 1986 com ênfase para o pleito do Ceará.** Fortaleza: Popular, 1986.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos Sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005.** 2008. 342f. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v.18, n.2, 2009, p.119-150.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados.** São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política.** São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias da Câmara dos Deputados.** São Paulo: Edusp, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados.** São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

ROLNIK, Raquel; KOWARIK, Lucio; SOMEKH, Nadia (Orgs.). **São Paulo: crise e mudança.** São Paulo: Brasiliense; Prefeitura Municipal de São Paulo, 1991.

SAAB, Paulo. **A Eleição do Cruzado.** São Paulo: Global, 1987.

SADEK, Maria Tereza Aina (Org.). **Eleições 1986.** São Paulo: Vértice: IDESP, 1989.

SADER, Emir (Org.). **E agora PT? Caráter e identidade.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SADER, Emir. **Governar para todos: uma avaliação da gestão Luiza Erundina.** São Paulo: Scritta, 1992.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999 In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Konrad Adenauer, 2000, p.89-117.

SARTORI, Giovanni. **Engenharia constitucional.** Brasília: UnB, 1996.

SECCO, Lincoln. **História do PT. 1978-2010.** 3ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2012.

SINGER, André. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.** São Paulo: Edusp, 1999.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **Sem medo de ser feliz: cenas de campanha**. São Paulo: Scritta, 1990.

SILVA, Rodrigo Santos da. **Casa de senhores? Os Perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990 e 2006**. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

TRE-RS. **Eleições. Resultados**. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=278>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TSE. Divulgação de candidaturas – 2002. 2002. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/divulgacao-de-candidaturas-eleicoes-2002>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TSE. Divulgação de candidaturas – eleição 2010. 2010. Disponível em: <<http://divulgacand2010.tse.jus.br/divulgacand2010/jsp/framesetPrincipal.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TSE. Divulgação de candidaturas – eleições 2004. 2004. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/divulgacao-de-candidaturas-eleicoes-2004>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TSE. Divulgação de candidaturas – eleições 2006. 2006. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/divulgacao-de-candidaturas>>. Acesso em: 12 jul. 2015

TSE. Divulgação de candidaturas – eleições 2008. 2008. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/sadEleicaoDivulgaCand2008/comuns/layout/framesetPrincipal.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TSE. Divulgação de candidaturas – eleições 2012. 2012. Disponível em: <<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/abrirTelaPesquisaCandidatosPorUF.action?siglaUFSelecionada=RS>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TSE. Divulgação de candidaturas – eleições 2014. 2014 Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TSE. Mais de 120 mil eleitores voltam às urnas neste domingo. 05 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Julho/mais-de-120-mil-eleitores-voltam-as-urnas-neste-domingo-7>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TSEBELLIS, George. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. São Paulo: Edusp, 1998.

UOL NOTÍCIAS. POLÍTICOS DO BRASIL. Candidatos 2014 e anos anteriores. 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

VIANNA, Luiz Weneck. **A Transição: da Constituinte à sucessão presidencial**. Rio de Janeiro: Revan, 1986.

WANDERLEY, Lilian Soares Outtres. **Gestão pública e participação popular no município de Ronda Alta: uma atualização da administração para o desenvolvimento**. 1996, 192f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/RonilsondeSouzaLuiz/dissertao-gesto-pblica>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

WEFFORT, Francisco (Org.). **PT: um projeto para o Brasil – política**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

# Apêndice

## Prefeitos eleitos pelo PT por pleito (RS, 1982-2014)

**Quadro 1 – Prefeitos eleitos pelo PT (RS, 1988)**

<b>N</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Município</b>
1	Olívio de Oliveira Dutra	Porto Alegre
2	Paulo Fernando dos Santos Vidal	Rio Grande
3	Saul Barbosa	Ronda Alta

Fonte: TRE-RS

**Quadro 2 – Prefeitos eleitos pelo PT (RS, 1992)**

<b>N</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Município</b>
1	Abrelino Luiz Mattei	Ronda Alta
2	Antônio Sérgio de Vargas Mota	Boa Vista do Buricá
3	Aquiles Soares da Rosa	Santo Expedito do Sul
4	Edemar João Rossetto	Novo Barreiro
5	Lucir de Conto	Aratiba
6	Luiz Deon	David Canabarro
7	Tarso Fernando Herz Genro	Porto Alegre

Fonte: TRE-RS

**Quadro 3 – Prefeitos eleitos pelo PT (RS, 1996)**

<b>N</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Município</b>
1	Antonio Marangon	Palmeira das Missões
2	Ari José Pertuzatti	Três Arroios
3	Beatriz Cristina Busanello	Novo Machado
4	Cleci Angelo Endrigo	Vila Maria
5	Daniel Luiz Bordignon	Gravataí
6	Doalcir Roque Segat	Porto Vera Cruz
7	Eliseu Fagundes Chaves	Viamão
8	Fernando Campani	Hulha Negra
9	Geremias Angelo Zuanazzi Urio	São João da Urtiga
10	Gilberto Jose Spier Vargas	Caxias do Sul
11	Ildo de Rocco	Rondinha
12	Jaime Guedes Silveira	Charqueadas
13	João Jose Klein	Novo Barreiro
14	José Inácio Ferreira Pires	Santa Bárbara do Sul
15	Luis Carlos Tomazelli	Barão de Cotegipe
16	Luiz Carlos Casagrande	Garibaldi
17	Melchior Mallmann	Campina das Missões
18	Miguel Alecio Rovani	Vila Lângaro
19	Nelson José Grasselli	Pontão
20	Raul Jorge Anglada Pont	Porto Alegre
21	Roberto Martim Schaeffer	Boa Vista do Sul
22	Ruben Paulo Wiest	Santo Cristo
23	Rui Francisco Berté	Gramado Xavier
24	Stela Beatriz Farias Lopes	Alvorada
25	Vilson Antonio Babicz	Florianópolis
26	Vital Dalla Rosa	Barra do Rio Azul

Fonte: TRE-RS

**Quadro 4 – Prefeitos eleitos pelo PT (RS, 2000)**

<b>N</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Município</b>
1	Ademar Oscar Olsson	Porto Lucena
2	Altair Francisco Copatti	Três de Maio
3	Antônio Valdeci Oliveira de Oliveira	Santa Maria
4	Celso Prando	Sananduva
5	Daniel Luiz Bordignon	Gravataí
6	Dino Giaretta	Getúlio Vargas
7	Edimir Luiz Bottan	Rondinha
8	Eliseu Fagundes Chaves	Viamão
9	Elivir Desiam	Estância Velha
10	Eraldo José Leão Marques	Anta Gorda
11	Euzébio Kolassa	Carlos Gomes
12	Fernando Stephan Marroni	Pelotas
13	Francisco Frizzo	Constantina
14	Genésio Luiz Balestrin	Taquaruçu do Sul
15	Gilberto José Spier Vargas	Caxias do Sul
16	Ivanir Jorge Poltronieri	Ibiraiaras
17	Jaime Edsson Martini	Novo Xingu
18	Jairo Cima	Benjamin Constant do Sul
19	João Antônio Bordin	Marau
20	José Inácio Ferreira Pires	Santa Bárbara do Sul
21	José Jocemir Alves da Silva	Giruá
22	José Luiz Stédile	Cachoeirinha
23	Luis Carlos Tomazelli	Barão de Cotegipe
24	Luiz Fernando Mainardi	Bagé
25	Miguel Alecio Rovani	Vila Lângaro
26	Milton Cesar Dal Asta	Santo Antônio do Palma
27	Nelson José Grasselli	Pontão
28	Oscar Guerra	São Domingos do Sul
29	Otaviano Paim Ardenghi	Lajeado do Bugre
30	Paulo Henrique Baggio	Paim Filho
31	Roberto Martim Schaeffer	Boa Vista do Sul
32	Stela Beatriz Farias Lopes	Alvorada
33	Tarso Fernando Herz Genro	Porto Alegre
34	Vilson Antônio Babicz	Florianópolis
35	Wolmir Angelo Dall Agnol	Itatiba do Sul

Nota: em cinza os prefeitos que retornavam ao cargo (reeleição imediata ou mediada)

Fonte: TRE-RS

**Quadro 5 – Prefeitos eleitos pelo PT (RS, 2004)**

<b>N</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Município</b>
1	Adir Reginato	Cacique Doble
2	Alex Sander Alves Boscaini	Viamão
3	Altair Francisco Copatti	Três de Maio
4	Ancaletto Miliszewski	Barra do Ribeiro
5	Antônio Elson Rosa de Souza	Nova Hartz
6	Antônio José Zanandrea	São Valentim
7	Antônio Valdeci Oliveira de Oliveira	Santa Maria
8	Ary Vanazzi	São Leopoldo
9	Cláudio Fernando Brayer Pereira	Santa Vitória do Palmar
10	Cláudio Ferrari	Barão
11	Cleci Angelo Endrigo	Vila Maria
12	Decio Antonio Colla	Sao Francisco de Paula
13	Delmar Zambiasi	Pontão
14	Dino Giaretta	Getulio Vargas
15	Elivir Desiam	Estância Velha
16	Francisco Frizzo	Constantina
17	Jaime Edsson Martini	Novo Xingu
18	Jaime Guedes Silveira	Charqueadas
19	Jairo Cima	Benjamin Constant do Sul
20	João Davi Goergen	Boqueirão do Leão
21	Jorge Pivotto	São Jorge
22	José Fernando Marin	Ivorá
23	José Luiz Stédile	Cachoeirinha
24	José Sidney Nunes de Almeida	São Lourenço do Sul
25	José Valdemar Santana Filho	Lagoa Bonita do Sul
26	Luis Alberto Pollom	Centenário
27	Luis Carlos Parise	Ponte Preta
28	Luiz Fernando Mainardi	Bagé
29	Maher Jaber Mahmud	Barra do Quaraí
30	Mauro Olinto Sponchiado	Taquaruçu do Sul
31	Melchior Mallmann	Campina das Missões
32	Milton Cesar Dal Asta	Santo Antônio do Palma
33	Otaviano Paim Ardenghi	Lajeado do Bugre
34	Paulo Bagatini	Boa Vista do Sul
35	Paulo de Borba Dias Filho	São Jerônimo
36	Paulo de Oliveira Huffel	Dilermando de Aguiar
37	Paulo Fernando Tápia	Marcelino Ramos
38	Paulo Henrique Bagio	Paim Filho
39	Paulo Roberto Brizolla	São Pedro das Missões
40	Rudimar Müller	Cruzeiro do Sul
41	Sergio Stasinski	Gravataí
42	Vilson Roberto Bastos dos Santos	Cruz Alta
43	Wolmir Ângelo Dall' Agnol	Itatiba do Sul

Nota: em cinza os prefeitos que retornavam ao cargo (reeleição imediata ou mediada)

Fonte: TRE-RS

**Quadro 6 – Prefeitos eleitos pelo PT (RS, 2008)**

<b>N</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Município</b>
1	Airton Jose Moraes	Novo Machado
2	Alcides Ce da Silva	Sagrada Família
3	Alex Sander Alves Boscaini	Viamão
4	Amaury Magnus Germano	Capão da Canoa
5	Antonio Elson Rosa de Souza	Nova Hartz
6	Antonio José Zanandrea	São Valentim
7	Ary Vanazzi	São Leopoldo
8	Braulio Zatti	Constantina
9	Carlos Gilberto Baierle	Passo do Sobrado
10	Celso Vilmar Demarco	Viadutos
11	César Roberto Couto de Brito	Pedro Osório
12	Ceser Adriano Beuren	Paim Filho
13	Cirano Cisilotto	Garibaldi
14	Claudio Fernando Brayer Pereira	Santa Vitória do Palmar
15	Claudio Ferrari	Barão
16	Clenio Boeira da Silva	Dom Feliciano
17	Décio Antônio Colla	São Francisco de Paulo
18	Elói Poltronieri	Vacaria
19	Elton Rehfeld	Nova Ramada
20	Gerson Miguel Schwengber	Dois Irmãos
21	Gilmar Antonio Rinaldi	Esteio
22	Gilmar Leschewitz	Erval Seco
23	Inidio Pedro Munari	Itatiba do Sul
24	Jairo Jorge	Canoas
25	João Carlos Hickmann	Tiradentes
26	João Carlos Zanatta	Camargo
27	João Davi Goergen	Boqueirão do Leão
28	Jose Claudio Ferreira Martins	Jaguarão
29	José Fernando Marin	Ivorá
30	José Flávio Godoy da Rosa	Fontoura Xavier
31	José Luis Seger	Santo Cristo
32	José Sidney Nunes de Almeida	São Lourenço do Sul
33	José Valdemar Santana Filho	Lagoa Bonita do Sul
34	Lourenço Ardenghi Filho	Palmeira das Missões
35	Luiz Alberto Pollom	Centenário
36	Luis Carlos Parise	Ponte Preta
37	Luiz Carlos Folador	Candiota
38	Luiz Eduardo Colombo dos Santos	Bagé
39	Luiz Fernando de Avila Leivas	Pinheiro Machado
40	Maher Jaber Mahmud	Barra do Quaraí
41	Marcos Ernani Senger	São Pedro do Sul
42	Marino Antônio Testolin	Nova Roma do Sul
43	Mauro Olinto Sponchiado	Taquaruçu do Sul
44	Nelson Spolaor	Sapiranga
45	Orlando Desconsi	Santa Rosa
46	Paulo Alfredo Polis	Erechim
47	Paulo de Oliveira Huffel	Dilermando de Aguiar
48	Paulo Fernando Tápia	Marcelino Ramos
49	Paulo Roberto Brizolla	São Pedro das Missões
50	Rita Teresinha Sanco Lima	Gravataí
51	Roberto Lunelli	Bento Gonçalves

52	Rudimar Müller	Cruzeiro do Sul
53	Sérgio Marasca	Wesfália
54	Silverio Zat	Santo Antonio do Palma
55	Tarcisio João Zimmermann	Novo Hamburgo
56	Valdomiro José Bosa	Trindade do Sul
57	Vilmar Ballin	Sapucaia do Sul
58	Vilson Antônio Babicz	Floriano Peixoto
59	Vilson Roberto dos Santos	Cruz Alta
60	Waldecir Dysarzd	Benjamin Constant do Sul
61	Zauri Tiarajú de Castro	Caçapava do Sul

Nota: em cinza os prefeitos que retornavam ao cargo (reeleição imediata ou mediada)  
Fonte: TRE-RS

### Quadro 7 – Prefeitos eleitos pelo PT (RS, 2012)

<b>N</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Município</b>
1	Adriana Kátia Tozzo	Itatiba do Sul
2	Adroaldo Luiz Croce	Relvado
3	Airton Berté	Gramado Xavier
4	Airton Jose Moraes	Novo Machado
5	Airton Luis Cossetin	Ajuricaba
6	Alcides Ce da Silva	Sagrada Família
7	Alexandre Duarte Lindemeyer	Rio Grande
8	Antonio Sérgio de Vargas Mota	Boa Vista do Buricá
9	Arlem Arnulfo Tasso	Nova Hartz
10	Benhur Francisco Ganz	São José do Ouro
11	Carlos Alberto Dick	Nova Candelária
12	Carlos Gilberto Baierle	Passo do Sobrado
13	César Roberto Couto de Brito	Pedro Osório
14	Cezar Coletto	Vitória das Missões
15	Claudio Roberto Ramos da Silva	Parobé
16	Domingos Scartezzini	São Domingos do Sul
17	Edson Kaspary	Vale Real
18	Eduardo Correa Morrone	Santa Vitória do Palmar
19	Elcio Soder	Sede Nova
20	Elói Poltronieri	Vacaria
21	Elton Luiz Dal Moro	Paim Filho
22	Emanuel Hassen de Jesus	Taquari
23	Erone Pedrinho Londero	Hulha Negra
24	Fernando Paulo Balbinot	Barão de Cotegipe
25	Gelsi Luiz Lodéa	Jacutinga
26	Gerson Cardoso Nunes	Canguçu
27	Gilmar Antonio Rinaldi	Esteio
28	Gilmar Leschewitz	Erval Seco
29	Glauber Gularte Lima	Santana do Livramento
30	Itacir Hochmann	Benjamin Constant do Sul
31	Ito Adolfo Müller	Áurea
32	Jaime Lima da Silva	Dilermando de Aguiar
33	Jairo Jorge	Canoas
34	Janete Teresinha Douek	Guarani das Missões
35	Jeremias Trevisan	Paraí

36	João Carlos Hickmann	Tiradentes do Sul
37	João Carlos Zanatta	Camargo
38	João de Souza Brandão	Tabaí
39	José Claudio Ferreira Martins	Jaguarão
40	José Daniel Raupp Martins	São Lourenço do Sul
41	José Henrique Heberle	São Pedro do Butiá
42	José Luis Laueremann	Novo Hamburgo
43	Jose Luis Seger	Santo Cristo
44	José Rubem Loureiro Correia	Itacurubi
45	Juliano Zuanazzi	Marcelino Ramos
46	Leodegar Rodrigues	Novo Cabrais
47	Luis Fernando Schmidt	Lajeado
48	Luis Neiron Teixeira Viegas	Cachoeira do Sul
49	Luiz Carlos Folador	Candiota
50	Luiz Eduardo Colombo dos Santos	Bagé
51	Luiz Mateus Cenci	União da Serra
52	Marcos Ernani Senger	São Pedro do Sul
53	Margarete Simon Ferretti	Nova Santa Rita
54	Marino Antonio Testolin	Nova Roma do Sul
55	Miguel Angelo Gasparetto	Ronda Alta
56	Nelson Ceratti	Ametista do Sul
57	Nelson José Grasselli	Pontão
58	Nildo Hickmann	Horizontina
59	Nilson Camatti	Antônio Prado
60	Nilson Luis Dal Cortivo	Rodeio Bonito
61	Nilvia Pinto Pereira	Torres
62	Paulo Alfredo Polis	Erechim
63	Paulo Henrique Mendes Lang	Palmares do Sul
64	Paulo Roberto Felix Machado	Butiá
65	Pierre Emerim da Rosa	Imbé
66	Roque Montagner	São Gabriel
67	Selmar Roque Durigon	Pinhal Grande
68	Sergio Maciel Bertoldi	Alvorada
69	Sergio Marasca	Westfalia
70	Vilmar Ballin	Sapuçaia do Sul
71	Vilson Antonio Babicz	Florianópolis
72	Volmir Bielski	Iraí
73	Volnei Colvero Savegnago	Faxinal do Soturno

Nota: em cinza os prefeitos que retornavam ao cargo (reeleição imediata ou mediada)

Fonte: TRE-RS

**Quadro 8 - Prefeitos eleitos pelo PT (RS, 1982-2014)**

<b>N</b>	<b>Prefeito</b>	<b>Município</b>	<b>Eleição</b>
1	Abrelino Luiz Mattei	Ronda Alta	1992
2	Ademar Oscar Olsson	Porto Lucena	2000
3	Adir Reginato	Cacique Doble	2004
4	Adriana Kátia Tozzo	Itatiba do Sul	2012
5	Adroaldo Luiz Croce	Relvado	2012
6	Airton Berté	Gramado Xavier	2012
7	Airton Jose Moraes	Novo Machado	2008 – 2012
8	Airton Luis Cossetin	Ajuricaba	2012
9	Alcides Ce da Silva	Sagrada Família	2008 – 2012
10	Alex Sander Alves Boscaini	Viamão	2004 – 2008
11	Alexandre Duarte Lindemeyer	Rio Grande	2012
12	Altair Francisco Copatti	Três de Maio	2000 – 2004
13	Amaury Magnus Germano	Capão da Canoa	2008
14	Ancaleto Miliszewski	Barra do Ribeiro	2004
15	Antônio Elson Rosa de Souza	Nova Hartz	2004 – 2008
16	Antônio José Zanandrea	São Valentim	2004 – 2008
17	Antonio Marangon	Palmeira das Missões	1996
18	Antônio Sérgio de Vargas Mota	Boa Vista do Buricá	1992 – 2012
19	Antônio Valdeci Oliveira de Oliveira	Santa Maria	2000 – 2004
20	Aquiles Soares da Rosa	Santo Expedito do Sul	1992
21	Ari José Pertuzatti	Três Arroios	1996
22	Arlem Arnulfo Tasso	Nova Hartz	2012
23	Ary Vanazzi	São Leopoldo	2004 – 2008
24	Beatriz Cristina Busanello	Novo Machado	1996
25	Benhur Francisco Ganz	São José do Ouro	2012
26	Braulio Zatti	Constantina	2008
27	Carlos Alberto Dick	Nova Candelária	2012
28	Carlos Gilberto Baierle	Passo do Sobrado	2008 – 2012
29	Celso Prando	Sananduva	2000
30	Celso Vilmar Demarco	Viadutos	2008
31	César Roberto Couto de Brito	Pedro Osório	2008 – 2012
32	Ceser Adriano Beuren	Paim Filho	2008
33	Cezar Coletto	Vitória das Missões	2012
34	Cirano Cisilotto	Garibaldi	2008
35	Cláudio Fernando Brayer Pereira	Santa Vitória do Palmar	2004 – 2008
36	Cláudio Ferrari	Barão	2004 – 2008
37	Claudio Roberto Ramos da Silva	Parobé	2012
38	Cleci Angelo Endrigo	Vila Maria	1996 – 2004
39	Clenio Boeira da Silva	Dom Feliciano	2008
40	Daniel Luiz Bordignon	Gravataí	1996 – 2000
41	Decio Antonio Colla	Sao Francisco de Paula	2004 – 2008
42	Delmar Zambiasi	Pontão	2004
43	Dino Giaretta	Getúlio Vargas	2000 – 2004
44	Doalcir Roque Segat	Porto Vera Cruz	1996
45	Domingos Scartezzini	São Domingos do Sul	2012
46	Edemar João Rossetto	Novo Barreiro	1992
47	Edimir Luiz Bottan	Rondinha	2000
48	Edson Kaspary	Vale Real	2012
49	Eduardo Correa Morrone	Santa Vitória do Palmar	2012
50	Elcio Soder	Sede Nova	2012

51	Eliseu Fagundes Chaves	Viamão	1996 – 2000
52	Elivir Desiam	Estância Velha	2000 – 2004
53	Elói Poltronieri	Vacaria	2008 – 2012
54	Elton Luiz Dal Moro	Paim Filho	2012
55	Elton Rehfeld	Nova Ramada	2008
56	Emanuel Hassen de Jesus	Taquari	2012
57	Eraldo José Leão Marques	Anta Gorda	2000
58	Erone Pedrinho Londero	Hulha Negra	2012
59	Euzebio Kolassa	Carlos Gomes	2000
60	Fernando Campani	Hulha Negra	1996
61	Fernando Paulo Balbinot	Barão de Cotegipe	2012
62	Fernando Stephan Marroni	Pelotas	2000
63	Francisco Frizzo	Constantina	2000 – 2004
64	Gelsi Luiz Lodéa	Jacutinga	2012
65	Genésio Luiz Balestrin	Taquaruçu do Sul	2000
66	Geremias Angelo Zuanazzi Urio	São João da Urtiga	1996
67	Gerson Cardoso Nunes	Canguçu	2012
68	Gerson Miguel Schwengber	Dois Irmãos	2008
69	Gilberto Jose Spier Vargas	Caxias do Sul	1996 – 2000
70	Gilmar Antonio Rinaldi	Esteio	2008 – 2012
71	Gilmar Leschewitz	Erval Seco	2008 – 2012
72	Glauber Gularte Lima	Santana do Livramento	2012
73	Ildo de Rocco	Rondinha	1996
74	Inidio Pedro Munari	Itatiba do Sul	2008
75	Itacir Hochmann	Benjamin Constant do Sul	2012
76	Ito Adolfo Müller	Áurea	2012
77	Ivanir Jorge Poltronieri	Ibiraiaras	2000
78	Jaime Edsson Martini	Novo Xingu	2000 – 2004
79	Jaime Guedes Silveira	Charqueadas	1996 – 2004
80	Jaime Lima da Silva	Dilermando de Aguiar	2012
81	Jairo Cima	Benjamin Constant do Sul	2000 – 2004
82	Jairo Jorge	Canoas	2008 – 2012
83	Janete Teresinha Douek	Guarani das Missões	2012
84	Jeremias Trevisan	Paráí	2012
85	João Antônio Bordin	Marau	2000
86	João Carlos Hickmann	Tiradentes	2008 – 2012
87	João Carlos Zanatta	Camargo	2008 – 2012
88	João Davi Goergen	Boqueirão do Leão	2004 – 2008
89	João de Souza Brandão	Tabaí	2012
90	João Jose Klein	Novo Barreiro	1996
91	Jorge Pivotto	São Jorge	2004
92	Jose Claudio Ferreira Martins	Jaguarão	2008 – 2012
93	José Daniel Raupp Martins	São Lourenço do Sul	2012
94	José Fernando Marin	Ivorá	2004 – 2008
95	José Flávio Godoy da Rosa	Fontoura Xavier	2008
96	José Henrique Heberle	São Pedro do Butiá	2012
97	José Inácio Ferreira Pires	Santa Bárbara do Sul	1996 – 2000
98	José Jocemir Alves da Silva	Giruí	2000
99	José Luis Laueremann	Novo Hamburgo	2012
100	José Luis Seger	Santo Cristo	2008 – 2012
101	José Luiz Stédile	Cachoeirinha	2000 – 2004
102	José Rubem Loureiro Correia	Itacurubi	2012
103	José Sidney Nunes de Almeida	São Lourenço do Sul	2004 – 2008

104	José Valdemar Santana Filho	Lagoa Bonita do Sul	2004 – 2008
105	Juliano Zuanazzi	Marcelino Ramos	2012
106	Leodegar Rodrigues	Novo Cabrais	2012
107	Lourenço Ardenghi Filho	Palmeira das Missões	2008
108	Lucir de Conto	Aratiba	1992
109	Luis Alberto Pollom	Centenário	2004 – 2008
110	Luis Carlos Parise	Ponte Preta	2004 – 2008
111	Luis Carlos Tomazelli	Barão de Cotegipe	1996 – 2000
112	Luis Fernando Schmidt	Lajeado	2012
113	Luis Neiron Teixeira Viegas	Cachoeira do Sul	2012
114	Luiz Carlos Casagrande	Garibaldi	1996
115	Luiz Carlos Folador	Candiota	2008 – 2012
116	Luiz Deon	David Canabarro	1992
117	Luiz Eduardo Colombo dos Santos	Bagé	2008 – 2012
118	Luiz Fernando de Avila Leivas	Pinheiro Machado	2008
119	Luiz Fernando Mainardi	Bagé	2000 – 2004
120	Luiz Mateus Cenci	União da Serra	2012
121	Maher Jaber Mahmud	Barra do Quaraí	2004 – 2008
122	Marcos Ernani Senger	São Pedro do Sul	2008 – 2012
123	Margarete Simon Ferretti	Nova Santa Rita	2012
124	Marino Antônio Testolin	Nova Roma do Sul	2008 – 2012
125	Mauro Olinto Sponchiado	Taquaruçu do Sul	2004 – 2008
126	Melchior Mallmann	Campina das Missões	1996 – 2004
127	Miguel Alecio Rovani	Vila Lângaro	1996 – 2000
128	Miguel Angelo Gasparetto	Ronda Alta	2012
129	Milton Cesar Dal Asta	Santo Antônio do Palma	2000 – 2004
130	Nelson Ceratti	Ametista do Sul	2012
131	Nelson José Grasselli	Pontão	1996 – 2000 2012
132	Nelson Spolaor	Sapiranga	2008
133	Nildo Hickmann	Horizontina	2012
134	Nilson Camatti	Antônio Prado	2012
135	Nilson Luis Dal Cortivo	Rodeio Bonito	2012
136	Nilvia Pinto Pereira	Torres	2012
137	Olívio de Oliveira Dutra	Porto Alegre	1988
138	Orlando Desconsi	Santa Rosa	2008
139	Oscar Guerra	São Domingos do Sul	2000
140	Otaviano Paim Ardenghi	Lajeado do Bugre	2000 – 2004
141	Paulo Alfredo Polis	Erechim	2008 – 2012
142	Paulo Bagatini	Boa Vista do Sul	2004
143	Paulo de Borba Dias Filho	São Jerônimo	2004
144	Paulo de Oliveira Huffel	Dilermando de Aguiar	2004 – 2008
145	Paulo Fernando dos Santos Vidal	Rio Grande	1988
146	Paulo Fernando Tápia	Marcelino Ramos	2004 – 2008
147	Paulo Henrique Baggio	Paim Filho	2000 – 2004
148	Paulo Henrique Mendes Lang	Palmares do Sul	2012
149	Paulo Roberto Brizolla	São Pedro das Missões	2004 – 2008
150	Paulo Roberto Felix Machado	Butiá	2012
151	Pierre Emerim da Rosa	Imbé	2012
152	Raul Jorge Anglada Pont	Porto Alegre	1996
153	Rita Teresinha Sanco Lima	Gravataí	2008
154	Roberto Lunelli	Bento Gonçalves	2008
155	Roberto Martim Schaeffer	Boa Vista do Sul	1996 – 2000

156	Roque Montagner	São Gabriel	2012
157	Ruben Paulo Wiest	Santo Cristo	1996
158	Rudimar Müller	Cruzeiro do Sul	2004 – 2008
159	Rui Francisco Berté	Gramado Xavier	1996
160	Saul Barbosa	Ronda Alta	1988
161	Selmar Roque Durigon	Pinhal Grande	2012
162	Sergio Maciel Bertoldi	Alvorada	2012
163	Sérgio Marasca	Wesfália	2008 – 2012
164	Sergio Stasinski	Gravataí	2004
165	Silverio Zat	Santo Antonio do Palma	2008
166	Stela Beatriz Farias Lopes	Alvorada	1996 – 2000
167	Tarcisio João Zimmermann	Novo Hamburgo	2008
168	Tarso Fernando Herz Genro	Porto Alegre	1992 – 2000
169	Valdomiro José Bosa	Trindade do Sul	2008
170	Vilmar Ballin	Sapucaia do Sul	2008 – 2012
171	Vilson Antonio Babicz	Floriano Peixoto	1996 – 2000 2008 – 2012
172	Vilson Roberto Bastos dos Santos	Cruz Alta	2004 – 2008
173	Vital Dalla Rosa	Barra do Rio Azul	1996
174	Volmir Bielski	Iraí	2012
175	Volnei Colvero Savegnago	Faxinal do Soturno	2012
176	Waldecir Dysarzd	Benjamin Constant do Sul	2008
177	Wolmir Angelo Dall Agnol	Itatiba do Sul	2000 – 2004
178	Zauri Tiarajú de Castro	Caçapava do Sul	2008

Fonte: TRE-RS

**Quadro 9 – Municípios em que o PT elegeu prefeitos (RS, 1982-2014)**

<b>N</b>	<b>Município</b>	<b>Eleição</b>
1	Ajuricaba	2012
2	Alvorada	1996
3	Ametista do Sul	2012
4	Anta Gorda	2000
5	Antônio Prado	2012
6	Aratiba	1992
7	Áurea	2012
8	Bagé	2000
9	Barão	2004
10	Barão de Cotegipe	1996
11	Barra do Quaraí	2004
12	Barra do Ribeiro	2004
13	Barra do Rio Azul	1996
14	Benjamin Constant do Sul	2000
15	Bento Gonçalves	2008
16	Boa Vista do Buricá	1992
17	Boa Vista do Sul	1996
18	Boqueirão do Leão	2004
19	Butiá	2012
20	Caçapava do Sul	2008
21	Cachoeira do Sul	2012
22	Cachoeirinha	2000
23	Cacique Doble	2004
24	Camargo	2008
25	Campina das Missões	1996
26	Candiota	2008
27	Canguçu	2012
28	Canoas	2008
29	Capão da Canoa	2008
30	Carlos Gomes	2000
31	Caxias do Sul	1996
32	Centenário	2004
33	Charqueadas	1996
34	Constantina	2000
35	Cruz Alta	2004
36	Cruzeiro do Sul	2004
37	David Canabarro	1992
38	Dilermando de Aguiar	2004
39	Dois Irmãos	2008
40	Dom Feliciano	2008
41	Erechim	2008
42	Erval Seco	2008
43	Estância Velha	2000
44	Esteio	2008
45	Faxinal do Soturno	2012
46	Floriano Peixoto	1996
47	Fontoura Xavier	2008
48	Garibaldi	1996
49	Getúlio Vargas	2000
50	Giruí	2000

51	Gramado Xavier	1996
52	Gravataí	1996
53	Guarani das Missões	2012
54	Horizontina	2012
55	Hulha Negra	1996
56	Ibiraiaras	2000
57	Imbé	2012
58	Iraí	2012
59	Itacurubi	2012
60	Itatiba do Sul	2000
61	Ivorá	2004
62	Jacutinga	2012
63	Jaguarão	2008
64	Lagoa Bonita do Sul	2004
65	Lajeado	2012
66	Lajeado do Bugre	2000
67	Marau	2000
68	Marcelino Ramos	2004
69	Nova Candelária	2012
70	Nova Hartz	2004
71	Nova Ramada	2008
72	Nova Roma do Sul	2008
73	Nova Santa Rita	2012
74	Novo Barreiro	1992
75	Novo Cabrais	2012
76	Novo Hamburgo	2008
77	Novo Machado	1996
78	Novo Xingu	2000
79	Paim Filho	2000
80	Palmares do Sul	2012
81	Palmeira das Missões	1996
82	Paraí	2012
83	Parobé	2012
84	Passo do Sobrado	2008
85	Pedro Osório	2008
86	Pelotas	2000
87	Pinhal Grande	2012
88	Pinheiro Machado	2008
89	Pontão	1996
90	Ponte Preta	2004
91	Porto Alegre	1988
92	Porto Lucena	2000
93	Porto Vera Cruz	1996
94	Relvado	2012
95	Rio Grande	1988
96	Rodeio Bonito	2012
97	Ronda Alta	1988
98	Rondinha	1996
99	Sagrada Família	2008
100	Sananduva	2000
101	Santa Bárbara do Sul	1996
102	Santa Maria	2000
103	Santa Rosa	2008

104	Santa Vitória do Palmar	2004
105	Santana do Livramento	2012
106	Santo Antônio do Palma	2000
107	Santo Cristo	1996
108	Santo Expedito do Sul	1992
109	São Domingos do Sul	2000
110	São Francisco de Paula	2004
111	São Gabriel	2012
112	São Jerônimo	2004
113	São João da Urtiga	1996
114	São Jorge	2004
115	São José do Ouro	2012
116	São Leopoldo	2004
117	São Lourenço do Sul	2004
118	São Pedro das Missões	2004
119	São Pedro do Butiá	2012
120	São Pedro do Sul	2008
121	São Valentim	2004
122	Sapiranga	2008
123	Sapucaia do Sul	2008
124	Sede Nova	2012
125	Tabaí	2012
126	Taquari	2012
127	Taquaruçu do Sul	2000
128	Tiradentes	2008
129	Torres	2012
130	Três Arroios	1996
131	Três de Maio	2000
132	Trindade do Sul	2008
133	União da Serra	2012
134	Vacaria	2008
135	Vale Real	2012
136	Viadutos	2008
137	Viamão	1996
138	Vila Lângaro	1996
139	Vila Maria	1996
140	Vitória das Missões	2012
141	Wesfália	2008

Fonte: TRE-RS